



SÉRIE ENTREMELAS

BU

PAYUBAG

OLHO DE BACURI

Amazonia

Biojoias, biodiversidade e redes de sustentabilidade na Amazônia

O caso da Cooperativa Açaí, de Rondônia

Analise F. Paiva Schierholt | Fanny Longa Romero | José Rogério Lopes


UFRGS
EDITORA

Produção: PULLER...
Orlagem: TUCUVA...
e ALTA / COLO...
e artesã: J...

Biojoias, biodiversidade
e redes de sustentabilidade
na Amazônia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Álvaro R. C. Merlo

Augusto Jaeger Junior

Enio Passiani

José Rivair Macedo

Lia Levy

Márcia Ivana de Lima e Silva

Naira Maria Balzaretto

Paulo César Ribeiro Gomes

Rafael Brunhara

Tania D. M. Salgado

Alex Niche Teixeira, presidente

série
entremãos

Coordenação da Série

Carlos Alberto Steil

(UFRGS)

Emerson Alessandro Giumbelli

(UFRGS)

José Rogério Lopes

(Unisinos)

Conselho Editorial

Ana Maria Rabelo Gomes

(UFMG)

Antonella Maria I. Tassinari

(UFSC)

Ceres Karam Brum

(UFSM)

Clarice Cohn

(UFSCar)

João Frederico Rickli

(UFPR)

Léa Perez

(UFMG)

Miriam Cristina Marcílio Rabelo

(UFBA)

Otávio Guilherme Alves Velho

(UFRJ)

Biojoias, biodiversidade e redes de sustentabilidade na Amazônia

O caso da Cooperativa Açaí, de Rondônia

Anelise F. Paiva Schierholt
Fanny Longa Romero
José Rogério Lopes

© dos autores
1ª edição: 2020

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla Luzzatto
Revisão textual, editoração eletrônica e revisão editorial: Trema Assessoria Editorial

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Anelise Fabiana Paiva Schierholt é mestre em Ciências Sociais (Unisinos) e pesquisadora do Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais no Brasil (LaPCAB). Suas pesquisas se situam na interface entre os campos da sociologia e da antropologia, com ênfase em Políticas culturais e comunidades.

Fanny Longa Romero é doutora em Antropologia Social (UFRGS), com Pós-doutorado em Ciências Sociais (Unisinos) e (Unioeste). Pesquisadora associada ao Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais no Brasil (LaPCAB) e aos Grupos de Pesquisa CNPq Políticas Públicas, Direitos e Democracia (Unisinos) e NACi (UFRGS).

José Rogério Lopes é doutor em Ciências Sociais (PUC-SP), com pós-doutorado em Antropologia Social (UFRGS). Professor do PPG Ciências Sociais-Unisinos e do PPG Desenvolvimento Regional-UFT, coordenador do Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais no Brasil (LaPCAB) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq.



S324b Schierholt, Anelise Fabiana Paiva
Biojoias, biodiversidade e redes de sustentabilidade na Amazônia: o caso da
Cooperativa Açaf, de Rondônia [recurso eletrônico] / Anelise Fabiana Paiva Schierholt,
Fanny Longa Romero [e] José Rogério Lopes. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.
152 p. : pdf

(Série Entremeios)

Inclui fotografias e mapa.

1. Ciências Sociais. 2. Associativismo. 3. Memória social. 4. Biodiversidade.
5. Biojoias. 6. Cooperativismo. 7. Sustentabilidade. 8. Desenvolvimento sustentável.
9. Cooperativa Açaf, Porto Velho, Rondônia – Trajetória dos Associados – Narrativas.
I. Romero, Fanny Longa. II. Lopes, José Rogério. III. Título. IV. Série.

CDU 330.526.36:574.1:502.131.1

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

978-65-5725-015-0

SUMÁRIO

PREFÁCIO – A JUSTA TRAMA E AS MALHAS DA COOPERAÇÃO <i>Isabel Cristina de Moura Carvalho</i>	7
APRESENTAÇÃO.....	13
1 A FORMAÇÃO DA COOPERATIVA AÇAÍ E AS TRAJETÓRIAS DE SEUS ASSOCIADOS	23
1.1 TRAJETÓRIA DE DALVANI.....	27
1.1.1 SUSTENTABILIDADE	29
1.1.2 COOPERATIVA AÇAÍ, JUSTA TRAMA E PARCERIAS	32
1.2 TRAJETÓRIA DE ANTÔNIA.....	34
1.2.1 ARTESÃ.....	37
1.2.2 COOPERATIVA	37
1.3 TRAJETÓRIA DE GIOVANE	40
1.3.1 ARTESÃO.....	42
1.3.2 TRABALHO COM SEMENTES	44
1.4 TRAJETÓRIA DE FARIAS	47
1.4.1 ARTESÃO.....	50
1.4.2 O MERCADO DE SEMENTES	51
1.4.3 EMPREENDEDORISMO.....	53
1.5 TRAJETÓRIA DE ARLETE	55
1.5.1 ARLETE E A COOPERATIVA AÇAÍ.....	58
1.5.2 ARLETE E A ARTE.....	59
1.6 TECENDO AS TRAJETÓRIAS	60
2 “A GENTE TEM VISTO A GRANDE TRANSFORMAÇÃO...”	65
2.1 MITO, HISTÓRIA, NARRATIVA.....	72
2.2 A INVERSÃO Iaçã-açaí: O MITO NAS RELAÇÕES SIMBÓLICAS DA COOPERATIVA AÇAÍ.....	76

2.3 “As PEDRINHAS COLORIDAS”, NA MEMÓRIA E NARRATIVA	80
2.4 “A JARINA TEM MOVIMENTO” E “O REMO É TEMPORAL”: A LÓGICA DAS QUALIDADES SENSÍVEIS	87
2.5 SOCIOTECNOLOGIAS NA PRODUÇÃO DE BIOJOIAS.....	94
2.6 O QUE SE SABE DESSA GENTE, CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E OUTROS DEVIRES	100
3 TECENDO A DIVERSIDADE ENTRE PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO E REDES DE SUSTENTABILIDADE.....	103
3.1 REDES DE SUSTENTABILIDADE, MEDIAÇÕES E CULTIVAÇÃO DE VÍNCULOS	107
3.2 A COOPERATIVA AÇAÍ E A REDE DA JUSTA TRAMA.....	113
3.3 A OBJETIVAÇÃO DOS PRODUTOS NAS REDES LOCAIS.....	117
3.3.1 INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA.....	117
3.3.2 COMUNIDADES RIBEIRINHAS	120
3.3.3 HIDRELÉTRICAS E MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS	125
3.3.4 O POLO DE BENEFICIAMENTO DE SEMENTES	127
3.4 DIVERSIDADE CULTURAL E REDES DE SUSTENTABILIDADE	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS	141

PREFÁCIO –
A JUSTA TRAMA E AS MALHAS DA COOPERAÇÃO

Este livro, ao trazer a experiência da Cooperativa Açáí e da sua inserção na rede Justa Trama, mostra um empreendimento bem-sucedido no desafio de abrir e manter em movimento circuitos alternativos às cadeias produtivas, moldados pelas grandes corporações. Iniciativas populares como as apresentadas aqui, de um modo geral, se tornam quase invisíveis, vivendo abaixo da linha d'água dos grandes fluxos do mercado. São empreendimentos sociais que sustentam uma vida produtiva no contrafluxo das vias comerciais que importam para a acumulação capitalista. Iniciativas como as cooperativas populares, a produção sustentável e o comércio justo, embora habitem uma esfera liminar em relação às estruturas dominantes de produção, articulam um universo de pequenos e médios empreendimentos capilarizados no território brasileiro, empoderando um sem-número de mulheres e homens, artesãs e artesãos, produtoras e produtores agroecológicos, grupos locais, comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas.

É também desde um momento liminar, um intervalo extraordinário do tempo que nos lançou no avesso do mundo, que escrevo este prefácio. Nesta semana, o Brasil entrou em quarentena com a chegada da Covid-19, causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2). Depois de percorrer uma longa jornada, que se iniciou em novembro na China e se expandiu pela Ásia e Oceania, chegou à Europa, às Américas e à África. No Brasil, o vírus decola em sua curva ascendente de disseminação. É neste contexto de pandemia que, todos os dias, somos confrontados com a nossa fragilidade. A queda dos ativos financeiros, a alta do dólar e a desaceleração da economia acompanham as medidas de isolamento social e as projeções de colapso dos serviços

de saúde, com a expectativa de aumento dos casos. As medidas de contenção envolvem o isolamento social. Estradas barradas, cidades fechadas, voos cancelados, comércio suspenso, trabalho em casa, manifestações políticas contra o governo e aplausos para os profissionais da saúde, desde as janelas dos prédios. Parece que chegamos, pelas mãos de um vírus, ao cenário mais próximo do que há tempos foi anunciado como a grande crise do capitalismo. Ao mesmo tempo, se evidencia uma profunda inflexão das nossas relações com o ambiente em face da vulnerabilidade humana diante desse “nano” inimigo, cuja origem parece estar relacionada a hábitos alimentares que aproximam animais exóticos, onde o vírus é endêmico, das biotas humanas, seu território de conquista.

O vírus, formado por uma estrutura simples e primitiva, constituída de um filamento de RNA (ácido ribonucleico), envolvido por uma fina membrana esférica de gordura e proteína, ao ar livre, desidrata, seca e morre. No entanto, seu poder de disseminação e destruição nos organismos humanos transforma este mínimo ente biológico no principal fator de colapso social. Um momento doloroso para viver, mas raro para pensar. Afinal, como aconselhou o papa Francisco, “não devemos desperdiçar estes dias difíceis”.¹

Observando as drásticas mudanças da desaceleração forçada para achatar a curva da contaminação, parece que chegamos aos dias em que a Terra parou, como na canção visionária de Raul Seixas. A lentificação compulsória está freando abruptamente o imperativo da rapidez, virtude máxima da produtividade, e no rastro dessa parada forçada e turbulenta emergem, desconcertantes, algumas pistas daquele outro mundo possível que reivindicavam os Fóruns Sociais Mundiais, na virada do milênio. No entanto, neste caso, não se trata da utopia sendo

¹ Ver entrevista com o papa publicada pelo IHU/Unisinos em: <http://www.ihu.unisinos.br/597240-o-papa-nao-desperdicem-esses-dias-difíceis>.

realizada, mas de uma distopia que deixa todas as nossas expectativas em suspensão.

O mundo entrou em quarentena. As imagens das metrópoles com suas ruas e pontos turísticos completamente esvaziados mostram também a melhoria na qualidade do ar, com a drástica redução das emissões de carbono na atmosfera. O céu de Beijing nunca esteve tão límpido. Os cisnes voltaram aos canais de Veneza. O centro de São Paulo silenciou. Eu ouço da janela, pela primeira vez, os sinos da igreja do bairro e o violino que a vizinha do prédio da frente ensaia todas as tardes. Essas cenas emitem, ao mesmo tempo, sinais reconfortantes e estranhamente ameaçadores. A realidade não é mais a mesma e produz mensagens de duplo vínculo todo o tempo, desconcertando-nos.

Governos, porta-vozes de políticas privatizantes, são confrontados com a urgência de prover saúde e renda para todos. Depois de pelo menos quatro décadas de neoliberalismo e desinvestimento em sistemas de saúde e seguridade social, o mundo dos negócios clama pela intervenção do Estado. Fala-se em um novo Plano Marshall, renda mínima, solidariedade, políticas distributivas. Nesse contexto, assim como as cooperativas populares e o comércio justo, muito do que estava abaixo da linha d'água, latente, pode emergir. Redes de apoio mútuo, produção solidária, trocas não mercantis, movimentos por códigos abertos, tecnologias de acesso livre aparecem entre diversas outras trilhas de compartilhamentos e cooperação. Potências da vida social que sempre estiveram ali, mas nesse contexto mostram sua força e oportunidade.

A leitura de *Biojoias, biodiversidade e redes de sustentabilidade na Amazônia. O caso da Cooperativa Açaí, de Rondônia*, neste raro momento, me fez pensar também em Richard Sennett, e seu projeto “Homo Faber”. Depois de ter escrito sobre os impactos sociais e emocionais dos processos de flexibilização do trabalho e precarização dos vínculos no novo capitalismo, concluiu que “a ideia de encontrar uma alternativa não é um

projeto utópico, mas algo que precisamos fazer porque esse sistema não funciona”.² É nessa direção que empreende a trilogia *Homo Faber*, onde reflete sobre as habilidades fundamentais para manter os laços humanos e seguir vivendo juntos. Por isso, o segundo livro da trilogia chama-se *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*.

A cooperação como habilidade social ganha uma importância ainda maior num contexto como o que vivemos. Experiências como a da Cooperativa Açaí e da rede Justa Trama tem a potência de evidenciar a viabilidade das relações de reciprocidade que, mesmo em regiões empobrecidas, conseguem recuperar a dignidade do trabalho e do esforço coletivo. As biojoias e o algodão agroecológico, mais do que mercadorias, se transformam na materialização de formas de seguir vivendo juntos. Práticas de resistência insistem na circulação de produtos artesanais, biorregionais, tecendo uma malha de aprendizagem, onde se entrelaçam projetos sociais, economias solidárias de emprego e renda, práticas agroecológicas, financiamentos coletivos. Isso sem falar nos trabalhos de consultoria e apoio técnico de profissionais que vivem também nesses circuitos, como mediadores e assessores, oferecendo seus conhecimentos e aprendendo com os saberes dos homens e mulheres com quem trabalham. Assim, biomas, lugares, práticas materiais e culturais se conectam num círculo virtuoso, valorizando as pessoas que ali habitam, produzem, aprendem e ensinam.

Daí a importância do trabalho de pesquisa que dá voz a essas experiências e torna visíveis seus caminhos de produção e aprendizagem. A pesquisa sobre iniciativas produtivas de gestões populares é uma realização do “Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais do Brasil: Gestão e Inovação” (LaPCAB). Esse projeto foi aprovado no Edital da Capes/PNPD 2010 e contou também com financiamento pelo CNPq e Fapergs,

² Ver entrevista com Richard Sennett, concedida a Giovanna Bartucci em 2012 para o jornal *Valor Econômico*, em: <http://www.valor.com.br/cultura/2801450/juntos-agora>.

desde o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Em tempos de ataque à ciência, é importante destacar que investimentos como esses permitiram que a equipe de pesquisadores do laboratório, que está no sul do Brasil, pudesse identificar e etnografar experiências como a da Cooperativa Açaí, em Rondônia, e da rede Justa Trama, em vários estados. Neste livro, podemos percorrer essa malha de cooperação e nos juntar a essa *justa trama*, em qualquer ponto de seu caminho, desde a pesquisa científica até o consumo responsável.

Isabel Cristina de Moura Carvalho

Unifesp

São Paulo, 17 de março de 2020

APRESENTAÇÃO

[...] afirma-se frequentemente que, à diferença das ciências humanas, as ciências naturais possuem o exclusivo privilégio de poderem renovar suas experiências em condições idênticas em outros lugares e momentos.

Nós certamente não montamos nossas experiências, mas o leque diversificado das culturas humanas permite buscá-las onde elas estão.

Lévi-Strauss (2006, p. 12)

A trajetória das políticas culturais contemporâneas, entre as ações coletivas locais ou globais e a institucionalização dos processos de reconhecimento, do direito às diferenças, das políticas de identidade e dos direitos culturais, marcou uma crescente democratização de tais políticas. Desde uma agenda desenvolvida pela Unesco, a partir do Acordo de Florença, em 1950, uma série de convenções e regulações foi se estabelecendo¹ e gerando impactos situacionais distintos em vários países. Nesse processo, a concepção de diversidade cultural foi se consolidando como princípio fundamental de afirmação da democracia, sobretudo associando o caráter transversal de tal afirmação em associação com o pluralismo cultural, os direitos humanos, a criatividade e a solidariedade, como se inscrevem nos títulos dos capítulos da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (Unesco, 2001).

Desde os impactos situacionais dessa agenda, sobretudo no caso brasileiro, foi se produzindo uma inversão das políticas

¹ A trajetória desse estabelecimento inclui, segundo Dias (2015, p. 372): a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972), o Protocolo de Nairóbi (1976), a Declaração sobre Raça e Preconceitos Raciais (1978), a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (1982), a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989), a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

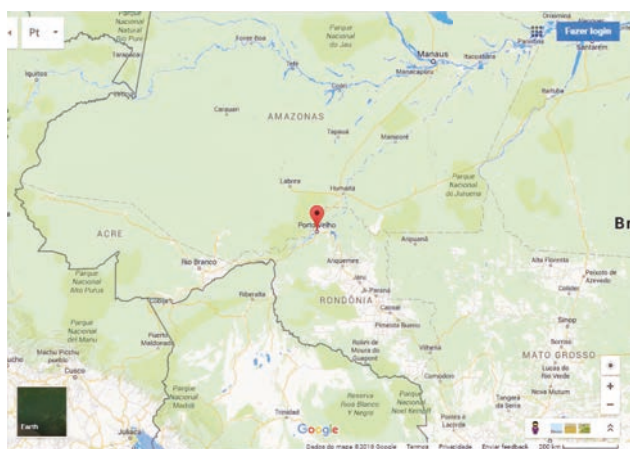
culturais historicamente instituídas e impositivas (Calabre, 2010) para políticas que valorizavam a “potencialização de atos coletivos” (Santos, A., 2012, p. 67), organizados em torno de novos arranjos institucionais (Lima; Ortellado; Souza, 2013; Miranda; Rocha; Egler, 2014). Esses novos arranjos foram possibilitados, em boa medida, pelas reformulações propositivas da concepção de cultura, que seguiram as considerações finais da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (1982), até ser formulada, na Declaração Universal da Diversidade Cultural, como “o conjunto específico de características espirituais e materiais, intelectuais e afetivas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social, e que abrange, além das artes e das letras, estilos de vida, formas de vida comunitárias, sistemas de valores, tradições e crenças” (Unesco, 2001, p. 1).

Ocorre que tal formulação de cultura tem sido problematizada na agenda das políticas culturais, em decorrência de algumas controvérsias, geradas ora pela leitura dos processos culturais expressa nos marcos documentais da Unesco, onde cultura torna-se uma expressão isenta de disputas e conflitualidades, ora pela sua dimensão problemática, referente ao fato de o “espelho único da cultura eurocêntrica” (Cortês, 2012, p. 146) e o seu caráter monocultural ainda balizarem as referências culturais locais e de comunidades tradicionais (Dias, 2015). Outros autores têm indicado, também, a ambivalência que os projetos culturais inscritos nessa concepção comportam, entre o reconhecimento político das diversidades culturais e as proposições que apenas mercantilizam as culturas (Lopes; Totaro, 2016; Yúdice, 2006).

Para além dessa problematização, várias iniciativas de democratização das políticas culturais brasileiras, nas últimas décadas, enfatizaram algumas dificuldades estruturais. Assim, desde os arranjos institucionais que orientaram tais políticas, alguns fatores se destacam, entre eles: a dimensão dos territórios delimitados pelas políticas, ou para as políticas (Rubim, 2012); as redes constituídas pelos atores dessas políticas (Cava, 2015); e a constatação de que o termo “cultura” é apropriado pelas

comunidades e coletividades tradicionais, como critério de desempenho, em sua interação com agências governamentais e institucionais (Lopes; Totaro, 2016; Yúdice, 2006). E embora essa tríade seja constitutiva do escopo das políticas culturais no país, ela não alcançou, ou alcança, o território brasileiro de maneira universal, de forma que se torna necessário investigar e analisar os processos de marcação da diversidade cultural em regiões nas quais essas políticas ainda carecem de efetividade.

Nesse sentido, este livro elabora uma análise situacional das trajetórias de mulheres e homens de diferentes origens da Amazônia brasileira, que constroem experiências comuns a partir de um empreendimento de associativismo local, autorreconhecido como Cooperativa Açaí, localizado em Porto Velho, capital do estado de Rondônia.²



Mapa de localização do município de Porto Velho, Rondônia.

Fonte: Google Maps.

² Rondônia é um dos estados da região Norte do Brasil. Segundo dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado conta com uma população de 1.562.409 hab., com uma estimativa populacional, registrada para o ano 2019, de 1.777.225 hab. Possui uma área territorial de 237.765,293 km² e densidade demográfica de 6,58 hab./km² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019).

Desde as tramas tecidas nessas trajetórias, busca-se evidenciar o entrelaçamento entre narrativas orais, memórias sociais e construção de conhecimentos tradicionais, em projetos individuais e coletivos permeados de afirmações e indagações acerca do lugar da diversidade cultural, em interações com a natureza, com as forças modernizantes do campo de desenvolvimento e a reprodução de redes de sustentabilidade locais.

As pessoas que integram o associativismo têm inscrição jurídica como cooperados, mas também são atores de uma trama de significados mais ampla, em termos de rede de parcerias (Becker, 2011), inscritas em um modelo temporal chamado socioambiental, conforme propõem Araújo e Léna (2011, p. 14), no seu esquema de “fases da Amazônia”.

Como se descreverá adiante, as parcerias estabelecidas na trajetória da cooperativa produziram deslocamentos das práticas e discursos de seus associados e associadas, orientados regularmente para lógicas de reconhecimentos nas tramas da diversidade cultural. Por agora, importa destacar que, além do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) – segundo os associados da Cooperativa Açai, o primeiro parceiro dessa proposta de etnodesenvolvimento local³ –, a cooperativa é filiada à Justa Trama, uma cadeia produtiva que tem sede na cidade de Porto Alegre e trabalha com a sustentabilidade do algodão orgânico em cinco estados do país. O empreendimento da Justa Trama envolve diversos agentes sociais, agricultores, artesãos, costureiras, coletores de sementes, entre outros. A cadeia do empreendimento possibilita o manejo diversificado

³ Dessa parceria inaugural surgiu o nome da Cooperativa Açai. O Sebrae possibilitou cursos de capacitação, no mesmo ano da fundação da cooperativa. No contexto desses cursos, relatou Antônia (artesã e ex-presidente da cooperativa), a entidade solicitou a escolha de um nome para o empreendimento das cooperadas. Assim, “como nós trabalhamos com sementes, eu achei interessante o nome Açai e fui uma das que optei pela semente de açai porque aqui a gente tem muito açai, tem polpa e o suco da fruta, e mesmo a lenda dela, do açai, que é uma história muito bonita”, ela explica.

de matéria-prima local e regional. Esses elementos são baseados nos valores da economia solidária e do comércio justo, construídos a partir de processos sociais dinâmicos e de práticas culturais ressignificadas pelos coletivos identificados com a cadeia produtiva.

Os aviamentos da Açáí agregam valores às confecções da Justa Trama. Colares feitos com diversas sementes locais, além de botões de coco, são acessórios valorizados nessa parceria que tem quinze anos de existência. Contudo, é possível afirmar que a cooperativa vai além de uma parceria com a Justa Trama. O “carro-chefe” da Açáí é a biojoia, conforme afirma Arlete, artesã, cooperada e ex-administradora financeira. Por outro lado, Antônia, ex-presidente da Açáí, explicou que a cooperativa desenhou um projeto próprio em parceria com a Conosud (Associação de Cooperação Internacional Nord-Sud), da Espanha, e, a partir disso, foi construída uma sede, “nosso polo”, ela refere, que consiste numa casa próxima do Parque Ecológico da cidade, que está pronta para ser entregue. O Banco do Brasil, interessado no trabalho da Açáí, também se comporta como um parceiro de longa distância quanto à participação.

A característica principal do empreendimento é a produção de biojoias, a partir do trabalho artesanal com sementes, fibras naturais, madeiras reaproveitadas e metais preciosos. Objetos de uso doméstico e decorativo, confeccionados com matéria-prima do bioma da região amazônica, e a elaboração de bonecas de pano, com tecidos de algodão orgânico, também compõem a produção.⁴

⁴ Essas produções secundárias são sazonais e atendem demandas específicas. Assim, no ano de 2013 as mulheres estavam trabalhando na confecção da “boneca da Copa”, tal como chamaram o modelo das bonecas de pano da Justa Trama que foi escolhido entre os produtos para serem exibidos e comercializados na rede do marketing nacional da preparação da Copa da Fifa de 2014, realizada no Brasil. O design das bonecas de pano foi autoria das artesãs Dalvani e Arlete, da Açáí, e integrava uma ação de programas sociais dos cooperados no município de Porto Velho.

O significado do termo “biojoia” aponta para um objeto confeccionado com sementes amazônicas beneficiadas, fios e fibras de tucum, buriti, e a introdução de metais como a prata e ouro que, geralmente, são usados como base para montar as peças (anéis) ou como detalhes e pequenas inscrições em colares e pulseiras (Romero, 2013).⁵

Assim como no caso da Cooperativa Açaí, as biojoias são regularmente definidas como artefatos produzidos artesanalmente por comunidades étnicas ou tradicionais, através de arranjos culturais de matérias-primas vegetais, oriundas dos biomas de origem das mesmas. Em sua origem, esses artefatos guardavam uma regular associação com usos cerimoniais (como colares e braceletes, em arranjos mais raros e sofisticados, como entre os Tukano e os Sateré-Mawé⁶ do Amazonas, ou os Krahó de Tocantins), com a demarcação de ritos de passagem (como os brincos de madeira, entre os Xavante de Mato Grosso), com a produção de utensílios (como o capim dourado entre os Xerente de Tocantins) ou de ornamentos pessoais, para uso cotidiano, e também com a atribuição hierárquica (como os colares de sementes, entre os Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso). Ocorre que, desde o avanço das relações dessas comunidades com a sociedade ocidental, muitos desses artefatos foram apropriados em novos arranjos culturais, passando a integrar um conjunto amplo de bens identitários que, progressivamente, foram se transmutando em tecnologias patrimoniais, em souvenirs turísticos e, mais recentemente, em produtos para os mercados culturais.

⁵ Em sua dissertação de mestrado, Schierholt (2019) descreve brevemente a diferença que alguns associados da Cooperativa fazem com relação aos termos “biojoia” e “ecojoia”, que, no segundo caso, atende apenas ao uso de matéria-prima vegetal.

⁶ No caso dos Sateré-Mawé, essa associação é regularmente projetada como atributo de autenticidade das biojoias que produzem. Ver a descrição do caso da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn), em Manaus, elaborada por Jimenes (2019, p. 134-140).



Os colares de sementes, entre os Cinta Larga.
Foto: Jesco Von Puttkamer, 1972 (Cinta Larga, 2003).

A produção artesanal da cooperativa, em especial as biojoias confeccionadas, é destinada para os mercados nacional e internacional. Já os processos produtivos que se constituem em torno desse projeto, ao envolverem o associativismo da Açaí, a atuação de comunidades ribeirinhas e de artesãos da região amazônica, são elementos que permitem gerar não somente renda para as famílias envolvidas, mas também construir autonomia cultural e trocas simbólicas, distintas da lógica da economia da dependência, no marco do que Stavenhagen (1985) e Little (2002) chamam de uma proposta de etnodesenvolvimento local, dentro e fora de Rondônia, mas não isenta de outras parecerias, tensões e conflitos. As relações entre cooperados e ribeirinhos, por exemplo, se mantiveram intensas por um tempo determinado; no entanto, as transformações sociais, ambientais, de mobilidade populacional, de produção, mão de obra e trabalho provocadas pela construção da usina hidrelétrica

de Santo Antônio e da hidrelétrica de Jirau, em Porto Velho, alteraram profundamente, de forma negativa, essas relações.

Atualmente, associados e ribeirinhos mantêm uma relação de distância forçada, conforme se expõe no terceiro capítulo, devido aos deslocamentos recorrentes dos seus lugares de origem e de moradia, a que se veem obrigadas as comunidades ribeirinhas pelos projetos desenvolvimentistas presentes na região, e das enchentes do rio Madeira, em especial, uma ocorrida no ano de 2014.

Perseguindo e perquirindo esses processos, propõe-se ampliar o significado do termo “biojoia”, assim como de outros objetos produzidos pelos associados, a partir de uma lógica das suas qualidades sensíveis (Lévi-Strauss, 1989). A hipótese que orienta esta elaboração é que nas interações entre pessoas, coisas, sementes e tecnologias é possível pensar em uma “síntese disjuntiva entre humanos e não-humanos” (Viveiros de Castro, 2011, p. 319). Para tanto, procura-se abordar no segundo capítulo, a partir das narrativas de cinco mulheres associadas, de que forma os associados da Açáí operam os conhecimentos sobre as sementes, os rios, as coisas e objetos da Amazônia,⁷ em um contexto marcado por produção de territorialidades, transformações sociais radicais e temporalidades diversas (Porto-Gonçalves, 2008). De que maneira os atores sociais da Cooperativa Açáí elaboram um “testemunho da sensibilidade” das sementes e das coisas, como compreende Lévi-Strauss (1989, p. 27), na lógica das qualidades de plantas e objetos que atendem a classificações e racionalidades específicas.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é etnográfica e se situa em uma elaboração reflexiva e de produção de insights,

⁷ Os aspectos da construção de identidade e experiências de vida dessas mulheres serão contextualizados no decorrer do livro. Apesar de privilegiar a fala de cinco mulheres, a análise recupera alguns elementos da experiência social do artesão Daniel, marido de umas das cooperadas e sócio-fundador da Cooperativa. Por motivos de saúde, Daniel não teve condições de gravar entrevistas, mas sempre que podia participava das conversações entre pesquisadores e cooperadas.

na experiência-processo do trabalho de campo, que se configura como um exercício “do olhar, do ouvir e do escrever como atos cognitivos e interpretativos” (Cardoso de Oliveira, 2000, p. 18). É preciso esclarecer que a etnografia não se desenvolveu nos termos de uma presença, de longo tempo e continuada, dos pesquisadores no contexto da Cooperativa Açai, mas a partir de uma “atitude de atenção viva”, como nos instiga Magnani (2012, p. 265). Os antecedentes do trabalho se situam nos anos de 2013 a 2019,⁸ no marco da atuação de antropólogos e pesquisadores do projeto “Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais do Brasil: Gestão e Inovação” (LaPCAB).⁹ Nesse contexto, os materiais e resultados do trabalho de campo (vídeos etnográficos, entrevistas gravadas, relatório de pesquisa, registros fotográficos), que se realizaram na cidade de Porto Velho junto aos associados da Cooperativa Açai, fazem parte de um banco de dados no qual são organizadas e disponibilizadas as pesquisas etnográficas das distintas regiões do país escolhidas. A partir disso, sugere-se que o LaPCAB pode ser pensado como um “campo de possibilidades” (Velho, 1994, p. 27) que envolve a inter-relação entre humanos e não humanos, ou seja, a interação entre coletividades sociais locais e as tecnologias, coisas e artefatos, com

⁸ As pesquisas de campo foram realizadas em seis viagens, durante o período. No trabalho de campo foram produzidas entrevistas gravadas em vídeo, registros fotográficos e relatórios de campo. Aqui, registram-se os agradecimentos a todas as pessoas com quem se construiu interlocução nesse contexto, em especial aos associados da Cooperativa Açai e às pessoas do associativismo Justa Trama, de Porto Alegre, que proporcionaram dados importantes para este estudo.

⁹ O projeto do LaPCAB foi aprovado no Edital Capes/PNPD 2010 e se desenvolve através de pesquisas financiadas pelo CNPq e a Fapergs, desde o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), envolvendo uma rede de pesquisadores em diversas instituições do país. O escopo do projeto formou-se de investigações sobre as trajetórias e práticas de coletividades e comunidades de atores produtores de bens identitários, ou de marcação social (artesãos, extrativistas, pescadores, entre outros), que se reconhecem em um contexto ambiental determinado e que utilizam, nas suas atividades, tecnologias patrimoniais que integram as percepções locais de cultura e ambiente. Agradecemos à Capes, ao CNPq e à Fapergs, pelos financiamentos das bolsas e auxílios à pesquisa.

capacidade de agência, na produção de redes e parcerias que formam coletividades sociotécnicas (Latour, 2012). Assim, a proposta geral deste livro parte das possibilidades de análise das qualidades sensíveis das biojoias produzidas por essas coletividades, no âmbito da grande transformação da Amazônia.



Entalhe de madeira jequitibá, realizado por Daniel, Cooperativa Açaí.
Foto: Fanny Longa Romero, 2013.

1 A FORMAÇÃO DA COOPERATIVA AÇAÍ E AS TRAJETÓRIAS DE SEUS ASSOCIADOS

Os sujeitos deste estudo são mulheres e homens, artesãos de biojoias, ecojoias, produtos em tecido como bolsas e bonecas. Para produção de biojoias e ecojoias são aproveitadas sementes e fibras originárias do bioma amazônico e para a confecção de bonecas utilizam tecidos produzidos com algodão orgânico da rede Justa Trama. Os cooperados estão organizados através da Cooperativa Açaí, nome comercial do microempreendimento chamado originalmente Cooperativa de Trabalho dos Artesãos de Rondônia; nome que foi substituído pelo atual, Cooperativa de Produção e Comercialização de Artesanato de Rondônia. A cooperativa faz parte da rede Justa Trama, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Unisol Brasil. Foi fundada em 7 de janeiro de 2003 e é composta por 22 associados provindos dos estados de Maranhão, Amazonas, Acre, São Paulo e Santa Catarina, incluindo uma indígena Karitiana (Storto; Vander Velden, 2005).

A sede da Cooperativa Açaí está localizada à rua Henrique Dias, próximo ao Mercado Municipal e defronte ao Sindicato dos Produtores Rurais, no centro da cidade de Porto Velho, em um espaço cedido pelo governo estadual em regime de comodato, por até vinte anos. Trata-se de um galpão dividido em pequenas lojas, uma das quais é ocupada pela cooperativa, tendo à entrada uma faixa de identificação, acima da porta. Recentemente, o local passou por reformas no piso e na pintura. Nesse espaço funciona a loja da cooperativa, onde são comercializados os artefatos culturais produzidos pelos cooperados, além de produtos regionais e indígenas, em regime de consignação. Os artefatos indígenas são trazidos por mulheres vindas do “caminho de Manaus”, referência usada pela atendente da loja ao explicar de onde vinham essas mulheres. Segundo ela, “esses povos

habitam em algum lugar no trecho do rio Madeira, entre Porto Velho e Manaus”. A negociação desses artefatos se dá no regime de consignação com um acordo de data para as mesmas passarem na loja e receberem o pagamento ou, no caso de não vender nenhum dos artefatos, poder recolhê-los. Esta prática é recorrente devido ao fato de essas indígenas irem raras vezes para a cidade e ficarem ali poucos dias.



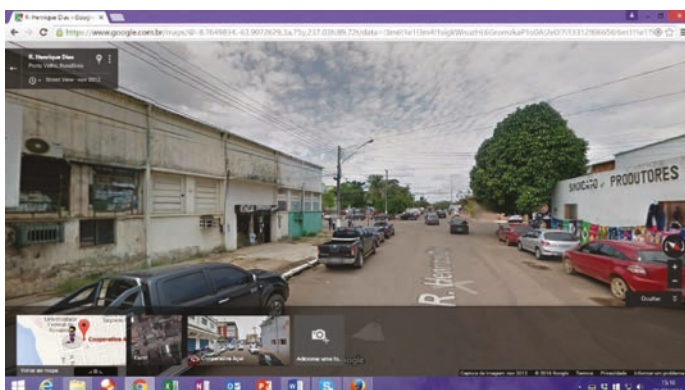
Imagens da área interna da loja.
Fotos: Anelise F. P. Schierholt, 2017.

Junto à loja está instalado um pequeno ateliê para confecção de bonecas de pano para a rede Justa Trama. Esse ateliê é constituído por uma bancada de tábua que corre paralela à parede lateral esquerda da loja e é composto por um balcão, duas máquinas de costura modelo “doméstico” e uma máquina de overloque. Segundo Cristina (artesã), a cooperativa tinha muitas dificuldades em manter a loja aberta e a instalação do ateliê junto à loja contribuiu para isso, além de “proporcionar aos visitantes observar como são produzidas as bonecas”.

O trabalho artesanal com sementes iniciou a partir de um curso de capacitação ministrado pelo Programa Brasileiro de Artesanato, em parceria com o Sebrae, em 2003. Os artesãos

relatam que já faziam diversos tipos de artesanato na época, mas que passaram a utilizar sementes em suas peças após a participação nos cursos do Sebrae.

Na loja da cooperativa são comercializados artefatos em madeira, colares, brincos, pulseiras, braceletes, anéis, palitos de cabelo, cestos, cestinhos com bonequinhas “lavadeiras”, utensílios de barro e madeira, ímãs de geladeira, filtros dos sonhos, souvenirs, chapéus, bonecas de pano, camisetas, saias, regatas, camisas polo, vestidos, calças, bonés, chocalhos, artesanato em tecido, arranjos de flores artificiais, miniaturas em coco. A cooperativa vende nas feiras de economia solidária, em diversos lugares do Brasil e, principalmente, através da Justa Trama. Os preços são diferenciados entre os associados da cooperativa e, no caso dos artefatos produzidos para a Justa Trama, todos os materiais utilizados são listados em uma planilha pela própria cooperativa; após esta etapa, as cooperativas filiadas levam seus custos para discussão nas reuniões com os outros componentes da Justa Trama, para verificar se o produto e seu respectivo preço estão apropriados ao mercado. Esse debate se torna necessário devido aos diversos fatores de produção que perpassam pelos processos realizados, desde o plantio até a venda nas feiras e lojas.



Localização da Cooperativa Açai em Porto Velho.
Fonte: Google Earth.

A parceria (ou o elo) da cooperativa com a Justa Trama garantiu, através da elaboração de projetos, o fornecimento de maquinário para instalar um ateliê de bonecas e um transformador de energia, e para a instalação de um polo¹ de beneficiamento de sementes, em Porto Velho. A cada final de ano a rede faz um balancete e distribui o valor excedente das vendas de forma igualitária entre os empreendimentos ligados e ela. Em 2015, esses recursos somaram pouco mais de R\$ 4.000,00 para a Cooperativa Açai e foram utilizados para a reforma da loja. Os tecidos utilizados na confecção das bonecas provêm da Justa Trama e sua produção é de exclusividade da Cooperativa Açai, junto com o fornecimento de botões para as peças de vestuário e acessórios femininos.

Embora a trajetória da cooperativa tenha gerado outras parcerias ao longo de sua existência, visando objetivar demandas inscritas na produção de seus artefatos, na situação atual da cooperativa, cada associado é responsável por adquirir suas sementes e beneficiá-las, ou comprá-las já beneficiadas, seja de outros associados ou não. Nos casos em que o associado tem o maquinário necessário para executar mais etapas na produção das peças e, com isso, vendê-las por um preço mais barato que aquele que compra as sementes já beneficiadas de terceiros, a competitividade entre os mesmos é prejudicada e coloca alguns em situação difícil, porque na maioria das vezes seu custo de produção é maior. Essas condições deverão ser equalizadas quando o polo estiver pronto e funcionando. Com todos os equipamentos necessários para o beneficiamento das sementes, a produção deverá aumentar e proporcionar maior concorrência nos preços e, além de receber pela venda de biojoias e ecojoias já prontas, os associados receberão também através da comercialização de sementes beneficiadas.

Essa breve apresentação já permite reconhecer que a experiência comum desses associados em torno da participação no

¹ As questões em torno da instalação desse polo serão discutidas no terceiro capítulo.

projeto da cooperativa está em permanente construção. Como será exposto na sequência, tal construção decorre dos movimentos diacrônicos e biográficos que reúnem indivíduos migrantes em contextos determinados dos processos migratórios para a Amazônia, nas últimas décadas (Araújo; Léna, 2011), e de movimentos sincrônicos de encontros desses indivíduos em torno de experiências de formação e atuação, como artesãs e artesãos.

Na medida em que as experiências comuns desses indivíduos em torno da produção de bijoias decorre de situações biograficamente determinadas (Schutz, 2004), expõem-se a seguir os registros das trajetórias de cinco associados e ex-associados da Cooperativa Açai. A elaboração dessas trajetórias permite reconhecer que os movimentos diacrônicos e biográficos dos indivíduos podem gerar clivagens nos propósitos que os reúnem em torno de experiências comuns, mas, também, que os movimentos sincrônicos têm potencial de sobrepor essas clivagens pela sinergia das representações construídas nessas mesmas experiências, como “sistemas simbólicos compatíveis” (Bertrand, 1989, p. 16).

1.1 TRAJETÓRIA DE DALVANI

Maria Dalvani de Souza, mais conhecida como Dalvani ou Dalva, 52 anos, tem três filhos, entre eles Catiele, também associada da cooperativa. Sócia-fundadora da Cooperativa Açai, foi presidente da mesma em três mandatos, tendo se afastado no último por motivo de doença.² Antes, trabalhava como manicure e quando se separou de seu esposo, no início dos anos 2000, começou a trabalhar com sementes, confeccionando colares e pulseiras. Faz somente o trabalho de montagem das peças e compra as sementes já beneficiadas. Ingressou na polícia civil e se tornou funcionária na Delegacia da Mulher, no centro de Porto Velho,

² A doença contraída por Dalvani causou seu falecimento em 2019. Aqui, a descrição foi grafada em tempo presente para manter a uniformidade com as demais trajetórias.

localizada na rua lateral da cooperativa. Depois que iniciou na polícia civil continuou com o trabalho artesanal nos horários de folga. Na Cooperativa Açaí, ou Açaí, forma como Dalvani se refere à cooperativa, trabalha com a criação de bonecas e acessórios para a rede Justa Trama.



Maria Dalvani de Souza.
Foto: Anelise F. P. Schierholt, 2016.

O início dos trabalhos com as sementes se deu a partir da realização de cursos para a confecção de biojoias e ecojoias, que foram aplicados “aqui nos sete estados” (da região Norte do país), através de um programa do Planseq,³ desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Naquele momento, houve um grande destaque para as biojoias e eco-

³ “Os Planos Setoriais de Qualificação (Planseq), instituídos em 2004, são um instrumento complementar aos PlanTeQs, orientados ao atendimento transversal e concertado de demandas emergenciais, estruturantes ou setorializadas de qualificação, identificadas a partir de iniciativas governamentais, sindicais, empresariais ou sociais, cujo atendimento não tenha sido passível de antecipação pelo planejamento dos entes federativos ou municipalidades conveniadas ao PNQ” (Bahia, 2009).

joias, devido às belíssimas peças que eram produzidas. Segundo Dalvani, nessa época a cooperativa não tinha a estrutura e organização adequadas que conseguissem suprir o mercado, o que atualmente estão tentando resolver.

Na sua trajetória como liderança na cooperativa concluiu que existem dois tipos de líderes: um é aquele que quer ser seguido, ter discípulos, que tem um sonho e encanta as pessoas por isso; o outro é aquele que quer impor suas ideias às pessoas. Esse segundo tipo de liderança, em sua opinião, “houve muito na Açai”, mas não funcionou pelo fato de se ter a concepção que, em uma cooperativa, todos são donos, então, as pessoas, “muitas vezes por ser mais simples [...] elas preferem se afastar”.

1.1.1 SUSTENTABILIDADE

Segundo Dalvani, na Amazônia, as palmeiras como tucumã,⁴ babaçu⁵ e açai⁶ são plantas que podem ter seus frutos, folhas, palmitos e raízes usados, e são abundantes nessa região: “Tu não vai inventar nada e se você trabalhar com elas sem destruir, você vai ter sempre ela pra outras gerações.” Dalvani resalta que, quando a Cooperativa Açai foi fundada, uma de suas pautas principais era a sustentabilidade dos povos que detêm o

⁴ “A etimologia da palavra Tucumã em tupi (*tukumã*) significa ‘fruto de planta espinhosa’. O fruto tucumã, às vezes chamado de tucum, é da espécie *Astrocaryum aculeatum* e sua palmeira [...] chega a medir até 20 metros, geralmente solitária, de estipe com faixas de espinhos negros, folhas ascendentes, inflorescência ereta e frutos amarelos com tons avermelhados” (Tucumã..., 2019).

⁵ “O babaçu, também chamado bauaçu, baguaçu, auaçu, aguaçu, guaguaçu, uauaçu, gebara-uçu, coco-de-macaco, coco-de-palmeira, coco-naíá, coco-pindoba e palha-branca, é uma espécie (*Attalea speciosa*) da família das palmeiras (*Arecaceae*), dotada de frutos drupáceos com sementes oleaginosas e comestíveis das quais se extrai um óleo, empregado sobretudo na alimentação, remédios, além de ser alvo de pesquisas avançadas para a fabricação de biocombustíveis” (Babaçu, 2019).

⁶ “Açai (*Euterpe oleracea*) é uma palmeira que produz um fruto bacáceo de cor roxa muito utilizado na confecção de refrescos. [...] O açai é cultivado na Região Amazônica (detentora de 85 % da produção mundial), mas também em diversos estados brasileiros, desde os anos 1990” (Açai, 2019).

conhecimento sobre a mata amazônica, os povos da Amazônia, na opinião dela, muito explorados. Considera que os ribeirinhos, extrativistas e os povos nativos têm um conhecimento que “mantém o planeta”, “mantém uma história” e deve ser valorizado. Destaca ainda que esse conhecimento deve ser transformado em geração de renda e defende a criação de leis que promovam recursos para a manutenção dos saberes desses povos, citando o exemplo dos Estados Unidos, que fizeram leis para direcionar recursos para as pessoas que cuidam das fontes naturais.

Em relação aos saberes dos povos da Amazônia, Dalvani chama a atenção que, muitas vezes, os “conhecimentos da mata” são roubados e patenteados e dá o exemplo da copaíba⁷ e da andiroba,⁸ além de alguns cipós dos quais são extraídos seus extratos e, segundo ela, “levados pra fora do país por pesquisadores; não tem uma lei no Brasil que proteja o saber do povo, dos povos da Amazônia e isso é algo que tá sendo roubado, tem coisa na Amazônia que tu nem sabe pra que serve e que tá sendo levado”. Da mesma forma, Dalvani se refere ao artesanato e aos aprendizados que ele proporciona, afirmando que um dos objetivos de criar o polo é também para o artesão ter um espaço, no qual possa ensinar suas técnicas e receber um salário por isso.

⁷ “A copaíba (*Copaifera sp.*) fornece o bálsamo ou óleo de copaíba, um líquido transparente e terapêutico, que é a seiva extraída mediante a aplicação de furos no tronco da árvore até atingir o cerne. O óleo da copaíba é um líquido transparente, viscoso e fluido, de sabor amargo com uma cor entre amarelo até marrom claro dourado. O uso mais comum é o medicinal, sendo empregado como anti-inflamatório e anticancerígeno. Pelas propriedades químicas e medicinais, o óleo de copaíba é bastante procurado nos mercados regional, nacional e internacional” (O caso da copaíba, [2003]).

⁸ “A Andiroba (*Carapa guianensis Aubl.*) é uma árvore alta que cresce a uma altura de até 25 metros. As sementes de Andiroba fornecem um óleo amarelo com propriedades insetífugas e medicinais. [...] O método tradicional para produção do óleo de Andiroba é colher as sementes que, após ter caídas [sic] da árvore, flutuam no rio. Em seguida, as sementes são fervidas. Depois de duas semanas o óleo é extraído com uma simples prensa chamada ‘tipiti’. O óleo de Andiroba é usado pelos indígenas misturado com corante de urucum (*Bixa orellana L.*) para repelir insetos, e como medicamento contra parasita do pé” (O caso da andiroba, [2003]).

Segundo ela, o artesão tem urgência de dinheiro porque “o que ele vende hoje já é pra comer”. Contudo, a construção do polo ultrapassa as questões financeiras:

[...] quando nós compramos o polo a nossa visão foi que nós tivéssemos um local que mostrasse pra nós a sustentabilidade, que tivesse um ambiente onde tu tivesse contato real com o que tu tá produzindo, entendeu, então quer dizer assim, é um local onde tem bastante floresta, é um local onde a gente quer transformar num ambiente onde você tenha fruta de lá, tenha o chá natural de lá pra você tomar um lanche, então quer dizer assim, e muitas das próprias palmeiras tem lá [...] vamos supor, o babaçu, a tucumã, você pode adquirir de lá e isso vai dar um pouco de responsabilidade social pros próprios artesãos, que do jeito que eles tão transformando aquele ambiente, eles sabem que da mesma maneira nós temos que levar pro ribeirinho, da mesma maneira pro extrativista. Então quer dizer, essa mentalidade que nós queremos construir lá, não só uma mentalidade, quando a gente pensou não foi só um local onde eu fosse fazer a biojoia, foi um local onde eu tivesse todos os estágios pra que eu tivesse realmente uma identidade.

Outro exemplo através do qual a artesã expressa a importância do trabalho dos povos da Amazônia se deu quando participou de uma feira de agricultura familiar em Brasília e presenciou a admiração de alguns ribeirinhos quando viram no que é transformado o babaçu, o tucumã, o açaí do quintal deles, o reconhecimento de que aquele resultado foi parte de um processo iniciado na coleta ou colheita realizada nos seus quintais, destacando a relevância do trabalho realizado por esses povos. Nesse sentido, para Dalvani, as feiras são promotoras desse tipo de trabalho.

Da mesma forma, destaca a importância dos debates em congressos, fóruns, conferências, porque “tu vai levando as peças, vai contando a tua história e aquilo ali vai agregando, foi assim que a cooperativa atingiu os mercados nacionais e internacionais”.

1.1.2 COOPERATIVA AÇAÍ, JUSTA TRAMA E PARCERIAS

A relação da cooperativa com a Justa Trama tem cumprido uma função importante na abertura dos mercados nacional e internacional para os produtos da Cooperativa Açai. Essa relação teve início no Fórum Brasileiro de Economia Solidária, onde Dalvani conheceu Nelsa e Idalina,⁹ quando estas ainda estavam fundando a rede Justa Trama e articulando o trabalho com o algodão orgânico: “Aí eu me apresentei e falei que eu era da Amazônia, da região Norte, se ela não tinha a intenção de juntar também acessórios nossos, que seriam os botões e os colares.” No início, as mulheres da cooperativa se juntaram e fizeram 192 peças de bijoias e ecojoias e levaram para o fórum no Rio de Janeiro. Para Dalvani, foi aí que conquistaram credibilidade para seu trabalho. Depois, utilizando o algodão orgânico da Justa Trama criaram as bonecas que, em dois anos, ganharam o mercado. Durante as reuniões e encontros no Fórum Brasileiro de Economia Solidária também foi discutida, e “quase saiu a [rede] Trama da Mata”, que seria uma forma de articulação entre os sete estados da região Norte para fortalecer e abrir o mercado para os produtos oriundos da Amazônia, como sementes e fibras.

Dalvani ressalta que o sucesso dos trabalhos que a Cooperativa Açai realiza e desenvolve se dá em parte pelas parcerias estabelecidas, que “se nós não tivermos parceiros, você não consegue fazer muita coisa”. Segundo ela, essas parcerias fazem com que a cooperativa, através de seus associados, esteja sempre em movimento, e cita algumas parcerias: o Sebrae, que foi por onde “tudo começou”, hoje presta assessoria e consultoria quando lhe é solicitado; a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), sindicatos da agricultura familiar e de economia solidária estão ligados a comunidades ribeirinhas e extrativistas,

⁹ Essas relações serão discutidas no terceiro capítulo.

elaboram mapeamentos de sementes e indicam qual comunidade tem melhores condições de fornecer cada semente; a Universidade Federal de Rondônia (Unir), responsável pelo desenvolvimento de tingimentos naturais; a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil); a Associação de Cooperación Internacional Nord-Sud (Conosud), ligada à Unisol Brasil e Justa Trama, proveu o financiamento para o polo; a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), parceira no projeto de fabricação de bonecas, no presídio feminino de Porto Velho; a Fundação Banco do Brasil (FBB), com financiamento dos equipamentos necessários para o beneficiamento de sementes.

Na parceria com a rede Justa Trama, da qual a Cooperativa Açai é uma das fundadoras, Dalvani considera que os preços (das bonecas produzidas pela cooperativa com o algodão orgânico da Justa Trama) não podem ser iguais a produtos que precedem de relações distintas com os trabalhadores e o meio ambiente. Para ela, o mercado não está preparado para esse tipo de produto e deve haver mais educação para essa forma de consumo.

Pra mim tem um diferencial porque eu sei que o meu produto ele sustenta toda uma rede, ele sustenta quase 800 famílias, então eu sei que se eu faço uma boneca que ela vai ter todo um valor agregado, todos aqueles valores do menino que planta o algodão, do pessoal que faz a fiação [...] todo esse tipo de trabalho, então eu sei que eu tenho que ter um valor diferenciado, eu não posso pegar a minha boneca e igualar ela com a boneca que é feita na China, que é totalmente com algodão tóxico. Então, quer dizer assim, eu tenho que ter esse diferencial até pra ter sustentabilidade no projeto, porque senão não vai ter [...] eu creio que ainda tem que ter uma, assim, uma educação. Assim, mais publicação, sabe, ainda faltam políticas públicas, que o pessoal são muito assim: nós precisamos proteger o meio ambiente, mas você vai olhar as propagandas é só sobre agrotóxico, é só sobre soja, é só sobre boi. Totalmente... frango cheio de... então quer dizer, tu fala de uma coisa e tu publica outra, entendeu, incentiva outra, então quer dizer assim, ainda falta essa educação, ainda

falta e, também, falta até o próprio grupo da Justa Trama pegar essa identidade, esses valores e brigar por eles.

Na visão de Dalvani, para fomentar o consumo de produtos que não agridem a natureza se faz necessário mostrar que esse produto tem uma identidade diferenciada, que é um produto de uma cooperativa regional e que “tem que ser a nossa cara”. Para isso foi elaborado pelo Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene), que é um centro tecnológico do Sebrae, um logotipo e um *starling*,¹⁰ que não foram utilizados pela cooperativa, mas que estão sendo retomados. Dalvani entende que “as pessoas, elas valorizam, se elas pegam algo que sabem que tem toda uma história, elas às vezes não compram o produto, elas compram a história [...] muitas vezes, elas valorizam o produto pela história, o que que esse produto tem a ver com a história” e, nesse sentido, a utilização de uma marca que mostre essa identidade é fundamental, segundo ela.

1.2 TRAJETÓRIA DE ANTÔNIA

Maria Antônia Oliveira Chaquiam é sócia-fundadora da Cooperativa Açaí e foi presidente da cooperativa por quatro anos. Antônia é chamada de Dona Antônia pelos colegas da cooperativa, tem 54 anos, é natural do Maranhão, nascida em uma pequena ilha que faz parte do Delta do Parnaíba, para ela “um lugar lindo!”. Deixou a casa onde morava com os pais aos oito anos para vir com uma tia para Porto Velho, onde mora há 46 anos. Na cidade, casou-se com Elias Chaquiam, de origem árabe, e tem três filhos: Elias Chaquiam Filho, promotor de Justiça, Erik Oliveira Chaquiam (advogado no TRE) e Erika Oliveira Chaquiam (psicóloga). Atualmente viúva, vive da renda

¹⁰ Starling Software é o nome da empresa que desenvolveu o Sistema SICS: “Um software (programa de computador) para administrar de maneira integrada as diversas rotinas administrativas de micros, pequenas e médias empresas” (Sistema..., 2018).

dos imóveis deixados pelo marido e da venda de artesanatos. Ao identificar-se como uma das sócias-fundadoras, afirmou desempenhar uma participação ativa que tem mais de dez anos de continuidade, “lutando pelos nossos ideais”.



Maria Antônia Oliveira Chaquiam.
Foto: Anelise F. P. Schierholt, 2016.

A casa de Antônia está localizada no bairro Embratel, perto do centro de Porto Velho. Nela moram Antônia e a filha Erika, com seus dois filhos. A construção é de alvenaria e ampla, cercada por muros com uma porta de metal que dá acesso à moradia. Possui ar-condicionado na maioria das peças, nos fundos do terreno há um espaço onde estão instalados alguns equipamentos, armários e vasilhas para o beneficiamento e armazenamento de vários tipos de sementes. O espaço, segundo ela, está desorganizado porque desde a época em que assumiu a presidência da cooperativa teve pouco tempo para se dedicar aos trabalhos com sementes em casa, por esse motivo, muitas vezes compra as sementes já beneficiadas de outros

colegas cooperados, para somente fazer a montagem das peças. Ao lado da casa, num canteiro junto às pequenas plantas, tem um pé de jarina¹¹ que “vingou” somente após várias tentativas, depois de plantar “dez sementes”.

Por diversas vezes, durante conversas informais com os pesquisadores e com outros cooperados, Antônia fez referência ao seu lugar de nascimento, sempre o destino de suas férias. Mesma ênfase é dada ao fato de a família de seu falecido esposo ser descendente de árabes. Numa entrevista concedida por Antônia ao *Diário da Amazônia*, por ocasião da solenidade de entrega das carteiras de artesanato, ela fala da origem da família de seu esposo.

Meu sogro era armênio e minha sogra era síria. Meu sogro veio pra cá e depois mandou buscar a mulher, e aqui tiveram que casar novamente, porque o casamento deles não foi reconhecido no Brasil. Eles se casaram de novo aqui em Porto Velho. (Santos, S., 2015b)

Durante essa entrevista, além do acontecimento do recebimento da carteira de artesanato, Antônia fala sobre a família Chaquiam, sua convivência com ela, e a descreve como uma família “pioneira” em Porto Velho. Descreve aspectos da loja da família na rua José de Alencar, a perseguição no período de ditadura militar e o fato de Miguel, seu sogro, ter sido fundador e patrocinador do Clube Ypiranga.

Quando a conhecemos na cooperativa, em 2016, Antônia estava fazendo as últimas provas para obter o certificado de conclusão do ensino médio. Dizia que largou os estudos após casar, apesar de que, quando conheceu seu futuro esposo, ela estudasse

¹¹ “Jarina, tagua ou marfim-vegetal, assim chamada porque suas sementes, de cor clara, são frequentemente utilizadas como substituto do marfim” (Phytelephas..., 2019). Sobre a produção e comercialização de biojoias com jarina, ver Veriana Ribeiro (2013) e Lopes (2009).

à noite, porque “na época a mulher tinha que obedecer ao marido, hoje é bem diferente”.

1.2.1 ARTESÃ

Antônia começou a fazer artesanato para ajudar a complementar a renda e se reconhece daquelas que “já fez muito crochê”. Inicialmente, fazia pinturas em panos de prato e camisetas; iniciou os trabalhos com sementes apenas com os cursos de capacitação do Sebrae. Quando a cooperativa recebe pedidos da Justa Trama para fabricação de bonecas, trabalha junto com mais algumas cooperadas na confecção dessas peças. Faz outros tipos de artesanato, como arranjos decorativos – dos quais muitos são parte da decoração de sua casa – bolsas em tecidos e com sementes.

Considera que o artesanato é muito desvalorizado em Rondônia, não recebe apoio do município e nem do estado. Segundo ela, tem pessoas que pensam que o artesão é “assim tipo uma pessoa que não tem muito valor”, e o recebimento da carteira de artesão traz o reconhecimento desse tipo de trabalho; entretanto, são poucos os que receberam essa carteira. Da mesma forma, refere-se ao prêmio de segundo lugar de mulher empreendedora recebido do Sebrae. Mas, conforme pôde verificar, a condição do artesão em outros lugares é bem diferente. Quando esteve em Pernambuco, admirou-se de como esse estado valoriza o trabalho do artesão, eles recebem muito apoio e fazem feiras “maravilhosas”.

1.2.2 COOPERATIVA

Segundo Antônia, a fundação da cooperativa se deu ainda no período em que ela e outros associados participavam dos cursos de capacitação do Sebrae. Para a escolha do nome da cooperativa, a artesã conta como chegaram ao nome Açai e por quê.

A origem do nome Açaí é que nós justamente tivemos o trabalho, foi o processo, foi feito com o Sebrae, foi dado as aulas pra nós, aí então, lá [no curso] ela pediu pra gente escolher um nome pra fundar a cooperativa, como nós trabalhamos com sementes eu achei interessante, eu fui uma que optei pela semente de açaí porque aqui a gente usa muito açaí [...] tira a polpa, tem o suco da fruta, não sei se você já bebeu o suco da fruta? Então achei interessante e mesmo a lenda dela [...] lenda do açaí, eu achei uma história muito bonita, então colocamos, todo mundo concordou, daí colocamos o nome de Açaí. Então, até hoje tá aqui com o nome Açaí.

A experiência que adquiriu como presidente por dois mandatos consecutivos na cooperativa lhe proporcionou um grande conhecimento, apesar de ter tido muito trabalho e ter assumido muitas responsabilidades. O trabalho coletivo exige que o “nós” seja a referência e, mesmo estando à frente da cooperativa, todas as decisões devem ser tomadas coletivamente; com isso, “alguns projetos a gente quer fazer, quer botar em prática, mas se não tiver a concordância dos cooperados as coisas não andam, não flui, porque todo mundo tem que se interagir ali e trabalhar juntos”.

Desde o início, participou ativamente nos trabalhos e projetos na cooperativa. Segundo ela, durante os quatro anos em que esteve à frente da cooperativa foram executados muitos projetos, uns bons e outros nem tanto, e, para qualificá-los, participou junto com mais cooperados(as) de cursos de projetos para dentro do estado de Rondônia. Declara que alguns projetos às vezes não são bem elaborados e relata as dificuldades que tiveram ao oferecer um curso de confecção de bonecas no presídio feminino de Porto Velho, em parceria com o Sebrae:

[...] foi dado curso de capacitação pra elas e [...] nós tivemos que fazer o curso [...] do Senai pra poder mexer com as máquinas industriais e isso foi dado, só que a parceria deles não foi uma parceria assim que nos ajudasse, não foi aquela parceria,

vamos dizer assim. Foi bom para a cooperativa? Foi em parte, e em outra parte, não, porque, por exemplo, material nós tivemos que doar material, os instrutores nós tivemos que doar [...] foi com trabalho voluntário, quer dizer que uma parceria que pra nós, que foi feito o projeto com a cooperativa pra vir as máquinas que veio pra lá, pra lá veio as máquina de costura industrial, as costuras retas, costura overloque, então teve as máquinas pra lá. Mas demos o curso, mas um curso assim: a cooperativa teve que comprar o tecido para elas fazerem o material, a cooperativa teve que pegar os instrutores da cooperativa que foi na época que eu estava de presidente, que foi a Cris e a dona Arlete. Eu também administrei um cursinho lá, logo no início, depois chamei a Cris porque [...] não tinha ninguém pra ir e tinha que dar o curso lá, porque já tinha fechado o convênio, então tinha que resolver: ou dava o curso ou ficava na loja. Foi esse período também que a loja ficou um período fechada, até terminar o curso, aí quando a Cris se disponibilizou de dar porque todo mundo, tem muitas pessoas ali que vive do artesanato, que vive daquilo, então se você sai da sua casa pra dar um curso pra toda vez e não ganha nada, ninguém quer, todo mundo quer ganhar um pouco o seu porque há necessidade.

Em relação às vendas realizadas na cooperativa, segundo ela, poderiam ser melhores se a loja abrisse em final de semana; no entanto, a cooperativa não tem condições financeiras para contratar uma funcionária e os cooperados já se revezam nos dias da semana e têm seus compromissos com encomendas. Conta também que quando havia a cachoeira de Teotônio,¹² muitos turistas vinham na loja, mas, agora, o “atrativo da cidade praticamente acabou porque tanto tinha a cachoeira de Santo Antônio e tinha a de Teotônio, que fica próximo”.

¹² A cachoeira de Teotônio, que estava localizada a cerca de 30 quilômetros de Porto Velho, teve sua área completamente alagada, devido à construção da hidrelétrica de Santo Antônio.

1.3 TRAJETÓRIA DE GIOVANE

O artesão José Giovane Valderix tem 66 anos, é natural de Lajes, Santa Catarina, e está em Rondônia desde 1982. Denomina-se rondoniense de coração e define Rondônia o lugar escolhido “para tentar uma coisa de melhor”. Em Lajes, trabalhava como contador e teve escritório próprio. Quando chegou a Rondônia, viu que era um lugar carente de muita coisa, não tinha estrada, portanto tudo era levado de avião, então viajava para o sul e comprava couro de boi para revender em Rondônia. Em 1988, comprou um sítio de 25 hectares de um japonês na localidade Colônia Viçosa, onde mora atualmente. Na época, o japonês tentou extrair o cascalho e pedra-ferro existente ali, mas não teve sucesso e vendeu o sítio para Giovane. Fez diversos cursos do Sebrae, período em que conheceu outras artesãs e artesãos que também participaram do processo de fundação da Cooperativa Açaí, da qual foi o primeiro



José Giovane Valderix.
Foto: Anelise F. P. Schierholt, 2017.

presidente. Devido ao afastamento de Dalvani, por problemas de saúde, estava ocupando o cargo de presidente interino da Cooperativa Açaí, em 2019.

O sítio onde mora fica a 12 quilômetros do centro de Porto Velho e o acesso, a partir da estrada principal, é feito por uma pequena estrada e um pontilhão. Desde que comprou o sítio fez muitas mudanças, derrubou muitos pés de babaçu para fazer a passagem de um igarapé, o que “depois fez falta”, quando descobriu que poderia utilizá-los como matéria-prima nas suas criações. Sua casa ainda não está completamente pronta, é de alvenaria e foi feita em etapas pelo próprio Giovane. Distante uns 20 metros da casa, há um galpão fechado, feito em madeira, no qual guarda as peças em fase de montagem: são souvenirs feitos de madeira, tucumã e ouriço da castanha, como trenzinhos e corujinhas. As lixas e outros equipamentos usados no beneficiamento ficam guardados aí também.

Em outro local, afastado da casa e próprio para o beneficiamento de sementes, aberto e coberto por telhado, são executados os processos de lixamento e corte. Todo o local em volta é composto por árvores e palmeiras, como ouriço da castanha, tucumã, um grande babaçual, açaí e bacaba,¹³ inajá,¹⁴

¹³ “A bacaba, bacaba-açu ou bacaba-verdadeira (*Oenocarpus bacaba*) é uma palmeira nativa da Amazônia. Distribui-se por toda Bacia Amazônica, com maior frequência no Amazonas, Pará, Acre, Tocantins e no sul do Maranhão. Possui como habitat a mata virgem alta de terra firme. Também se acha na floresta do Pacífico, no oeste da Colômbia. É uma palmeira monocaule de porte alto e estipe liso. Pode atingir até 20 metros de altura e 20 a 25 cm de diâmetro” (Bacaba, 2019).

¹⁴ “Inajá (*Attalea maripa*), também conhecida como anaiá, anajá, aritá, inajazeiro, maripá e najá, é uma palmeira nativa da região norte do Brasil, sendo Roraima e Amapá os estados de maior concentração. Alcança até 20 metros de altura e possui estipe anelado, com palmito nobre, folhas dispostas em cinco direções e inflorescências interfoliares. Os frutos do inajá têm uma polpa suculenta e comestível e possuem uma amêndoa, de onde se pode extrair um óleo amarelo, que pode chegar até 4.000 litros por hectare. Em alguns lugares do nordeste, a palmeira *Copernicia prunifera*, mais conhecida como Carnaúba ou carnaubeira, também é chamada de Inajá” (Inajá, 2017).

buriti,¹⁵ e ainda muitas plantas que Giovane foi plantando, como videira e frutas cítricas. Por diversas vezes, tentou fazer muda de jarina e não conseguiu. Para a produção de suas peças usa basicamente todo o material retirado de seu sítio.

1.3.1 ARTESÃO

Desde menino, Giovane gostava de inventar e criar os próprios brinquedos: “Eu fazia o meu carrinho, fazia uma espingarda.” As primeiras peças artesanais produzidas por ele foram banquinhos e cadeirinhas para crianças, mas devido ao lançamento desses objetos em plástico, produzidos industrialmente, houve decadência desse mercado e, como gostava muito de bombom de castanha, abriu uma pequena fábrica de bombom de cupuaçu e castanha. Para ter a matéria-prima, comprou o sítio, onde fez uma plantação de palmeira cupuaçu, e foi assim que, segundo Giovane, teve seu primeiro contato com as sementes. “Tem uma infinidade de sementes aqui em roda e nesse meio tempo a gente foi conhecendo pessoas que trabalhavam com algum tipo de coisa assim, e comecei a trabalhar com elas.” Conta que começou com souvenir e, com a fundação da cooperativa, iniciou os trabalhos com ecojoias e biojoias e, então, junto a outros associados, criaram uma linha própria utilizando sementes, coco e

¹⁵ “O termo buriti é a designação comum das plantas dos gêneros *Mauritia*, *Mauritiella*, *Trithrinax* e *Astrocaryum*, da família das arecáceas (antigas palmáceas). Mais especificamente, o termo costuma se referir a *Mauritia flexuosa* (*Mauritia vinifera* Mart.), uma palmeira muito alta, nativa de Trinidad e Tobago e das Regiões Central e Norte da América do Sul, especialmente de Venezuela e Brasil. [...] É também conhecida como coqueiro-buriti, buritizeiro, miriti, muriti, muritím, muruti, palmeira-dos-brejos, carandaí-guaçu e carandaí-guaçu. Seu fruto, além de rico em vitamina A, B e C, ainda fornece cálcio, ferro e proteínas. Consumido tradicionalmente ao natural, o fruto do buriti também pode ser transformado em doces, sucos, picolé, licor, vinho, sobremesas de paladar peculiar e ração de animais. O óleo extraído da fruta é rico em caroteno e tem valor medicinal para os povos tradicionais do Cerrado que o utilizam como vermífugo, cicatrizante e energético natural. Também é utilizado para amaciar e envernizar couro, dar cor, aroma e qualidade a diversos produtos de beleza, como cremes, xampus, filtro solar e sabonetes” (Buriti, 2019).

madeira em todo tipo de montagem de peças. Entretanto, antes da fundação da Cooperativa Açai, Giovane participou de algumas outras associações.

[...] nós tínhamos uma associação, era a APA, Associação Porto-Velhense de Artesão, mas na época, tipo assim, quem mais trabalhava com biojoia, não, nem se chamava biojoia na época, mais era a parte dos índios que trabalhava com essas coisas, assim e tal, e depois a APA virou Aeron e, por questão de administração, de coisa e tal, ninguém mais se acertou com aquela associação e um foi pra cá, outro veio pra lá, até que a gente, através de um curso que teve no Sebrae, a gente resolveu formar a cooperativa: vamos fazer, já que nós não temos ninguém pra dar assistência pra gente, vamos formar um grupo, uma entidade pra... que represente o artesão.

Giovane explica que muitas criações suas surgem a partir de alguma coisa que foi descartada, jogada no chão e, às vezes, pisada em cima. Conta que ao trabalhar uma peça acaba produzindo uma sobra que naquele momento acaba não percebendo que pode originar uma criação. Segundo ele, nesse momento está apenas concentrado naquela peça que está fazendo e, somente depois, quando está parado, descansando, é que acontece o seu momento criativo.

Atualmente, vende seus artefatos na loja da cooperativa, em bancas de artesanato e lojas em vários pontos de Porto Velho. Descreve suas peças como caracterizadas por conter traços regionais e, por isso, vende muito bem para turistas. As ecojoias e biojoias que Giovane põe à venda na cooperativa são embaladas em saquinhos próprios para esse fim e, das vendas concluídas, ficam 20 % para a cooperativa. A venda em feiras é considerada satisfatória e participa sempre que pode e, em sua opinião, essa participação cumpre uma função muito importante no estabelecimento de novas relações comerciais. No entanto, devido ao alto custo de estandes, estadia e passagens, muitas vezes a participação se torna inviável. Quando se trata de feiras

onde levam produtos da Justa Trama, esta fornece um auxílio para os participantes da Cooperativa Açáí.

1.3.2 TRABALHO COM SEMENTES

Trabalhar a semente, por ser um “produto natural”, requer aprender qual a melhor época para a colheita, fazer a coleta, como fazer a secagem e quais as melhores formas de dar o acabamento adequado à mesma, garantindo a qualidade das peças. Giovane testou formas de secagem no forno do fogão, no sol e na sombra e observou que a melhor hora para trabalhar a semente é quando ela está nova, “depois de ele já tá seco, tá meio velho, não tem qualidade, fica muito duro, você não consegue, quebra muito”. No caso do coco babaçu, tentou cortá-lo seco e chegou a sair faísca devido à sua dureza. Nesse caso, o processo de secagem deve ser feito à sombra e com o coco ainda verde, não sendo recomendado coletar os que estão caídos no chão.

[...] então eu tenho que colher ele [coco babaçu], deixar no ponto, tem que dar a secagem certa; o tucumã a mesma coisa, porque senão quando eu vou fazer o trabalho com o tucumã ele quebra tudinho, que me acontecia muito quando eu comecei a trabalhar com tucumã. Eu faço o souvenir, as chaleirinhas pra enfeite de mesa, e tal, aí tem as alcinhas dela, a gente terminava de fazer cinquenta, cem peças, daí você começava a escutar um estalinho, aí não sabia o que que era, depois quando saía pegar as chaleirinhas, estava quebrada a alça, porque ela trabalha, então, por quê? Porque ela tinha passado do... da época de trabalhar, aí você tem que ir estudando tudo isso, qual é a melhor época de trabalhar, a maneira de cortar, a secagem que você dá.

As matérias-primas que Giovane mais gosta de trabalhar são o ouriço da castanha e o tucumã, pois é possível imprimir qualidade às peças e à produção, o que é fundamental para garantir um bom preço. Apesar do grande uso da jarina entre os

artesãos da cooperativa, Giovane prefere não trabalhar com essa semente e discorda do seu uso, por não ser uma semente originária da região de Rondônia: “É considerada o marfim brasileiro porque ela é muito dura, é bonita, sai uns trabalhos muito bonitos, só que não é nosso.”

Para colorir as sementes é aplicado um tingimento encontrado em mercados, o mesmo utilizado para tingir tecidos, ao qual é adicionado o sal como fixador. Em suas pesquisas particulares Giovane testou ouriço da castanha, cebola, jenipapo, açafraão e, ultimamente, tem feito pesquisa em árvores no próprio sítio. Contudo, anteriormente foram iniciadas pesquisas em parceria com a Universidade Federal de Rondônia (Unir) para desenvolver um tingimento natural. O desenvolvimento de um tingimento natural é essencial, “as sementes são naturais e a gente quer fazer também todo o tingimento natural”, pois esse será um argumento importante para utilizar no momento das vendas e para o cumprimento das pautas sobre a sustentabilidade dos produtos da Cooperativa Açai e da Justa Trama. No entanto, a cooperativa ficou sem ter os resultados esperados ou qualquer tipo de satisfação a respeito da pesquisa, provocando desconfiança e sentimento de inferioridade; nas palavras de Giovane, sentiram-se “usados!”. Este foi o exemplo utilizado por Giovane ao questionar sobre o que a cooperativa ganharia com a pesquisa que estávamos realizando.

Para ampliar a capacidade de produção e organizar um local próprio para o beneficiamento de sementes, a Cooperativa Açai construiu um polo de produção no qual seriam colocados todos os equipamentos para o beneficiamento de sementes, que deveria funcionar a partir dos meses de junho/julho de 2018. Contudo, por falta de energia elétrica não foi possível iniciar os trabalhos. Como Giovane já está habituado a trabalhar no seu sítio, não irá para o polo, porque, segundo ele, além do polo ser distante do local onde mora, no sítio tem todos os seus equipamentos instalados e acredita que instalando seu

maquinário no polo irá tirar lugar de outros. Além do mais, trabalhando em casa está mais à vontade e tem liberdade para adaptar as máquinas de acordo com sua necessidade. Assim, considera que “o artesão não acha uma máquina específica pro trabalho dele, acaba tendo que fazer, você mesmo montando a tua máquina”, e cita um motor que adaptou para executar dez etapas diferentes, dez máquinas num único motor. Enfatiza ainda que, para ele, trabalhar no sítio proporciona satisfação e tranquilidade,

[...] se eu pudesse eu nem saía daqui de dentro, porque é bom pra trabalhar, é calmo, é mais fresquinho, é mais amplo, [...] a matéria-prima está aqui, você vai ali, escolhe como você quer, então você tem todo aquele prazer de estar. Na realidade, eu digo assim: pra mim é uma terapia, às vezes eu estou cheio de problemas e tal e coisa, eu vou trabalhar! [...] eu digo, eu trabalhando ali é uma terapia, daí eu saro porque que eu digo assim: pra fazer o artesanato, você tem que ter paciência, não pode ser assim uma coisa muito atropelada, então aquilo ali já é, só por isso, vamos dizer, você já volta assim naquela, tira aquele teu estresse, aquela coisa, porque vem a calma, tem que estar com calma, concentrado ali pra fazer aquilo, pra mim é ótimo demais!

Para baratear o preço dos artefatos produzidos, Giovane trabalha com produção em quantidades grandes e recusa pedidos muito pequenos, porque por vezes demora mais fazer dez peças do que fazer cem. Essa produção é executada em etapas, num dia faz mil rodinhas de trem, em outro faz o lixamento das castanhas e estoca, para depois trabalhar somente na montagem. As biojoias e ecojoias passam pelo mesmo processo, as sementes são beneficiadas e guardadas para, após, fazer a montagem. Relata que uma das facilidades que tem é de manter o preço estabilizado, há anos que seus artefatos continuam com o mesmo preço. Isso porque não depende de comprar matéria-prima e seus custos se concentram no seu trabalho, eletricidade, cola e lixa.

1.4 TRAJETÓRIA DE FARIAS

Ronaldo Farias Lemos, conhecido como Farias, tem 51 anos, nascido em Rondônia, filho de pai paraense e mãe amazonense. Têm três filhas e um filho, uma estuda medicina veterinária, outra é policial militar, outra tem salão de beleza e o filho cursa o ensino fundamental. Farias foi da polícia militar, de onde foi expulso, e cumpriu pena no presídio em Porto Velho. Seu trabalho como artesão iniciou em 2000 e é um dos sócios-fundadores da Cooperativa Açai, onde trabalhou por dez anos como cooperado e durante a vigência de uma gestão (dois anos) foi tesoureiro. Saiu da cooperativa por não concordar com a forma com que os trabalhos eram conduzidos. Segundo Farias, a cooperativa deveria ser tratada como uma empresa e, para seus associados terem o retorno esperado, deveriam primeiro investir e depois colher os frutos. Tem uma banca na Feira do Sol¹⁶ e, nesta, vende sementes já beneficiadas e suas peças artesanais. Segundo ele, vai para a Feira do Sol somente aos finais de semana, quando as vendas são maiores. Ministra cursos de trabalhos de montagem de peças e beneficiamento de sementes. Atualmente, cursa o sétimo período de filosofia na Universidade Federal de Rondônia (Unir), e trabalha em sua residência como artesão, comprador e revendedor de sementes, registrado como Microempreendedor Individual (MEI).¹⁷ Participa de muitas feiras em outros estados e destaca que as feiras abrem muitos mercados

¹⁶ A Feira do Sol está localizada em um dos pavilhões da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, à beira do rio Madeira, em Porto Velho, desde 2011. Trata-se de uma feira permanente de artesanato, “com a exposição de inúmeros produtos artesanais fabricados [por pessoas] que sobrevivem economicamente dessa atividade, inclusive, indígenas da região” (Díá..., 2018).

¹⁷ Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 81.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria (cf. Portal do Empreendedor-MEI, [2019]).

para o trabalho com sementes. Na opinião de Farias, dificilmente as pessoas viriam ao Norte conhecer os trabalhos que realizam, contudo, elas vão ao eixo Rio–São Paulo–Minas Gerais, e a presença nessas feiras repercute muito nas vendas e nos contatos estabelecidos pelos artesãos e compradores.



Ronaldo Farias Lemos.
Foto: Anelise F. P. Schierholt, 2017.

Sua casa está localizada a cerca de 40 minutos de ônibus do centro de Porto Velho. O seu terreno é cercado, a casa é de alvenaria e nela moram Farias, sua esposa e o filho. Dentro de sua casa instalou uma máquina de fazer estampas em camisetas, para trabalhos futuros. Nos fundos do terreno, em formato de L, tem um espaço amplo para os trabalhos de beneficiamento de sementes, no qual trabalharam anteriormente oito jovens, divididos em dois turnos. Estes trabalhavam no contraturno da escola e recebiam na época meio salário mínimo e, para continuar no emprego, precisavam “passar de ano”. Encontram-se nesse espaço sementes de vários tipos espalhadas pelo chão, armazenadas em sacos e distribuídas, conforme a etapa de beneficiamento,

dentro dos respectivos equipamentos utilizados para executar o processo de lixamento, corte e polimento. O local contém telhado, a parede em formato de L serve também como muro de divisa e o restante do espaço é totalmente aberto, por causa da poeira e calor.

Farias, em sua análise da situação da Amazônia, ressalta que por ter fartura em alimentos as pessoas não “têm ambição”, não “querem crescer”, não “*brigam*” e, em sua opinião, isso se dá também pelos aspectos culturais:

[...] quando eu era pequeno eu lembro que meu pai saía pra caçar e matava caça e distribuía com os vizinhos, antes da hidrelétrica mesmo os vizinhos te davam peixe, ia lá, pescava na piracema, então, era muita fartura aqui. Hoje mesmo, se você sair daqui, vai andando aí na rua, você encontra pé de jambo, você come jambo na rua, você come manga na rua. Então, isso faz com que a gente nos torne é, é cultural isso nosso, viu, por exemplo, quando chove aqui, aí se você é de fora você vai estranhar porque o empregado não foi no dia que choveu. É simples, porque se a gente for analisar, na história, os nossos pais eles não iam pescar porque o peixe não sai, a caça não sai, ela se entoca e o pé de açaí se torna um sabão, você não sobe no pé de açaí pra tirar o açaí, então eu penso que é justamente nessa cultura que a gente tem, que por um lado é bom, mas só que por outro lado vêm as pessoas de fora e pegam o espaço que poderia ser nosso.

Nesse sentido, faz várias críticas discordando da construção da hidrelétrica de Santo Antônio, que, para ele, é um exemplo de usurpação das riquezas dessa região, uma vez que, para amenizar os danos, “eles fazem um trabalho de compensação que, no caso, os pecados deles, pra diminuir os pecados deles, então eles fazem investimento em algumas áreas sociais”. Segundo Farias, a hidrelétrica não trouxe lucro nenhum para as populações locais e regionais, pelo contrário, veio para “massacrar”, para “enriquecer o sul”.

1.4.1 ARTESÃO

Farias Iniciou os trabalhos como artesão nos anos 2000, no período em que estava na prisão. Ali, aprendeu a “arte” através do teatro e quando fez curso de artesanato passou a utilizar madeira, como os palitos de cabelo, seu primeiro trabalho como artesão. Conta que em um dos cursos que fez no início de seus trabalhos como artesão, a partir de uma conversa com o instrutor do curso, percebeu que poderia produzir diversos artefatos, não só de madeira, mas utilizando sementes como, por exemplo, o tucumã: “Você come e usa o caroço, o lapida e transforma em um instrumento musical, o artesão pode tirar dinheiro assim do nada!” Esse momento coincidiu com sua participação em uma feira em Minas Gerais, o que lhe proporcionou ampliar suas possibilidades como artesão.

Na verdade, quando eu comecei no artesanato eu vi um grande mercado, você pegar matéria-prima ali que tá de graça, aí transformar em dinheiro, a minha primeira feira que eu fui, em Belo Horizonte, eu, claro que eu recebi apoio, e na época foi o Sest/Senat¹⁸ que me deu apoio, comprando passagem, hospedagem e alimentação, e o Programa de Artesanato Brasileiro comprou o espaço, que é o PAB, em Belo Horizonte, Mão de Minas.¹⁹ Daí, chegando lá eu tinha uma caixa de mercadoria, minha mercadoria, fiz R\$ 180,00 na época, então eu levei basicamente três produtos, que era caneta, palito de cabelo e uns pássaros que eu

¹⁸ Serviço Social do Transporte (Sest) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat). Ver Sest Senat (2019).

¹⁹ “A criação de Mão de Minas surgiu da experiência de sua fundadora, Tânia Machado, que ao produzir peças artesanais, vivenciou as dificuldades que o artesão se deparava no processo de comercialização de seus produtos. As dificuldades iam desde as mais simples, como a emissão de notas fiscais para colocar o produto no mercado, até as mais complexas, como abrir as portas para o artesanato alcançar o mercado internacional. Para mudar este cenário desfavorável, Tânia Machado mobilizou artesãos, empresas e governos para tentar mudar a realidade do setor artesanal. A iniciativa gerou os primeiros frutos quando, em 1983, foi criado o projeto Mãos de Minas” (Mãos de Minas, [2017]).

tinha feito de tucumã com babaçu, e aí quando eu vi o potencial aí eu pirei, cara, o tanto de dinheiro que a gente joga fora aqui na Amazônia!

Segundo Farias, as vendas na Feira do Sol são muito boas; apesar do baixo movimento de pessoas de segunda a sexta-feira, as que vão e compram gastam bem e nos fins de semana a circulação é bem maior. No domingo anterior à entrevista, foram vendidos R\$ 700,00 em sua banca. Farias refere os meses de outubro, novembro, dezembro, janeiro até fevereiro como os melhores para vender.

As feiras e eventos, além de serem muito bons para as vendas, são também onde são adquiridos alguns dos materiais utilizados na produção de ecojoias. A fibra do buriti é um exemplo: por ser muito utilizada como o fio ou cordão pelo qual passam as sementes, é comprada em grande quantidade quando vai a São Paulo. No último encontro com Farias, ele havia voltado há poucos dias de uma feira em São Paulo. Segundo ele, foi para a feira com seus cartões todos bloqueados e com pouco dinheiro, no entanto, as vendas superaram as expectativas. Para Farias, o artesão precisa circular, participar, mostrar seu produto, porque o mercado é muito bom e precisa ser mais aproveitado.

1.4.2 O MERCADO DE SEMENTES

O mercado de sementes passou por muitas mudanças, na opinião de Farias. No início, coletava as sementes no mato, próximo de sua casa, a mais ou menos 400 metros, onde hoje é um condomínio. Comprava também muitas sementes dos ribeirinhos, em torno de duas, três toneladas por ano, num valor de R\$ 6.000,000 a R\$ 8.000,00 por safra (média de três meses por ano). Contudo, devido à construção da hidrelétrica de Santo Antônio essas comunidades foram deslocadas para áreas mais distantes do rio Madeira, onde não trabalham mais com coleta das sementes. Explica que anteriormente a essa construção

comprava sementes de cerca de dez famílias ribeirinhas, moradoras de regiões próximas da zona urbana de Porto Velho:

Eu pegava muito dos ribeirinhos daqui do, do outro lado do rio, eu pegava lá próximo à cachoeira [de Teotônio], só o que que acontece, com a vinda da hidrelétrica, alagou-se esses locais e aí as pessoas foram praticamente expulsas. Então, o paxiubão,²⁰ o buriti, dessas comunidades já não posso mais pegar, aí tá vindo agora do Acre pra mim.

Um dos locais onde havia maior quantidade dessas sementes era uma ilha que foi totalmente alagada por causa da construção da hidrelétrica.

Farias tem muitos clientes que compram suas sementes para utilizá-las na produção de ecojoias e biojoias. Cita, no Brasil, principalmente a venda para os estados de Pernambuco, São Paulo e Tocantins, e, no mercado de exportação, França, Estados Unidos e Canadá. Atualmente, está vendendo principalmente as sementes de paxiubão, jarina, açai e buriti, “as mais fáceis de encontrar”. Diz que as exportações diminuíram bastante, em sua opinião, por causa das consequências das decisões do governo federal.

Durante uma viagem que realizamos à comunidade ribeirinha de São Carlos do Jamari, através de estrada de chão,²¹ por diversas vezes ele apontava a variedade de palmeiras existentes. Ao chegarmos lá e contarmos seu fornecedor, Márcio, Farias pergunta sobre as sementes de paxiubão e ele diz que tinha uma

²⁰ “A paxiúba (*Socratea exorrhiza*) pertence à família das *Arecaceae*, que ocorre da América Central até à Bacia do Amazonas. Natural de locais alagadiços onde suas raízes adventícias garantem sustentação adequada. O coração da palmeira tem um gosto amargo e é degustado pelos moradores do país. No Brasil, a paxiúba é utilizada como ripa em construções rústicas e também na confecção de caravelas e bengalas por conta da resistência de sua madeira. Considerada uma espécie ornamental, além de seus frutos serem apreciados pelas aves” (Socratea..., 2019).

²¹ Ver Sperança (2007).

grande área dessa palmeira ali perto, mas, com as enchentes, toda essa área deixou de existir.

1.4.3 EMPREENDEDORISMO

Para ampliar a capacidade de produção do beneficiamento de sementes, Farias investiu em tecnologia e começou a produzir, em um dia, o que anteriormente os jovens que trabalhavam em sua casa produziam em uma semana. Investiu quase R\$ 8.000,00 em maquinário, em uma associação que tem no presídio local, que conta com 13 detentos. Nesse caso, os detentos furam a semente do açaí e Farias as compra por R\$ 100,00 a saca, e encerra o processo de beneficiamento em suas instalações, nos fundos de seu terreno. Segundo ele, cada detento tem condições de furar uma saca por semana, no entanto, isso não acontece e tem conseguido semanalmente apenas quatro sacas. Futuramente pensa em ensinar todo o processo de produção, além da furação, o tingimento, a pesagem, a embalagem e a confecção de colares, e ficar trabalhando somente com a revenda do material produzido. Farias relata que o trabalho no presídio traz algumas vantagens porque não precisa se preocupar com as questões trabalhistas e com os gastos com energia. A cada seis meses fornece um certificado e, além disso, os detentos conseguem uma redução da pena. Entretanto, devido aos trabalhos de baixa qualidade, já perdeu clientes e frequentemente tem que fazer visitas para monitorar os trabalhos.

Farias elaborou um projeto que consistia na venda de sementes de plantas mapeadas por tecnologias de monitoramento.

A ideia inicial era a seguinte: é que mapeasse o pé de tucumã e aí quem está no Japão, em qualquer parte do mundo, poderia comprar uma joia daquela planta, daquela palmeira. Como? Você, eu que sou ribeirinho, eu vou e mapeio ela e vou cuidar dessa árvore. Quando ela desse o fruto eu ia colher o fruto, sei lá, via GPS, alguma coisa, tecnologia é evoluída pra isso, e aí eu

ia produzir, se caso não desse, a árvore não desse, é porque houve algum problema climático do qual não permitiu que essa árvore produzisse, aí então você ia pagar caro por essa joia compreende? Porque você também é responsável.

Outra situação onde se destaca o espírito empreendedor de Farias refere-se ao relato de um fato que aconteceu com uma empresária do Recife, sua cliente, que ao ministrar um curso nos Estados Unidos levou junto consigo alguns vídeos de Farias beneficiando sementes. Frequentemente, ele grava vídeos e os utiliza para mostrar um pouco de como é trabalhar a semente. Aconteceu que o pai de uma menina que fez o curso achou o sistema utilizado muito inseguro e desenvolveu um equipamento mais seguro para executar as etapas de beneficiamento e o enviou para Farias testar. Segundo Farias, se eles (Estados Unidos) liberarem, ele vai buscar parceria no Senai para baratear a produção do equipamento. Na viagem para São Carlos do Jamari, Farias comentou o caso e mostrou as fotos da máquina em seu celular para o artesão Márcio,²² que se interessou muito pela mesma porque frequentemente se machuca no manuseio das sementes, justamente pela falta de segurança do maquinário. Na conversa com Márcio, Farias falou inclusive em inventar um sistema para tirar óleo de tucumã. Segundo ele, “esse óleo deve ter alguma coisa a ver com a beleza dos cabelos das índias, porque frequentemente ao tirar o óleo do tucumã elas passam a mão no cabelo” e isso seria um sinal de que esse óleo produz a beleza dos seus cabelos.

Em outra situação, no espaço reservado para o beneficiamento de sementes na sua residência, Farias explicou como foi adaptando equipamentos para o trabalho com as sementes. A máquina foi desenvolvida a partir de um descascador de batatas. Para

²² Márcio Santana de Lima, morador ribeirinho do distrito de São Carlos do Jamari, é artesão de ecojoias e biojoias e também pescador. Antes das enchentes de 2014, coordenava uma associação de artesãos de ecojoias e biojoias em São Carlos, o que brevemente pretende retomar.

beneficiar a semente de tucumã são necessários 20 minutos em cada lixa, do início na mais grossa até o polimento, passando ao todo por cinco lixas. No mesmo espaço, estão fixadas em uma bancada as máquinas adaptadas para furar o açai. Estas funcionam através de um sistema de correias que movimentam os motores.

1.5 TRAJETÓRIA DE ARLETE

Maria Arlete Silva Cortez, mais conhecida como Arlete Cortez, é sócia-fundadora da Cooperativa Açai. Na gestão anterior cumpria a função de diretora financeira e, na gestão atual, vem exercendo o cargo de primeira fiscal. Tem 64 anos e quatro filhos. Mora em Porto Velho há 43 anos. Sua residência fica em um condomínio popular na cidade. Nela moram Arlete, sua neta e seu bisneto de pouco mais de um ano. O terreno possui um pequeno pátio na frente da casa, onde há um pé de caju, a casa é pequena e possui ar-condicionado em dois quartos. Nos fundos, possui uma pequena área de serviço, onde Arlete tem instalados alguns equipamentos para beneficiamento de sementes, como a morsa e o mandril adaptados. Os trabalhos de montagem e criação de peças são executados dentro de seu quarto. No local tem uma mesa grande, cadeiras, roupeiro, cama de casal, televisão e cômoda. No período em que visitamos sua casa para realizar a entrevista, jantamos na mesa dentro desse quarto.

Arlete trabalhava como cabeleireira, mas devido às fortes dores nos braços e mãos, não conseguia mais cortar cabelo e ficou doente, foi então que procurou ajuda no Sebrae e no Cetene²³ para fazer algum tipo de atividade que movimentasse as mãos de forma diferente e, assim, começou a participar de diversos cursos.

²³ “O Cetene, Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, é uma Unidade de Pesquisa do [antigo] Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), criado em 2005 para apoiar o desenvolvimento tecnológico e econômico da região Nordeste, além de promover a integração entre a sociedade, a inovação e o conhecimento” (Cetene, [2019]).

Segundo ela, fez quase 300 cursos, entre eles, de reciclagem, produção de papel artesanal, aperfeiçoamento em sementes, fibras e, após, os cursos de ecojoia, biojoia e ourives. “Sempre um acabava eu entrava no outro e fui descobrindo a artista que eu era.” Conta que desde criança já brincava de fazer brincos de penas, e quando trabalhava no salão de beleza fazia bijuterias, nessa época comprava as peças e montava as bijuterias e vendia para clientes do salão, mas que começou a trabalhar com sementes somente após iniciar os cursos. Atualmente, além da biojoia e ecojoia, tem trabalhado na produção de bonecas para a Justa Trama, no beneficiamento de sementes, trabalhos com a fibra do buriti e escama de peixe.



Maria Arlete Silva Cortez.
Foto: Fanny Longa Romero, 2013.

Como uma grande contadora de histórias, por diversas vezes nas entrevistas e conversas, ao relatar um fato Arlete fazia referência a alguma situação vivida por ela. Desde cedo teve contato com a mata e os indígenas da região onde morava – ela mesma se autorrefere como “meio índia” – e aprendeu suas lendas e histórias. Na narrativa do seu nascimento, contada a ela

por sua mãe, Arlete apresenta, desde sua experiência, um retrato da história da borracha em Rondônia, os seringais, as colocações de seringueiros, o rio e suas criaturas.

[...] eu nasci, nasci no seringal, não seringal, eu digo, minha mãe e meu pai era seringueiro, até no meu registro está lá, Seringal Rio Cautário,²⁴ é o que está escrito no meu registro. Então, meu pai e minha mãe casaram e foram morar no seringal, meu pai cortava seringa e fazendo a travessia de um povoado pra outro, que nós morávamos numa colocação, Três Marias, que fica dentro do rio Guaporé. Pra chegar na nossa colocação, colocação é... vou te explicar: colocação é onde o seringueiro reside, mora, a casa do seringueiro, chama colocação porque ele é colocado lá sabe, e o dono do seringal pega e coloca e botaram o nome de colocação porque é lá que se coloca o seringueiro pra cortar a seringa. Então, minha mãe grávida de mim de sete meses, foram comprar a produção, o produto pra casa que tem que viajar longe pra ir comprar leite, farinha, essas coisas, perfume, que minha mãe gostava muito [...], então nessa viagem, eu de sete meses nasci, nasci dentro da canoinha, só minha mãe e os botos. Minha mãe me conta que os botos, eles, pra canoa não ficar descendo o rio, os botos seguraram a canoa e guiaram a canoa, sabe? Agora, você imagina só, que que é um animal, ele vê uma mulher tendo bebê dentro de uma canoa e eles não deixaram a canoa seguir, descer o curso do rio, eles guiaram a canoa da minha mãe, meu pai conseguiu voltar pra atracar a canoa de minha mãe, que ela estava demorando, pra levar ela pra casa, e eu nasci lá no meio do rio Guaporé, não nasci na cama, não nasci na maternidade, nasci no meio do rio, eu não sei, até hoje eu me pergunto: por que que eu nasci no meio do rio, não sou da terra nem da água, eu sou dos dois [...] Então é por isso que eu acho que eu tenho essa minha... o pessoal fala que eu sou uma pessoa muito hiperativa, sou muito ativa em tudo, em tudo que me meto dá certo, sabe. É porque eu acho que sou regida pela mãe da água, ela que foi a minha protetora, não é!?

²⁴ O seringal está situado em Guajará-Mirim, e o rio Cautário é afluente do rio Guaporé.

1.5.1 ARLETE E A COOPERATIVA AÇAÍ

Arlete se associou na cooperativa ainda na época em que estavam organizando o local da loja. Segundo ela, “foi lá e se cadastrou para participar”, nessa época pagava R\$ 25,00 por mês. No começo levou algumas bolsas e fez muito sucesso com suas peças. Desde então, fez muitos trabalhos na cooperativa, participou de vários projetos, no cadastramento dos ribeirinhos, nos cursos oferecidos no presídio e foi quem criou a primeira boneca para a Justa Trama. Diz que em 2012 estavam ministrando curso de confecção de bonecas no presídio feminino, quando saiu uma reportagem intitulada “Presas aprendem a fazer bonecas no presídio feminino” (Matarésio, 2012), na qual ela apareceu com uma boneca na mão. A dona de uma escola entrou em contato com Arlete e pediu para ela criar um boneco e uma boneca para dar para os seus alunos. Confeccionou os bonecos e os levou para ela, e eles ficaram lá por 15 dias. Após a dona da escola não ficar com os bonecos ela os levou para uma conferência da Justa Trama, lá foi lançada a ideia de confeccionar bonecas para vender na Copa da Fifa no Brasil; desde então, foram criados diversos modelos, todos confeccionados com tecidos, fios e tiras de algodão orgânico da Justa Trama.

Atualmente, o ateliê de bonecas está instalado na loja da cooperativa, onde várias cooperadas trabalham na confecção das mesmas; no entanto, anteriormente à instalação do ateliê, cada cooperada fazia uma etapa em sua residência. Arlete fazia a etapa de corte, Cristiane (cooperada e diretora de criação da cooperativa) costurava e mandava para Antônia encher; após, as bonecas retornavam para Arlete concluir. Segundo ela, a produção em grupo dentro da loja deverá melhorar a qualidade do produto porque ocorria que às vezes as peças não se encaixavam e precisavam constantemente de correções, o que demandava bastante tempo e trabalho. Segundo as cooperadas que trabalham na confecção dessas bonecas para Justa Trama, Arlete é especialista em fazer os cabelos, sejam de fios ou tiras de algodão, lisos ou cacheados.

Na produção de ecojoias, Arlete usa diversos tipos de sementes, ouriço da castanha, fibra do buriti para tecer o fio e restos de madeira. Faz colares, brincos, anéis, braceletes e tiaras. Em muitas de suas peças, principalmente anéis, utiliza as técnicas de marchetaria, que consiste em unir com cola pequenos pedaços de madeira e sementes em uma única peça. Para dar o acabamento necessário, dependendo do material utilizado (por exemplo, em um bracelete feito a partir do ouriço da castanha, depois de passar por todo o processo de beneficiamento que vai desde a lixa de 80 à de 1600 grãos), mergulha a peça dentro de um vasilhame com água de jenipapo e, depois, torna a lixá-la para dar o brilho semelhante ao verniz. Para a produção de uma nova coleção para a Justa Trama, Arlete está desenvolvendo uma tiara feita com algodão orgânico, para a qual precisou encontrar um tipo de arame que não quebra.

Em uma produção de bonecas para a Justa Trama, Arlete contratou por conta própria uma mulher para auxiliá-la nos trabalhos, pois não estava bem de saúde. Aconteceu que esse pedido não havia sido pago até agosto de 2018, ocasião de nossa última visita à cooperativa; no entanto, Arlete exigia o pagamento para conseguir pagar sua ajudante. A questão causou muita discussão porque a cooperativa não se compromete com os contratados de cada cooperado, portanto, o pagamento ficou por conta de Arlete, o que ela contesta, já que, como todas as cooperadas que trabalharam na produção, ainda não recebeu pelas bonecas produzidas.

1.5.2 ARLETE E A ARTE

Com muita alegria, Arlete fala sobre a publicação de uma coleção de livros infantis, em parceria com um amigo jornalista. Conta que vai passar as histórias para ele colocar no papel porque não consegue escrever bem: “Eu tenho o dom da palavra, mas não tenho o dom da escrita, eu não consigo tirar daqui [cabeça] pra cá [papel].” Arlete por diversas vezes fez referência

à sua história como artista, segundo ela, “o artista, ele nasce, ele não se faz”. Nessa coleção será publicada, entre outras, a história do índio Tavarim e a lenda da Serra do Tracoá.²⁵ Tavarim era vizinho da família de Arlete no seringal, e com ele aprendeu a observar os ensinamentos da natureza. Ele usava como exemplo o caminho percorrido pelos peixes nos rios e lagos, e chamava as crianças, entre elas Arlete, para observá-lo. Dizia Tavarim: “Ninguém põe a mão no peixe porque ele sabe pra onde ele vai!” A lenda da Serra do Tracoá se refere a uma queda d’água que, ao chegar meia-noite, se cala, “você só sabe que é meia-noite quando a cachoeira cala”. Quando fomos até sua casa, Arlete mostrou o recorte do jornal no qual fala sobre a Serra do Tracoá. Para ela não é uma lenda, pois viu o fato acontecer quando era menina.

Trata-se de uma mulher que constrói sua identidade como constante reconstrução de sua trajetória, em regular simbiose com as coisas que aconteceram e acontecem em Rondônia. Nesse sentido, em quase todos os encontros com Arlete, ela contou lendas locais ou recitou poemas que escreveu sobre a suas experiências, expondo sua vertente artística.

1.6 TECENDO AS TRAJETÓRIAS

As trajetórias aqui construídas evidenciam, como afirmado anteriormente, os movimentos diacrônicos e biográficos que reúnem indivíduos migrantes em contextos determinados dos processos migratórios para a Amazônia, nas últimas décadas, e os movimentos sincrônicos de encontros desses indivíduos em torno de experiências comuns, como artesãs e artesãos. Essas experiências comuns dos indivíduos em torno da produção de bijoias, na Cooperativa Açaí, são marcadas originalmente pelos

²⁵ A lenda foi tema de uma entrevista concedida por Arlete ao jornal *Diário da Amazônia* (Santos, S., 2015a). Na mesma entrevista, há também relatos de sua vida e de sua família nas colocações dos seringais.

curso de capacitação promovidos pelo Sebrae e por outras agências que atuam nos processos de desenvolvimento da Amazônia.

Desde esse encontro, os propósitos de efetivação de um empreendimento comum e cooperativo passam a ser desenvolvidos em estreita colaboração com a rede Justa Trama. E os movimentos que se atualizam, ou se renovam, nessa colaboração, dão a perceber a importância dessa parceria na própria tessitura das trajetórias individuais. Assim, esses propósitos são resignificados constantemente, conforme o projeto inicial motive os agenciamentos²⁶ individuais para a superação das dificuldades apresentadas na trajetória comum, reforçando um compromisso identitário em torno da cooperativa. Nesse sentido, o fato de esses associados terem em comum experiências de alternância na gestão da cooperativa abre perspectivas de compreensão acerca das possibilidades e limites do empreendimento, assim como se desdobra em lógicas de uma “gestão relacional de si” (Bajoit, 2006, p. 234),²⁷ pelo campo de possibilidades que o projeto proporciona. Nesse caso, passam a contar mais as construções identitárias em torno dos produtos originados no trabalho cooperativo, ou em torno das matérias-primas que os conformam, geralmente designadas como “trabalho com as sementes”.

²⁶ Aqui, usa-se o termo seguindo a concepção de agência das coisas (Latour, 2012) como a propriedade que elas têm de agir sobre os outros (humanos e não humanos entre si). Desde uma perspectiva mais situada nas imbricações de trajetórias individuais e coletivas, cabe destacar a elaboração esboçada por Yúdice (2006), ao identificar atores que agenciam recursos identitários recuperados de uma “reserva disponível” nas trajetórias comuns de suas formações culturais específicas, em diálogo com modelos culturais predominantes na sociedade globalizada. Esse predomínio se expressa na configuração de um campo de forças performáticas a condicionar a ação dos atores que, por vezes, imprimem uma dinâmica de operar agenciamentos nos intervalos daqueles modelos.

²⁷ Em seu livro, Bajoit estabelece precisões sobre a identidade coletiva, a lógica do sujeito individual e a lógica de ação social. “Aqueles que ocupam a mesma posição numa relação social participam da mesma identidade colectiva” (Bajoit, 2006, p. 233), enquanto a lógica do sujeito pressupõe uma “gestão relacional de si [...] o trabalho através do qual cada um transforma as identidades colectivas, nas quais participa, em lógicas de acção” (Bajoit, 2006, p. 234).

Esses compromissos e essas construções identitárias convergem, como no caso da participação na rede Justa Trama, mas geralmente divergem, quando se referem às possibilidades abertas no trabalho com as sementes. Isso ocorre, segundo se apreende das trajetórias e narrativas anteriores, pelo fato de a parceria na Justa Trama constituir um elo forte e permanente de sustentabilidade do trabalho em rede, ou cadeia produtiva, enquanto o trabalho com as sementes tem sofrido um enfraquecimento dos elos estabelecidos localmente com outros atores, em experiências vividas nos processos de modernização-transformação da região, particularmente com a ruptura das redes de sustentabilidade estabelecidas com comunidades ribeirinhas. Em igual medida, a parceria da Justa Trama estabelece mediações entre os associados e outras esferas de agenciamentos que emergiram nas últimas décadas, como o mercado de bens culturais, ou as políticas de economia solidária e suas instâncias (fóruns, feiras, federações cooperativas, etc.), constituindo zonas de interculturalidade. Já o trabalho com as sementes está mais sujeito a mediações operadas por agentes especializados estabelecidos em circuitos empresariais, que ocorrem por fluxos do mercado de bens culturais.

Outros marcos de uma experiência comum também são inaugurados nos encontros de formação desses artesãos, como aquele da escolha e registro do nome fantasia da Cooperativa Açaí, em torno do qual convergem registros de experiências materiais e simbólicas com a natureza da Amazônia, em transformação. Simultaneamente a esses registros convergentes, a razão social da cooperativa passou por mudanças, conforme a identidade comercial do empreendimento progressivamente se vinculava a uma representação inscrita regionalmente. Assim, sua identidade-reconhecimento perpassou por uma construção de vínculos com o estado de Rondônia e com o mercado de bens culturais, buscando objetificar os artefatos produzidos pelos cooperados, ora orientados para o consumo, ora produzindo uma reflexividade em torno da autenticidade cultural que expressam

(Comaroff; Comaroff, 2012). De maneira complementar, essa mesma reflexividade também se expõe, nas narrativas dos cooperados da Açaí, como autoconfrontação das bases da modernização com suas consequências (Beck, 1997). Ambas as perspectivas serão desenvolvidas nos próximos capítulos.

Por agora, resta afirmar que, entre esses marcos e suas clivagens, as trajetórias construídas anteriormente possibilitam reconhecer que os associados da cooperativa também inscrevem nas biojoias processos de singularização de suas percepções acerca das experiências comuns, como construções imaginadas em esferas distintas de objetivação de sua identidade-reconhecimento (culturais, políticas, de mercado, ou poéticas). E é seguindo esses deslocamentos de inscrições identitárias que se buscará reconhecer, nos demais capítulos, alguns objetos de pensamento. Primeiro, através de uma fenomenologia das trajetórias de inscrições identitárias da Cooperativa Açaí e seus associados, frente às transformações ocorridas na região amazônica, nas últimas décadas, complementada pela descrição e análise de algumas construções identitárias do “trabalho com as sementes”, abrindo-se a trajetórias de outros associados. Do arranjo desses objetos, na sequência, buscar-se-á evidenciar como a produção de biojoias configura “abstrações concretas que os seres humanos utilizam em seu esforço cotidiano por habitar mundos sustentáveis” (Comaroff; Comaroff, 2012, p. 41, tradução nossa).

2 “A GENTE TEM VISTO A GRANDE TRANSFORMAÇÃO...”

Estamos aqui há 16 anos, a gente tem visto a transformação, o abandono. Quando a gente chegou aqui o trem ainda funcionava, ele ia até a cachoeira e passou o tempo, e a estrada foi interrompida e abandonada que nem o trem funciona mais. Então ficou só na memória, na história da Estrada de Ferro.



Efeitos da hidrelétrica de Santo Antônio, depois da explosão da cachoeira de Santo Antônio.

Foto: Fanny Longa Romero, 2013.

A fala que abre a introdução deste capítulo é parte do registro da narrativa oral de Marina, uma mulher de 33 anos, que nasceu no estado de Amazonas e migrou de Manaus para Porto

Velho juntamente com o marido, há 16 anos. Vive em uma bela e ampla casa, com grande quintal, onde se observam diversos entalhes de madeira, de variados tamanhos e desenhos amazônicos, fabricados por Daniel, seu marido. É nesse espaço que também que se reúnem, de vez em quando, as associadas da Cooperativa Açai para produzir os pedidos encomendados pela Justa Trama.

Na entrevista gravada em vídeo, da qual é extraído o trecho citado, Marina se autorreconhece artesã de confecção de bijoias e sócia-fundadora da cooperativa. Sua especialidade, segundo ela, é a montagem das peças, mas antes de trabalhar com bijoias ela já gostava de “fazer artesanato” em Manaus, explica. Daniel é reconhecido na cooperativa como o entalhador das bijoias, função que compreende a segunda fase dos processos de produção das peças.¹ Além de entalhador de bijoias, ele tem uma íntima história com o garimpo da região amazônica, foi garimpeiro durante muitos anos no estado do Amazonas, mas comenta que “faz 21 anos que saiu do garimpo”. Na época da sua atividade como garimpeiro, ele já sabia entalhar não somente sementes, mas também pedaços ou troncos de madeira: “É um dom que Deus deu para ele, um dom de natureza”, explica sua mulher. Na travessia de Manaus para Porto Velho, essas pessoas as levaram seus conhecimentos consigo, mas também viajaram com suas memórias sociais e histórias de vida. Contudo, tais memórias e histórias se entrelaçam com as experiências vividas que produzem em Rondônia, destino migratório.

Desde a época colonial, o estado tem sido testemunha de profundas transformações sociais, culturais, territoriais, econômicas e políticas que o configuram como marco

¹ Segundo a artesã Marina, na produção de bijoias se sucedem três momentos. O primeiro tem a ver com a escolha da matéria-prima, geralmente uma semente de jarina, tucumã ou de castanha do Pará. A semente selecionada, em estado bruto, é limpa e lavada e logo passa por um segundo processo que consiste no entalhamento. Esse processo é complexo e sofisticado e é parte fundamental na elaboração do design da peça que, em um terceiro momento, vai ser montada e ajustada conforme as características dos elementos em jogo e a logística de demanda de mercado.

exemplar para abordar a história do norte do Brasil. Entre os impactos mais importantes que Rondônia vivenciou, a partir de fins do século XIX, se destacam: a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), projeto da empresa americana Madeira-Mamoré Railway Company, que influenciou diretamente a fundação da cidade de Porto Velho; a presença do Marechal Rondon na instalação das linhas telegráficas no programa de colonização nacional do oeste do Brasil; a exploração da borracha que expandiu não apenas o crescimento demográfico no estado, mas também consolidou o trabalho escravo e a procura de mão de obra barata; os programas de colonização agrícola diversos; a instalação de usinas hidrelétricas, construção de estradas, exploração de mineração. Mas o fato histórico ligado diretamente ao estado é, certamente, o massivo extermínio que sofreram inúmeros povos indígenas da região e o deslocamento forçado e compulsório, no passado e no presente, de inúmeras famílias e grupos sociais, especialmente ribeirinhos.

Os Projetos de Grande Escala (PGE) (Ribeiro, G., 1987), como foi o caso da EFMM, geraram, posteriormente, a construção das rodovias BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), concluída em 1968, e a BR-425 (Albunã-Guajará-Mirim). Os investimentos rodoviários, juntamente com o extrativismo da borracha, a mineração de cassiterita e ouro, os fluxos migratórios e remoções populacionais decorrentes, o lobby financeiro internacional, o avanço de Projetos Integrados de Colonização (PIC) e Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), a partir da década de 1970, colaboraram definitivamente para que o território de Rondônia, criado em 1943, tivesse um significativo crescimento da população, marcado por mortes, conflitos fundiários e confrontos armados entre povos indígenas, seringueiros, fazendeiros, garimpeiros, empresas e outros atores sociais (Mindlin, 1985).

O estado de Rondônia é um contexto social em que os PGE ganharam ampla visibilidade a partir da construção da EFMM, a qual significou uma mudança nas relações de fronteira entre

Brasil e Bolívia. Inaugurada em 1912, a EFMM foi construída com investimento privado internacional² e gerou profundas transformações na morfologia social e ambiental da região que se fazem sentir até muito tempo depois da sua desativação definitiva, em 1972. O objetivo principal na construção do grande empreendimento desenvolvimentista era facilitar o escoamento da borracha de Porto Velho até seu destino final, do rio Amazonas via exportação pelo Oceano Atlântico. A EFMM consolidou a conexão entre as cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia, e garantiu ao Brasil, por meio do Tratado de Petrópolis, a pose de territórios,³ e driblou os chamados obstáculos naturais de formações geomorfológicas, como as cachoeiras e quedas d'água, que circundavam os rios Madeira e Mamoré.

Nesse contexto, Marina e Daniel assistem à *grande transformação* de Rondônia marcada pela produção de novas territorialidades, no marco dos projetos de infraestrutura de alto impacto na região. Esses projetos são agenciados por investimentos nacionais e lobbies internacionais que giram em torno de um campo de desenvolvimento, marcado por interesses, poderes e conflitos, em que os PGE são uma parte de um todo, no qual o giro da manivela não depende apenas de um único ator social (Ribeiro, G., 1987, 2008).

² Antes do magnata e engenheiro norte-americano Percival Farquhar (Nova York, 1864–1953) tomar as redes do investimento chamado Madeira-Mamoré Railway Company, a construção da EFMM passou por diversas transações internacionais entre Brasil, Bolívia e os Estados Unidos que geraram tensões e conflitos para consolidar uma pedagogia do desenvolvimento. Contudo, conforme afirma Haverroth (2004, p. 84), “o maior obstáculo à construção da ferrovia foi a morbidez da região, principalmente a malária, que matou muitos dos trabalhadores contratados, a maioria estrangeiros, muitos dos quais já haviam trabalhado na construção do canal do Panamá”. Nesse contexto, explica o autor, a presença dos pesquisadores e sanitaristas Osvaldo Cruz e Belisário Pena, que chegaram a Porto Velho no ano de 1910, foi determinante para controlar os surtos endêmicos de doenças tropicais. Contratados pela ferrovia, os sanitaristas conseguiram identificar, além da malária, as causas da mortalidade relacionadas com doenças como o sarampo, leishmaniose, disenteria, ancilostomose e pneumonia, entre outras.

³ O Tratado de Petrópolis foi um acordo firmando entre o Brasil e a Bolívia no ano de 1903, na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro. Através dele o Brasil garantiu a pose do território que atualmente se configurou como o estado do Acre.

Diversos estudos nas ciências sociais, em particular, na antropologia e disciplinas conexas, como a geografia e a história, têm procurado desmitificar a representação social de vazio demográfico afincada sobre a Amazônia, desde o período colonial.⁴ Tal representação, veiculada pela ideologia da modernidade, como conceito e práxis social, tem causado forte impacto nas vidas e modos de ser de povos ameríndios e populações tradicionais⁵ que produzem relações sociais, dinâmicas de mobilidade e territorialidades diferentes na Amazônia brasileira.⁶ A partir disso, e atendendo a diversos processos históricos e sociais, é possível situar a Amazônia em um esquema de classificação de

⁴ O uso do termo “Amazônia”, inspira-se na análise realizada por Carlos Walter Porto-Gonçalves que faz referência à significativa diversidade cultural e ambiental presente na região. Seguindo esse autor é possível pensar a Amazônia como “um desafio analítico que requer uma capacidade de trabalhar com tempos diferentes para poder entender a sua complexidade. Tempos geológicos, geomorfológicos, arqueológicos, históricos e antropológicos” (Porto-Gonçalves, 2008, p. 23). Nesse sentido, a ideia de falar em “Amazônias” (Porto-Gonçalves, 2008, p. 24), conforme esse autor, torna-se extremamente pertinente para repensar nossa compreensão etnográfica sobre a região.

⁵ Usa-se o conceito no sentido dado por Carneiro da Cunha e Almeida (2009, p. 300, grifo dos autores), a saber “*populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas de equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local, e por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados*”.

⁶ Recentemente, veio a público uma importante mobilização nacional e internacional contra o projeto de lei do governo do presidente Michel Temer, que visava a extinção da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca), localizada no Pará e no Amapá, estados que integram a região Norte do Brasil. Entre as preocupações e demandas da mobilização nacional, talvez a mais significativa fosse exigir do Estado brasileiro a garantia dos direitos humanos e ambientais de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que habitam e produzem territorialidade na grande diversidade social, cultural, linguística, econômica, simbólica e política da Amazônia brasileira (cf. Associação Brasileira de Antropologia, 2017). Mas, se a ideia de vazio demográfico é um conceito construído pela ideologia do desenvolvimento, deve-se também lembrar que um dos impactos importantes produzidos no longo período histórico de invasão colonial, no que hoje chama-se de Amazônia, foi a depopulação e extermínio de povos ameríndios devido a processos endêmicos de doenças, colonização e controle territorial, trabalho escravo e forçado, deslocamentos compulsórios populacionais, práticas de imposição de sistemas simbólicos religiosos, alimentícios, entre outros.

“fases de desenvolvimento” que se inicia com o modelo colonial e, em escala evolutiva, segue a fase de aviação, desenvolvimentismo, socioambientalismo e mercantilização da natureza (Araújo; Léna, 2011, p. 14). Na análise desses autores, cada fase perpassa por uma rede de elementos que estão relacionados com os impactos demográficos, exploração, destruição ou valorização dos recursos naturais, diferentes formas de participação e mobilização dos atores sociais, o papel do Estado e as dimensões econômicas, em jogo.

Sugere-se aqui que uma maneira de tratar essas questões, entre as quais está o associativismo, é apontar para a perspectiva de campo de desenvolvimento, nos termos de Gustavo Lins Ribeiro (2008), ou seja, um domínio organizado por ideologias e práticas sociais, orientado por diferentes poderes e interesses, articulados por processos históricos e conexões em redes. Nesse *campo* a constituição dos PGE se faz presente em distintos períodos históricos da região. Os aspectos estruturais dos PGE são definidos por Gustavo Lins Ribeiro (1987) a partir de três elementos: gigantismo, que envolve o planejamento de grandes corporações para gerar grandes fluxos de capital e de trabalho; isolamento, que atende em primeiro plano à localização dos projetos e, em seguida, à gestão de problemas logísticos e de organização como suportes para as necessidades criadas pelo processo produtivo; e temporariedade, relacionada com o enquadramento temporal de realização do projeto, fase de inauguração e debate da engenharia sobre os PGE.

Ao longo da história da Amazônia brasileira, a *grande transformação* tem produzido o mito do progresso e desenvolvimento da região à custa de perdas irreparáveis de pessoas, massacres, eliminação de conhecimentos tradicionais e modos de saber-fazer diversos. A construção da EFMM e, posteriormente, do complexo de usinas hidrelétricas são exemplares desses processos sociais. Nesta análise, afirma-se que o esquema estrutural dos PGE inaugura uma produção de territorialidades

que está conectada com as experiências vividas, a memória social e as práticas do associativismo de atores sociais pertencem à Cooperativa Açáí.

Nossa argumentação é que essa conexão tem a ver com o *axis mundi* (Eliade, 1992) do mundo moderno desenvolvimentista, pois engloba simbologias que se concretizam, como demonstra Gustavo Lins Ribeiro (1987), na planificação e desenho de cidades, construção de canais, mineradoras, estações ferroviárias e hidrelétricas. Contudo, na manifestação simbólica desse *axis mundi* há outras lógicas envolvidas susceptíveis de serem descortinadas, e que os atores sociais da Cooperativa Açáí acionam nas suas narrativas orais e memórias coletivas (Halbwachs, 2006).⁷ A ideia de *axis mundi*, tomada de empréstimo da fenomenologia do religioso de Mircea Eliade, permite construir um exercício analítico de religação entre a esfera simbólica da narrativa mítica e, em outra ordem, o mito desenvolvimentista do progresso. Deve-se ressaltar que, conforme a perspectiva, essas narrativas podem estar interconectadas, pois a história social dos símbolos está atrelada às codificações simbólicas da história dos povos (Taussig, 2010).

Sugere-se que a irreversível transformação pela qual passou Rondônia, ao longo dos projetos de colonização nacional e internacional – que ocasionou não apenas o massacre de muitos povos indígenas na região, mas também a renovação do fôlego do extrativismo predatório – não é a única história possível de ser contada. No contexto desta análise, interessa focalizar também o fluxo das narrativas dos interlocutores de pesquisa que, ao dizer de Lévi-Strauss, são boas para pensar.

⁷ Nesse *axis mundi* estão presentes, como atores sociais ativos da sua própria história, as populações indígenas e comunidades tradicionais que, a partir de redes de mobilidade (Becker, 2011), mobilização política (Carneiro da Cunha; Almeida, 2009) e práticas de “etnodesenvolvimento local”, aliadas a uma política de construção de “autonomia cultural” (Little, 2002, p. 40), têm influenciado a roda das temporalidades da Amazônia.

2.1 MITO, HISTÓRIA, NARRATIVA

As inter-relações entre mito e história, no marco de uma antropologia histórica, influenciam a emergência da revisão de paradigmas interpretativos sobre evento, estrutura e ação social, em contextos sociais marcados por dinâmicos processos sociais de colonização e negociação (Sahlins, 2003). Por outro lado, historiadores se voltam aos estudos dos povos ameríndios e comunidades tradicionais, ao tempo que antropólogos se tornam mais rigorosos na escolha das fontes de arquivo e histórias orais. O conhecimento etnográfico aplicado a fontes históricas se replica na revalorização do conteúdo etnográfico de fontes historiográficas. Outra questão importante é o desafio de escapar do olhar tendencioso que interpreta grandes eventos sócio-históricos, como por exemplo a práxis social do campo desenvolvimentista na Amazônia, a partir dos preconceitos e interesses coloniais, deixando escapar as experiências sociais, ações e percepções de atores, enquadrados na categorização de povos indígenas e populações tradicionais, que têm participação ativa na história e vida social (Carneiro da Cunha; Almeida, 2009).

Esses aspectos têm permitido problematizar a imagem tradicional que tende a submergir a memória social no mundo intemporal do mito, sem relacionar as narrativas estruturais aos processos sociais. Centrando parte da sua análise nas inter-relações entre antropologia e história, Viveiros de Castro (2011) fornece também argumentos sobre a relevância das “interdigitalizações” entre essas áreas disciplinares, no contexto da Amazônia e dos povos ameríndios. Segundo o autor, a história das sociedades indígenas amazônicas é uma área de forte expansão. Tal expansão se deve não apenas a uma tendência teórica, a chamada “virada histórica”, inaugurada de forma relevante pelos estudos de Marshall Sahlins (2003), mas ao que Viveiros de Castro menciona como sendo um exame de consciência, provocado pelo V Centenário da invasão de América.

Entretanto, se as relações entre mito e história têm sido analisadas quase exclusivamente no quadro da experiência indígena da situação colonial (Sahlins, 2003), para Viveiros de Castro, suas implicações para uma história cultural mais ampla dos povos amazônicos ainda não foram adequadamente exploradas. A chamada “virada histórica” da etnologia levou à generalização do interesse pela interação entre as sociedades indígenas e as estruturas sociopolíticas ocidentais. Esse tema, segundo o autor, encontra uma antropologia profundamente mergulhada numa crise pós-colonial.

A atenção nesta pesquisa está voltada, de certo modo, para essas interdigitalizações, mas a partir das narrativas orais das pessoas com as quais se teve oportunidade de construir interlocução na Cooperativa Açaí. Procura-se caracterizá-las enquanto sujeitos históricos e, ao mesmo tempo, descrever analiticamente a forma como fazem apropriação de histórias míticas e constroem interação social. Não é difícil acompanhar as experiências de vida de Antônia, Arlete, Dolores, Marina, Dalvani e Daniel, sócios-fundadores da Açaí. A proximidade com essas pessoas foi importante no trabalho de campo realizado em Porto Velho, em diferentes períodos. Mas, se o tempo cronológico compartilhado junto a eles foi intermitente, não é possível dizer o mesmo do tempo narrativo, simbólico e reflexivo que a etnografia proporcionou enxergar.

Essas pessoas entendem a relevância de narrativas míticas na vida social da cooperativa, mas as mesmas perpassam por saberes e histórias de vida não somente do sujeito da fala, como também da “narrativa de uma vida cujo autor não sou quanto à existência (Ricoeur, 2014, p. 172). Nesse sentido, é possível entender, com Ricoeur, que os atores sociais são coautores dos significados simbólicos de Rondônia e da identidade narrativa da Açaí. Suas histórias, com relação ao mito e aos eventos sociais da Amazônia, agem como as correntezas dos rios e afluentes, barrentos e cristalinos, da região amazônica. As narrativas são fluidas, instáveis,

porosas, ao mesmo tempo, distantes e próximas, transitam por devires diversos na realidade social que se pretende descortinar.

Sabe-se que no contexto da antropologia narrativa e mito não são pares excludentes, embora sejam noções que têm suas próprias especificidades no âmbito de pensadores estruturalistas (Lévi-Strauss, 2006). Aproximando-nos à análise da “lógica” do mito de Lévi-Strauss (2006), o problema que esse autor levanta com relação à estrutura dos mitos pode se resumir da seguinte maneira: “Enquanto operações mentais que parecem ser de natureza contingente, a partir do conteúdo, como compreender que de um canto a outro da terra, os mitos se pareçam tanto?” (Lévi-Strauss, 2003, p. 239). É necessário em primeiro plano, segundo o autor, reconhecer a antinomia fundamental que provém da natureza do mito, pois o mito “nos conduz a constatações contraditórias, tudo pode acontecer num mito, toda relação concebida é possível” (Lévi-Strauss, 2003, p. 239). Contudo, há uma estrutura nos mitos, pois, mesmo que as narrativas pareçam arbitrárias, seus detalhes e características têm similitude em diversas regiões do mundo.

Para Lévi-Strauss o mito está simultaneamente na linguagem e além dela. Ele pode estar sujeito a variações de oposições temporais e se define por um sistema paradigmático de eixo de relações. O mito combina as propriedades de acontecimentos passados que formam também uma estrutura permanente. O mito estabelece um feixe de relações simultâneas. Presente, passado e futuro são instâncias de (e em) relação. A influência e admiração de Lévi-Strauss pelos modelos de análise provenientes da linguística, especialmente na sua versão estruturalista na linha de argumentação da fonética e fonológica, de autores como Roman Jakobson e Nikolay Trubetzkoy, é revelada pelo próprio autor. Mas sua admiração por esse campo de conhecimento se torna explícita quando considera a linguística como a única disciplina no escopo das ciências sociais capaz de “reivindicar o nome de ciência [...] reivindicar um método positivo e a conhecer a natureza dos fatos

submetidos à sua análise” (Lévi-Strauss, 2003, p. 45). A relevância da simpatia de Lévi-Strauss pela linguística estrutural está em reconhecer a possibilidade de criar uma análise sistemática de relações estruturais susceptível de ser aplicada aos fenômenos sociais como parentesco, regras de casamento e sistemas mitológicos.

Nessa perspectiva, a substância do mito, segundo esse autor, não depende do estilo, nem no modo da narração, mas do conteúdo ou história que é relatada.⁸ O mito é linguagem, mas não no sentido dos códigos das línguas históricas, e sim através das unidades constitutivas dos mitemas que, em contextos específicos, “operam como relações entre relações e não mais simplesmente como relações entre termos” (Lévi-Strauss, 2006, p. 12). O mito é um sistema de relações complexas, entre correlação e oposição de elementos e articulações múltiplas. Portanto, a estrutura do mito, segundo Lévi-Strauss, consiste num plano formal, estabelecido a partir de modelos construídos.

A análise do autor é reconhecida por sua elevada dose de sofisticação; ela estabelece uma antinomia com a noção de rito. Para Lévi-Strauss, enquanto estrutura social, os mitos não se referem à realidade empírica, mas aos modelos construídos em conformidade com esta. De modo que o mito e o rito estão em oposição simétrica de ordens: o primeiro, relacionado à ordem do pensamento e da representação; o segundo, à ordem das relações sociais e das práticas. Na confluência de relações que o mito produz, conforme as argumentações levantadas, é que se aproxima a compreensão das artesãs da Cooperativa Açaí para nomear um empreendimento de práticas e saberes locais, a partir de uma semente com origem mitológica, em que a *troca* de sementes é fundamental para a manutenção e existência social dos ribeirinhos, dos grupos domésticos e dos cooperados.

⁸ Nesse sentido, quando os interlocutores desta pesquisa fazem uso do termo “lenda”, a expressão não representa para esta análise um problema de entendimento, pois, tal como aprendemos com Lévi-Strauss (2010, p. 22), “reivindicamos para nosso uso toda e qualquer manifestação da atividade mental ou social das populações estudadas”.

2.2 A INVERSÃO IACÁ-AÇAI: O MITO NAS RELAÇÕES SIMBÓLICAS DA COOPERATIVA AÇAI



Biojoias confeccionadas com sementes de açai.
Foto: Fanny Longa Romero, 2014.

A Cooperativa Açai orchestra suas relações sociais com o “outro”, humanos e não humanos, a partir das trocas simbólicas com o mito. É o mito um dos elementos que se configuram como o ponto de partida para o nome do empreendimento e é, através dele, que o presente texto busca aproximar-se das memórias sociais, dos conhecimentos tradicionais, da fala, práticas e experiências cotidianas das pessoas, membros da cooperativa, que são influenciadas por processos sócio-históricos específicos. A escolha do nome da cooperativa é fruto de um consenso entre as artesãs, fundadoras e demais, guiado na parceria com instituições como o Sebrae, na capacitação e ensino-aprendizagem de gestão e empreendedorismo ofertado.⁹

⁹ A origem da Cooperativa Açai tem relação com a participação ativa das mulheres no Fórum Brasileiro de Economia Solidária. A artesã Dalvani afirma que ser membro do fórum lhe permitiu trocas de conhecimentos e experiências de associativismo. Foi assim que a cooperativa conheceu alguns dos membros da Justa Trama e consolidou relações sociais e comerciais com esse projeto de etnodesenvolvimento

A origem do nome da cooperativa, conforme exposto anteriormente por Antônia, surgiu no contexto das aulas de capacitação com o Sebrae, em 2003. Nesse contexto quase todos os membros concordaram que fosse Cooperativa Açaí. Da narrativa de Antônia se depreende que a escolha do nome teve como justificativa a intensa relação simbólica que os cooperados têm com a semente de açaí. Tal relação perpassa por “sistemas simbólicos compatíveis” (Bertrand, 1989, p. 16) como alimentação, vestuário, casa, estilos de vida, memórias e lendas, nos quais os membros da cooperativa elaboram, de forma constante e criativa, relações de pertencimento ou compromisso identitário. Contudo, a composição do nome do projeto é passível de ser pensada em termos da interface entre mito e rito em que se misturam simbologias e conhecimentos tradicionais que acionam e ressignificam processos históricos e de territorialidade, à luz das práticas cotidianas e das experiências individuais e coletivas das pessoas envolvidas. Assim, lembra Antônia que no âmbito das aulas com o Sebrae:

[...] como nós trabalhamos com sementes, eu fui uma que optei pela semente de açaí porque aqui a gente usa muito açaí, tira a polpa, tem o suco da fruta, não sei se você já bebeu o suco da fruta [...] e mesmo a lenda dela como tem aqui [assinala com o dedo de costas um cartaz grande, que está acima da cabeça dela e em posição central à sua mesa de trabalho na loja da cooperativa, com a inscrição *Lenda*, em itálico, e ao centro, no lado esquerdo do cartaz está o símbolo da cooperativa, que consiste num semicírculo que se cruza quase no final do arco com um triângulo; no centro do cartaz, embaixo da inscrição *Lenda*, percebem-se

local no Sul do país. Na ocasião de uma das edições do fórum, Nelsa (diretora da Justa Trama) propõe a ideia dos acessórios de botão de coco e dos colares de sementes produzidos na região Norte, como valores agregados às roupas de algodão orgânico da rede Justa Trama. Isso permitiu a construção de uma identidade particular da produção e evidencia o caráter autoral das peças elaboradas pelos membros da Cooperativa. Esses agenciamentos serão destacados no terceiro capítulo, de forma a compreender outros desdobramentos daí decorrentes.

duas grandes mãos juntando um maço de sementes de açaí cuja história, escrita em pequenas letras amarelas, é difícil de ler na composição do cartaz]. Nós achamos uma história muito bonita. Então todo mundo concordou, e até hoje está aí o nome Açaí, que é um nome fantasia!

O mito narra a história de um numeroso povo originário do Amazonas que vê ameaçada sua reprodução social e material pela escassez de alimentos. O cacique Itaki, líder do povo, decide então sacrificar todas as crianças nascidas para evitar o aumento da população e, desse modo, garantir alimento para todos. O sacrifício, no entanto, atinge o próprio grupo doméstico do cacique, pois sua filha Iaçã, uma vez que dá à luz uma menina, sofre com a morte sacrificial da filha e pede a Tupã, entidade sagrada do povo, mostrar um caminho para evitar o sacrifício do seu povo. Uma noite, depois de escutar o choro de uma criança, Iaçã reencontra sua filha ao pé de uma palmeira, com emoção; depois de abraçá-la, a filha desaparece. Iaçã desconsolada chora sem cessar, até que, aos poucos desfalece e morre. Depois de morta, é encontrada abraçada à palmeira, com rosto sorridente; seus olhos grandes e negros fitavam o alto da palmeira em que se encontravam os frutos da árvore. Seu pai, Itaki, manda apanhar os frutos e descobre que deles se obtém uma bebida vermelha com a qual pode alimentar o seu povo. Em homenagem à filha morta, o cacique decide dar o nome de açaí ao alimento, invertendo o nome Iaçã. Daí que o nome açaí provém de uma relação de parentesco.

No mito, o surgimento da semente de açaí é associado à escassez e abundância de alimentos para a manutenção da reprodução social e material de povos originários da Amazônia. Mas se a escassez está relacionada com a densidade populacional, a abundância está atrelada ao rito de sacrificar as pessoas para garantir a manutenção do grupo e a ordem social. Diversas relações de pares dicotômicos são observadas na estrutura do mito, sendo a inversão dos nomes uma delas, na confluência de circulação de alimento e relação de parentesco. A partir dessa inversão e

confluência é possível pensar com o mito que a relação de escassez de alimentos está para a cultura o que a abundância de comida está para a natureza; ou seja, a simbologia da inversão dos nomes informa a respeito da relação natureza-cultura. Na passagem da escassez (cultura) para a abundância (natureza), as relações se vêm reorganizadas pela dinâmica da circulação e consumo dos frutos que garantem a existência social e material do povo mítico.

O potencial dessa análise de imaginação antropológica é inspirado pelo paradigma estruturalista utilizado por Lévi-Strauss. No campo disciplinar da antropologia moderna uma das preocupações analíticas desse autor é a correspondência entre natureza e cultura. Nesse patamar não são desconhecidas suas contribuições para entender as práticas e simbologias que transitam entre uma e outra (Lévi-Strauss, 2012). É nesse modo de nomear a cooperativa que a fala da Antônia nos dá algumas pistas interessantes para a compreensão entre mito e rito social, no âmbito do nome-identidade da cooperativa. Antes de ser chamada com o nome fantasia “Açaí”, conta Antônia, “o nome da cooperativa era Cooperativa de Trabalho dos Artesãos de Rondônia”, que, posteriormente, foi trocado pela designação “Cooperativa de Produção e Comercialização de Artesanato de Rondônia”. O que se pode inferir a partir desses nomes é que a identidade comercial do empreendimento atende a uma visão de inscrição regional, ou seja, sua identidade-reconhecimento perpassa por uma construção de vínculos com o estado de Rondônia na produção, circulação e consumo do que entendem os cooperados como artesanato. No entanto, a lógica de mercado que parece envolver a identidade-reconhecimento comercial da cooperativa está atravessada por outras lógicas de reconhecimento, lógicas simbólicas com o mito passíveis de serem presentificadas na memória coletiva e experiência vividas dos cooperados e que, de diversas formas, são decifradas nas relações de parentesco de aliança, como é o caso de Marina e Daniel (voltar-se-á depois a esse argumento), nos saberes-fazeres dos agentes sociais que estão envolvidos.

A identidade do empreendimento a partir da matéria-prima regional, entre sementes, madeiras e metais preciosos, atravessa a história do estado de Rondônia, em termos de referência à cultura material e os recursos naturais que dominavam na região e que, desde o período colonial até a atualidade, continuam sendo alvo de cobiça de diversos agentes sociais. É assim que se aborda, a seguir, a narrativa da artesã Arlete quando se refere ao rio Jamari, da bacia amazônica, um dos principais afluentes do rio Madeira, interceptado pela Usina Hidrelétrica Samuel. Arlete nos explica que é do rio Jamari “que sai a matéria-prima nossa”. A narrativa descrita a seguir tenta recuperar não apenas a experiência de despejo que os habitantes da região têm sofrido ao longo da história, mas principalmente os vínculos que as mulheres constroem com o lugar e seus recursos. De certa forma, a Cooperativa Açaí opera como uma síntese disjuntiva de sementes e metais, ela não é semente nem é metal, assim como a hermenêutica cósmica do imaginário (Durand, 1994) que permeia a história do nascimento da artesã.

2.3 “AS PEDRINHAS COLORIDAS”, NA MEMÓRIA

E NARRATIVA

Forço agora a minha memória e procuro lembrar-me dos meus dias em Dourados para ver se nada de importante deixei de registrar.

Cardoso de Oliveira (2002, p. 52)

Diário de campo e descrição etnográfica densa cruzam-se permanentemente, como nos ensina Cardoso de Oliveira (2002) em seus “Diários”, dos quais foi retirada a epígrafe acima. Mas o nascer desses *momentos antropológicos* e seus afluentes narrativos são diferentes, assim como são os rios de Rondônia; esses que a artesã Arlete menciona em uma sequência narrativa embrulhada de relações sociais e de produção de territorialidades diversas, em



Sementes diversas e coloridas.
Foto: Fanny Longa Romero, 2014.

que rios e afluentes, “um se jogando em cima do outro”, como ela narra, percorrem e constituem a memória histórica de uma região e as experiências cotidianas dessa mulher, atenta para que nada de importante fique sem registro em seu presente vivido.

Guajará-Mirim, Alto Guaporé. Rio Limoeiro, Cabixi, Cabixi entra no rio Guaporé, Guaporé entra no Mamoré e Mamoré entra no Madeira. Madeira entra no rio Negro e rio Negro entra no Solimões e o Solimões vai ao mar. É um jogando em cima do outro e também tem o rio que corta, que [é] o Beni, ele é lateral, que é o rio da Bolívia. Ele segue lado a lado com o Mamoré e se joga dentro do Madeira. Eu sou da mata.

Arlete mora na cidade de Porto Velho há 43 anos, conta que nasceu dentro de uma canoinha “só com minha mãe e os

botos”, no meio do rio Guaporé. Diz que veio “mocinha de lá”, onde nasce o rio, em Guajará-Mirim. Viveu numa “colocação, daquelas que os patrões faziam para ‘colocar’ os trabalhadores de extração de seringa, os seringueiros. Daí vem o nome ‘colocação’”. De gargalhada fácil e fala rápida, Arlete é reconhecida na região como escritora-poetisa, lutadora social e artesã. Desempenha-se como fiscal da Cooperativa Açai.

E eu nasci no meio do rio Guaporé, não nasci na cama, não nasci na maternidade, nasci no meio do rio. Não sei, até hoje me pergunto por que eu nasci no meio do rio, não sou da terra nem da água, eu sou dos dois. Eu acho que eu sou regida pela mãe da água, ela que foi minha protetora. Sabia que tem a Ieman...? Para nós aqui é a Jara, que o pessoal fala é a Iemanjá, mas para nós aqui é a Jara. Jara realmente existe.

Narra que quando criança “brincava de pedrinha [...] pedras coloridas”.

O mato tem muita riqueza. Quando eu era menina eu era rica, hoje eu sou de conhecimentos, mas quando eu era menina era rica de pedras preciosas. Eu tinha uma lata cheia de pedras, só que eu não sabia que eram esmeraldas, que era rubi, sabe, que era ametista. Eu brincava de pedrinha [mostra com as mãos a brincadeira que consistia em chacoalhar as pedrinhas com as duas mãos fechadas para produzir som]. Eram pedras coloridas, nunca imaginei que minha lata era de pedras preciosas. Quando eu cresci, agora que eu mexo com pedras, eu digo, “gente, quanta pedra eu tive e não dava valor”, a gente não sabe. No mato, a gente não precisa dessas coisas! Pois então, e eu guardei só essa [refere-se a uma grande pedra de cor prateada que a acompanha desde criança] porque ela sempre me encantou.

As “pedrinhas coloridas” com que Arlete brincava quando criança fazem parte de uma história de longa duração marcada por processos sociais no estado de Rondônia, no rio Jamari,

em que estrutura e história se interligam.¹⁰ Ao visitar pela primeira vez Porto Velho, nas proximidades de uma das margens do rio Madeira, concebida como de visitação turística, pode-se perceber, em ato, como as pedrinhas da artesã fazem todo sentido quando se observa o alto impacto causado pelo megaprojeto chamado Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. Duas usinas se destacam nesse empreendimento de grande porte, a saber: a Usina Hidrelétrica Santo Antônio, de 3.568 MW, e a Usina Hidrelétrica Jirau, de 3.759 MW, ambas situadas na capital do estado.¹¹

A memória histórica de Porto Velho não está separada dos instrumentos de produção de territorialidades que fazem parte da chamada “virada histórica” dos processos de invasão, negociação e conquista de frentes coloniais europeias nas regiões do que veio se chamar América. Numa escala de tempo recente, lembre-se como o chamado “decreto de emancipação” no

¹⁰ Segundo o relatório Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) de 2006, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial de Ariquemes (RO), “a Bacia do Rio Jamari está dividida em quatro sub-bacias: Alto Jamari, Baixo Jamari, Alto Candeias e Baixo Candeias. O rio Jamari, afluente pela margem direita do rio Madeira, representa o principal curso fluvial do município, com uma largura média de 60-80 metros e de leito arenoso; é navegável por embarcações de pequeno a médio porte. As nascentes localizam-se a sul da cidade de Ariquemes, junto às escarpas da Serra dos Pacaás Novos. Os afluentes principais no espaço municipal são os rios Massangana, pela margem esquerda, e os rios Branco e Canaã, pela margem direita, dos quais apenas os primeiros dois são navegáveis por pequenas embarcações. Esse rio possui uma importância estratégica para o Estado de Rondônia, pois à jusante de Ariquemes foi construída a Usina Hidrelétrica de Samuel, a qual abastece de energia elétrica uma ampla região. Depreende-se daí a importância de preservação da bacia hidrográfica do rio Jamari para a vitalidade econômica do Estado, devendo-se evitar o desmatamento desnecessário e a manutenção das matas ciliares” (Brasil, 2006, p. 14).

¹¹ Madeiras Energias S/A (Mesa), é o nome do consórcio que assumiu a construção das hidrelétricas. O mesmo é composto pelas empresas (com as porcentagens de investimentos na construção): Furnas (39 %), Odebrecht Investimentos (17,6 %), Andrade Gutierrez Participações (12,4 %), Cemig (10 %), Construtora Norberto Odebrecht (1 %) e Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia (20 %) (Complexo..., 2018).

Brasil, proposto em pleno regime militar, em finais da década de 1970, orquestrava a venda e exploração de terras indígenas, a partir de um lobby político nacional, e do mercado financeiro internacional, de forte impacto na região amazônica brasileira para a atuação de empresas de mineração, nacionais e multinacionais (Carneiro da Cunha; Almeida, 2009, p. 280-282). De fato, o desenho de um instrumento jurídico-legalista para justificar a prospecção mineral em terras indígenas e de povos tradicionais faz parte, até a atualidade, de um projeto extrativista internacional de longo alcance que visa a construção de hidrelétricas e exploração de reservas minerais e recursos naturais no subsolo amazônico.

Nesse sentido, as transformações históricas da biodiversidade amazônica atestam que a incorporação maciça da região de Porto Velho ao Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira atende a uma lógica desenvolvimentista de exploração de recursos minerais e hidráulicos em subsolo amazonense que não é influenciada por estruturas sociais recentes; assim como não representa nenhuma novidade que “termos como ‘índio’, ‘indígena’, ‘tribal’, ‘nativo’, ‘aborígene’ e ‘negro’” sejam “todos criações da metrópole”, enquanto “frutos do encontro colonial” (Carneiro da Cunha; Almeida, 2009, p. 278). Contudo, é importante ressaltar, tal como afirmam esses autores, que os termos étnico-identitários “foram progressivamente habitados por gente de carne e osso”.

Voltando à narrativa de Arlete, podemos perceber que ao revisitar sua origem e seus laços de pertencimento com o rio Mamoré e o seringal, sua memória social traz à luz “frames” da história social de escambo e desenvolvimento predatório do estado de Rondônia. As “pedrinhas coloridas” com as quais brincava quando criança eram um dos alvos mais cobiçados do lobby financeiro internacional, garimpeiros e outros agentes sociais. Por outro lado, sua memória oral é presentificada quando informa que o “Jirau era um nome de um povoadozinho que tinha aqui

na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré”. Ela se refere ao povoado que desapareceu depois da construção da Usina de Jirau, como parte do PGE, Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira.

Assim como o povoado de Jirau, a cachoeira de Santo Antônio e a igreja do mesmo nome¹² desapareceram. Esses elementos simbólicos propiciaram uma espécie de memória de ausência de *axis mundi*, que religava os moradores da região com as simbologias que criavam significado nas suas experiências cotidianas e davam sentido aos processos identitários, individuais e coletivos. Diversos seres, entre humanos e não humanos, com suas práticas, memórias e ações agentivas também desapareceram na urdidura cotidiana da experiência concreta de Porto Velho e os pequenos povoados adjacentes. Rios e afluentes que eram navegáveis e fartos em biodiversidade para a reprodução social dos grupos sociais se tornaram in navegáveis e até intransponíveis.

No presente, o fluxo da vida em Porto Velho anda a passos lentos, pois os rios, as pessoas e suas margens não conseguem ver mais as pedrinhas coloridas que ficaram na memória de criança de Arlete, que, num poema escrito e narrado por ela, conta que “já não se acorda de manhãzinha, às cinco da manhã, só pra contar as pedrinhas que passavam”, quando “a luz era de lamparina” e se escutava o soar de “outro apito. Era Santo Antônio com sua igreja em azul e sua cachoeira de pedras pretas”.

¹² Um poema de Antônio Cândido da Silva, membro da Academia de Letras de Rondônia e da União Brasileira de Escritores de Rondônia, descortina alguns dos significados que a igreja tinha para os moradores da região, antes da desaparecimento dessa simbologia religiosa, na explosão da cachoeira de Santo Antônio, pelas investidas da construção da usina hidrelétrica. “Velho rio chorando seu lamento e a cidade dormindo na ruína, de quem morreu em sonho de menina, no despertar do seu encantamento. A cachoeira geme, enquanto o vento traz o som triste de pesada sina. A praia, ao longe, de areia fina é véu de noiva para o casamento. É assim Santo Antônio do Madeira, da antiga estrada a estação primeira, dormindo o sono dos que já morreram. Com a igreja abençoando o rio qual sentinela do grande vazio, onde vidas em sonhos se perderam” (Silva, 2008).

Na época em que conhecemos Arlete, antes de terminar uma das conversas gravadas em vídeo, nos deixamos “afetar” por nossa relação, nos termos de Jeanne Favret-Saada (2005). “Deixa te falar” disse ela, “já que você está filmando, eu vou te oferecer uma poesia da nossa cidade aqui que eu fiz, ela diz assim”:

O que eu trago na lembrança
São fagulhas da infância
Quando dona Maria comia ali e cuspiu fumaça
E Porto Velho era coberto de neblina
Acorda Porto Velho,
Cinco horas da manhã
Um apito
E tudo começava da carroça que ia e carroça que vinha
E o fogão era de lenha
Minha avó me pegava pela mão
E corríamos para a estação
E o bilhete comprava
E eu sentava na janela
Só pra contar as pedrinhas que passavam
E a luz era de lamparina
Outro apito
Era Santo Antônio com sua igreja azul e sua cachoeira de
pedras pretas
E gente com tabuleiro gritando “cuscuz, tapioca” e um sorriso
hospitaleiro
E dona Maria corria, corria
Já sei, já sei, almoço, almoço,
Todos desciam e a barriga enchia, novamente sumia
E o condutor Valeriano vinha gritando “Bilhete na mão, bilhete
na mão”
E o dinheiro? Era de borracha vindo da seringueira
Já à noitinha em Abonã ela dormia
E logo bem cedo antes que o sol surgia
Dona Maria partia e o Guajará-Mirim esperava Maria.

2.4 “A JARINA TEM MOVIMENTO” E “O REMO É TEMPORAL”: A LÓGICA DAS QUALIDADES SENSÍVEIS



Peças e sementes variadas.

Foto: Fanny Longa Romero, 2014.

O postulado de Lévi-Strauss (1989, p. 24) que explica “as espécies animais e vegetais não são conhecidas porque são úteis, elas são consideradas úteis ou interessantes porque são primeiro conhecidas” é de fundamental importância para entender a relação de Marina com a jarina, semente originária no Acre. Nessa relação, opera-se uma “observação exaustiva”, nos termos que essa expressão é entendida por esse autor (Lévi-Strauss, 1989, p. 25).

A jarina é uma semente de movimento. Por exemplo, se eu faço uma semente com prata e faço uma encaixada da jarina, faço uma toda encaixadinha, a semente ela tem movimento. Tem hora que ela pula e tem hora que ela se encolhe. Então, ela sai de dentro da base de prata. Aí eu perco a biojoia. Porque ela tem movimento. É um movimento natural. É tipo viva. Ela é uma semente tipo viva. Ninguém segura essa semente. Você faz, e ela movimenta para um lado e para outro.

Segundo Marina, o movimento da semente não apenas é natural. A jarina tem capacidade de agência e influencia os estados emocionais e as subjetividades das pessoas. O trabalho artesanal de Marina não se define por uma lógica utilitária, nem depende exclusivamente de necessidades econômicas. O saber-fazer dessa mulher se fundamenta em um pensamento mágico, em que natureza e cultura estabelecem ligações.

Se você bota um anel desse por exemplo aqui [ela pega um anel feito com jarina que está na mesa à frente dela] e bota um anel desse apertado no dedo [ela então o aperta], daqui a pouco ela solta que não cabe no dedo. Porque ela tem movimento. A gente apreendeu isso com a jarina. Se você bota um anel no dedo nervosa ela aperta, aperta mesmo, e você agonia. Mas se você fica tranquila, ela solta. Por quê? Porque ela tem movimento.

No entanto, o comportamento da jarina não é completamente autônomo. Suas qualidades sensíveis parecem depender dos ciclos da natureza, do movimento do sol e da chuva. Nos dias de sol, por exemplo, ela tende a abrir e no período de chuva ela volta ao estado normal. Marina demonstra um profundo conhecimento sobre a semente que a faz “perder peças”, por causa do “movimento”, mas pela qual sente admiração e respeito: “Aqui ela está em movimento, hoje. E por que será que está em movimento hoje? Ah! Por causa do sol. Importante. Elas são muito bonitas, mas elas têm esse movimento.”

Por outro lado, a jarina não satisfaz sempre os desejos da pessoa que a utiliza para a confecção de biojoias. Conforme explica Marina, a semente prefere se manter longe de metais preciosos

como a prata. Explicação que enfatiza um achado curioso das sensibilidades da jarina. Montar as sementes de paxiubão, açai, jarina, jatobá, paxiubinha, ouriço da castanha, babaçu, buriti, inajá e tucumã, beneficiadas e entalhadas, em ouro e/ou prata, é o trabalho de Marina como membro da cooperativa. Entre essas sementes, a artesã revela que “as biojoias mais bonitas são feitas com a jarina, o tucumã e o ouriço da castanha-do-pará. Eu gosto muito de trabalhar a biojoia com o tucumã e a castanha, com a jarina também, mas ela tem esse movimento.”

Há no movimento da jarina operações lógicas no nível das propriedades sensíveis. A recusa da semente de se ajustar às operações materiais da montagem da biojoia não se ajusta a uma ordem prática, de cultura, mas a uma ordem de natureza em que os elementos estão em estado de religação constante, a partir de uma organização “do mundo sensível em termos de sensível”, na perspectiva de uma ciência do concreto, como demonstra Lévi-Strauss (1989, p. 23).

Marina aborda as sementes desde a perspectiva compreendida por Viveiros de Castro (2011), como uma concepção que atende à multiplicidade e diversidade da agência entre humanos e não humanos e de como habitam o mundo. Essas agências assinalam “configurações relacionais, perspectivas móveis” (Viveiros de Castro, 2011, p. 349). Como afirma o autor, faz-se necessário recombinar para dessubstancializar a ordem de relações entre natureza e cultura. As perspectivas cruzadas, e a proposta dos *pontos de vista*, entre humanos e não humanos, desenvolvidas por Viveiros de Castro, atendem a uma sofisticada teoria, perspectivismo, afinçada no xamanismo dos mundos de povos ameríndios amazônicos e sul-americanos. Sua potencialidade analítica permite encontrar caminhos para situar o entendimento do movimento sensível da jarina e a relação da semente com a artesã Marina.

Na biojoia de jarina todo movimento é instável. Se esse postulado é correto, podemos argumentar então que não há uma separação entre os domínios objetivos e subjetivos no processo da sua confecção, mas uma operação de religação entre os agentes

sociais que fazem parte dele, ou seja, entre sementes, fibras naturais, humanos e metais. A *troca*, no sentido lévi-straussiano do termo, entre Marina e a jarina pode ser reconhecida a partir da cosmologia de um multinaturalismo que contrasta com a cosmologia multiculturalista do campo de desenvolvimento, referida anteriormente neste capítulo. Ou seja, a relação de Marina com a biojoia feita com a jarina não é marcada pelo fetichismo da mercadoria, mas por uma lógica das trocas sensíveis reconhecida através da sua narrativa, “ela é uma semente viva, é tipo viva, ninguém segura essa semente”. Outro modo de interpretar esse enunciado é a partir de sua enorme variabilidade simbólica. Enfim, sob o olhar de uma “torção assimétrica do animismo perspectivista” (Viveiros de Castro, 2011, p. 377), pode-se sugerir que a jarina não se vê como jarina justamente porque é assim vista pelos humanos.

Mas a noção de perspectiva não se insere somente entre humanos e não humanos, senão também entre as próprias sementes em relação. O paxiubão, por exemplo, dialoga perfeitamente com diversos tipos de madeiras regionais, mas sua semente se torna uma bela biojoia ao ser montada em prata, e aceita muito bem o cordão trançado com fios de buriti. Já o ouriço da castanha-do-pará desfila um tipo de beleza quando é entalhado como coruja ou macaco, na confecção de chaleiras ou cofrinhos. O mesmo acontece com o babaçu, que pode ser transformado em um belo porta-canetas, com encaixe de três peças, que, segundo a perspectiva, chega a ser visto como uma coruja. Já a semente de açaí parece construir aliança com todos os materiais usados na confecção das peças, seja em formato de contas para colares e pulseiras, seja para unir os detalhes usados na confecção de brincos ou como enfeites de peças de vestuário e bolsas femininas. Se, no mito, o açaí promove o restabelecimento de vínculos sociais e a continuidade do grupo, nas práticas cotidianas e nos rituais sociais da produção das peças, os membros da cooperativa ressignificam seus vínculos de aliança, a partir das trocas simbólicas. Faltaria indagar, mais detidamente, a partir de que ponto de vista se veem os humanos e as sementes.

Ao descrever a produção das biojoias, a artesã Antônia explica que são usados diversos tipos de matérias como “a madeira que é entalhada [mostra um entalhe em flor], esse entalhe é feito por um cooperado, senhor Daniel, e o cordão é confeccionado pela esposa dele que também é cooperada, Marina. Então é a madeira e a semente.” A fala de Antônia permite sinalizar a relação de parentesco de aliança por casamento, entre Marina e Daniel, pela via do mito. Tal como foi mostrado antes, Marina narra que o conhecimento que Daniel possui de entalhar madeiras “é um dom que Deus deu para ele, um dom da natureza”. Nesta parte da análise, podem-se aprofundar um pouco mais essas argumentações.



Entalhes do artesão Daniel.
Foto: Fanny Longa Romero, 2013.

As peças são utilitárias e decorativas. As peças de Daniel são temas regionais, principalmente Amazônia como, por exemplo, a floresta, os ribeirinhos, fauna, flora. No que você imaginar, a flora! Daniel deixa fluir na madeira. Então, é um dom que ele tem, coisa de Deus. Os temas de Daniel são: o ribeirinho, a flora com uma pessoa tirando o látex da borracha, a Estrada de Ferro. Esse daqui [mostra o objeto] significa como está a rodoviária hoje. O descaso. A locomotiva no meio dos matos pelo abandono do tempo que passou. Um trem no meio da floresta.

O que mais impressiona na narrativa de Marina não é apenas a precisão com que descreve “o dom” do marido para descortinar, nos seus termos, a memória histórica de Rondônia, mas a relação que se pode perceber na sua narrativa entre mito e história. Depois de falar da jarina, ainda na sua casa, ela mostra os objetos entalhados pelo marido, e passa a descrever em detalhe cada peça. Nesse contexto, registrou-se a narrativa do “remo temporal” aquele que quando “bate na água” faz chover.

E esse é um remo [mostra um grande remo de madeira entalhado pelo marido com figuras de animais e plantas da Amazônia; na extremidade superior o remo tem como entalhe a cabeça de um índio]. A história desse remo é que Daniel o achou quando era garimpeiro. Um dia ele estava no rio e sentiu na água uma coisa pesada, aí ele puxou, puxou, e achou esse remo. Esses índios que usavam esse remo, eles diziam que era um remo temporal. Toda vez que eles davam uma remada, passava uma semana chovendo. Toda vez que eles davam uma remada, eles davam uma pancada na água, soltava, que lá vinha uma chuva, um temporal. Toda vez que a pessoa pegava o remo podia se preparar que lá vinha uma chuva.

No texto “A harmonia das esferas” e sua relação com “os instrumentos das trevas”, Lévi-Strauss (1971) examina um conjunto de mitos da região das Guianas em que a cabaça é um objeto de mediação, enquanto elemento mágico que promove êxito na atividade de caçar, desde que o mesmo seja usado com moderação, pois seu torpe uso pode causar inundações, fazer

desaparecer os peixes e até a caça. O autor refere-se também ao remo como objeto mágico, mas próximo dos instrumentos das trevas: “O herói o usa para bater a água próxima da costa, e o rio se seca embaixo do lugar perturbado.” Nas versões narrativas míticas de influência amazônica nas Guianas, no uso errado desse objeto há “o risco de provocar chuvas torrenciais, não há que derramar água doce na piranga, lavar a colher no rio, afundar diretamente a marmita para puxar água ou limpá-la” (Lévi-Strauss, 1971, p. 376-377, tradução nossa).

Ao escutar a narrativa de Marina, o primeiro elemento que chamou a atenção foi sua referência à cabeça de um índio na extremidade superior do remo entalhado por Daniel: “É um índio olhando pela Amazônia.” Segundo Daniel, o remo está com ele há 40 anos. Quando o achou numa das margens de um rio do estado do Amazonas, o objeto não tinha nenhum tipo de entalhe, estava praticamente em estado bruto, mas era grande e de madeira leve. Não saberíamos precisar em que ano Daniel decidiu entalhar o remo, mas tudo indica que corresponde com o período recente, pois na narrativa sobre o descaso e abandono do trem, da floresta e da rodovia, Marina comenta um contexto em que atualmente se localizam os vestígios da EFMM. Já a narrativa do remo temporal fala da cabeça de “um índio que olha pela Amazônia”, o que possibilitou remeter à mediação e ao equilíbrio no uso da cabeça no mito, mesmo que o remo, nessa narrativa mítica, seja um instrumento de destruição, das trevas, uma vez que, ao ser batido contra as águas das margens do rio ele pode provocar chuvas ou temporais.

A simbologia entalhada do remo de Daniel mostra a recriação de um imaginário sobre a região amazônica, em que a dinâmica dos processos sociais do extrativismo predatório, a flora e a fauna, a chuva, o remo, a capacidade de agência de humanos e não humanos estão conectados, em atenção a um multinaturalismo que se expressa, muito claramente, no movimento da jarina de Marina e na aliança entre as pessoas e as coisas.

2.5 SOCIOTECNOLOGIAS NA PRODUÇÃO DE BIOJOIAS



Sementes diversas do bioma amazônico.

Foto: Fanny Longa Romero, 2014.

O quintal da casa da artesã Dolores é rico em frutas típicas da região, como cupuaçu e acerola. Tem plantas medicinais para o alívio de dores de estômago e cólicas, algodão e algumas sementes em estado bruto, como “um pé de tucumã que nasceu lá, no quintal”. Conta que já teve muito açaí plantado, mas “tive que derrubar minhas plantas de açaí porque não tinha como deixar, para construir o muro da casa”, lamenta. Mas ela também tem

um significativo grupo de sementes beneficiadas em casa, pois, à diferença de outras cooperadas, Dolores conseguiu comprar a maior parte dos equipamentos de trabalho para a confecção de biojoias. Ela obtém as sementes seja catando-as no seu quintal ou na rua, seja na compra com os ribeirinhos, nas trocas com os artesãos nas feiras. Dolores (Monteiro de Azevedo) nasceu em Guajará-Mirim, Rondônia, tem 67 anos, um filho, é professora aposentada de ensino fundamental, é separada do marido e gosta de frequentar, aos sábados, um clube popular, próximo da sua casa, para dançar forró. É de temperamento calmo e paciente, mas “batalhou muito na vida”, como ela sempre dizia no tempo que hospedou uma pesquisadora na sua casa. Possui um carro usado e pequeno, mas é seu filho mais velho que o dirige e a leva para todos os lugares que ela precise ir, pois “comprei o carro com essa finalidade”. Faz parte da Cooperativa Açaí há dez anos, e é uma das artesãs mais experientes e autônomas.

A experiência de Dolores está vinculada à sua expertise com a produção de biojoias, e também de ecojoias. Explica que a produção das biojoias tem várias etapas. A primeira consiste em comprar a matéria-prima do ribeirinho, “do pessoal que vive lá no mato”. O material é “tirado da mata” e é com essas sementes que as artesãs iniciam a confecção. De forma geral, elas recebem as sementes em estado bruto, ou seja, sem ter passado pelo processo de beneficiamento. Dolores, por exemplo, consegue as sementes de açaí de um vizinho que tem um sítio na localidade. Ela proporcionou ao seu vizinho várias sementes que tinha no seu quintal, as palmeiras cresceram e agora ela recebe as sementes que o vizinho plantou e que está colhendo. Mas essa troca não é comercial nem programada, sua lógica é a reciprocidade.

Segundo Dolores, entre as sementes que mais se destacam na produção de biojoias se encontra a da jarina, chamada pelas artesãs “marfim da Amazônia”, devido à resistência que possui, além da beleza. Essa semente é comprada e vem do estado do Acre. Informou que um quilo de semente de jarina equivale a R\$ 35,00. O patuá é uma das sementes mais conhecidas na região

Norte, “que pode ser achada no mato”. A palmeira da semente, explica, “dá um cacho que nem o açaí”. Ele pode ser consumido em suco e, ainda, se aproveitar a semente para artesanato. O coco babaçu é, segundo Dolores, muito abundante na região. Conta que obtém esse recurso natural quando “visita os sítios” ou transita pelas fazendas da localidade. O “famoso tucumã”, tal como referido pela artesã, “se diferencia do tucumaim pelo tamanho da semente”, fator que incide na confecção das peças. No caso do tucumã, Dolores explica que, além da produção de



Biojoias confeccionadas com sementes diversas.

Foto: Fanny Longa Romero, 2014.

artesanato, ele é usado como alimento. Outras sementes como a da paxiúba e do buriti, “achado nas beiras dos rios”, fazem parte da diversidade de matérias-primas usadas nas biojoias.

O segundo processo consiste em lapidar a peça, depois de as sementes terem sido descascadas e limpas. Nessa etapa, as artesãs usam o auxílio de ferramentas como os motores próprios para o corte, lixamento e polimento. Dolores explica em detalhe os nomes e as funções dos equipamentos de trabalho: “mosa”, usada para cortar as sementes com o auxílio de uma serra; esmeril, usado para lapidar as sementes; furadeira, utilizada para abrir, grandes ou médios, buracos nas sementes. Esse procedimento é usado principalmente nas sementes de jarina, tucumã e babaçu; o “dremel”¹ consiste numa das ferramentas mais usadas pelas artesãs e é usado para desenhar detalhes ou fazer os furinhos de peças como brincos ou no acabamento dos colares. Contudo, segundo Dolores, a ferramenta principal do artesanato de biojoias é chamada rola, um motor onde são depositadas as sementes cortadas, e que serve para lixar e polir as sementes em grande quantidade. O terceiro processo de produção consiste basicamente no lixamento manual da semente, com lixas de diversas granuras. O quarto e último processo é a montagem da peça.

Pode-se enquadrar o saber-fazer dessa mulher nos termos de uma experiência e processo de *bricolagem*, técnicas do seu conhecimento tradicional de sementes e modos de fazer que subvertem a ordem dominante do novo extrativismo predatório. A produção de biojoias de Dolores subverte a lógica do capital. Metamorfoseada à luz de sociotécnicas, as sementes são elaborações que operam em outro registro, muito diferente da lógica de mercado e, principalmente, da rigidez do conhecimento científico. Dolores conhece muito bem as propriedades científicas das sementes e das plantas que usa, mas as manipula de forma diferente e a partir de uma ordem lógica de *bricolagem*. Ela realiza

¹ Trata-se de uma microrretífica produzida pela indústria Dremel, com acessórios que permitem acabamentos em superfícies variadas.



Aspectos da estocagem de sementes e das ferramentas.

Foto: Fanny Longa Romero, 2014.

atividades diversificadas e, mesmo que tenha um bom número de equipamentos de trabalho, os procedimentos técnicos para fazer as biojoias não são definidos com rigorosidade, nem são mecânicos, ao contrário. Seu trabalho é criativo, flui e se movimenta como as águas do rio Madeira, apesar da predação do ambiente natural. Explica que “quando começo uma peça tenho uma ideia do que vou fazer, mas às vezes sai outra coisa”. A criação de biojoias é regida por lógicas diversas em que se tomam em conta as etapas e procedimentos concatenados, as classificações das sementes (pequenas, grandes, beneficiadas, com graus de dificuldade diversas), o *tempo* de cada semente e a relação intersubjetiva que se estabelece com cada uma delas.

Além disso, Dolores tem um importante arsenal de sementes de diversas espécies, botões de coco, fibras naturais,

ferramentas, todos devidamente guardados em casa, sementes que estão beneficiadas ou em processo. Classifica e guarda seus materiais em potes de plástico de manteiga (de diferentes tamanhos). Na sua compreensão, tudo tem uso, nada pode ser jogado fora, pois “isso sempre pode servir”, literal e surpreendentemente como explica Lévi-Strauss (2003, p. 33). O conhecimento de fazer bricolagem opera muito diferentemente do conhecimento científico, pois no primeiro caso não existem regras coercitivas nem rotinização de tarefas como no segundo. O conhecimento que Dolores constrói na arte da biojoia se circunscreve como tática de um fazer com, nos termos compreendidos por Certeau (1994), que acalenta a metamorfose da semente, “você vai ver como ela vai ficar depois de polida, de beneficiada”, comenta enquanto mostra, passo a passo, o processo-arte da confecção.



Biojoias confeccionadas de sementes diversas.

Foto: Fanny Longa Romero, 2014.

2.6 O QUE SE SABE DESSA GENTE, CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E OUTROS DEVIRES

A produção artesanal da Cooperativa Açai traduz questões debatidas no mundo contemporâneo. Trata-se das problemáticas da sustentabilidade e preservação ambiental. Para os associados, a linguagem do produto se manifesta através do “trabalho com as sementes”: o beneficiamento e os processos de manejo das mesmas, o reaproveitamento de materiais e, inclusive, a escolha do design, comumente relacionados com a biodiversidade amazônica. A biojoia é o elemento que tem protagonismo na cooperativa e que proporcionou, para os associados, autonomia cultural, a partir de um projeto de etnodesenvolvimento local, criado no marco de parcerias em rede com diversos atores sociais. Ela é o “carro-chefe” da cooperativa, foi “o início de tudo”, como explicou a artesã Arlete em uma oportunidade.

Falar das biojoias, através dos fazeres dos associados da Açai, é acessar um conhecimento tradicional recriado e dinâmico, que permite entender que lógicas diferentes do mercado, do cientificismo e do mito do progresso são acionadas à luz de profundas e radicais transformações do ecossistema amazônico. Movidos por essas lógicas, os Projetos de Grande Escala estão presentes e permeiam as relações entre as pessoas no âmbito da produção de territorialidades. No bojo dessas transformações, o rio Madeira, no ano de 2014, acordou muito mais barrento que de costume, devido ao impacto desastroso gerado pelo campo de desenvolvimento promovido nas parcerias de investimento nacional e internacional. Com o avanço desse campo, os ribeirinhos são forçados a recuar e alterar seus modos de vida e habitação, como discutido a seguir.

Nesse contexto, expôs-se como os associados da Açai trazem para o presente suas memórias de um passado recente e, entre práticas de bricolagem e de religação com as qualidades sensíveis das sementes e dos objetos, tentam contar a história

de Rondônia e da Amazônia a partir de outras temporalidades, como revelaram Daniel e Marina na sua história do remo temporal. Agora, buscar-se-á expor como, nesse contexto, os associados da cooperativa defrontaram-se com os impactos dessas transformações nas suas redes de sustentabilidade tradicionais, e a busca que empreenderam para descobrir ou reorganizar velhos e novos vínculos sociais. Nessa outra face da trajetória desses associados, emergem agenciamentos de indivíduos e instituições parceiras do projeto da cooperativa, visando objetivar as biojoias como produtos culturais para o mercado, simultaneamente à construção de uma concepção de sustentabilidade que é tramada entre discursos de afirmação da diversidade cultural.



Rondônia – para onde nos leva o rio.
Foto: Fanny Longa Romero, 2013.

3 TECENDO A DIVERSIDADE ENTRE PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO E REDES DE SUSTENTABILIDADE

Embora as sementes utilizadas na confecção de biojoias, por alguns associados, ainda sejam coletadas em seus sítios próprios, ou de conhecidos, nos arredores de Porto Velho, as redes estabelecidas com as comunidades ribeirinhas que existiam próximas da cidade se desfizeram. Hoje, eles contam com a coleta realizada por ribeirinhos e extrativistas de comunidades distantes, ou, como no caso do açaí, utilizando-se as sementes após o consumo da fruta. Segundo relatos coletados em entrevistas e conversas informais, foi possível identificar que as comunidades ribeirinhas foram distanciadas das relações que mantinham com a Cooperativa Açaí, ou seus associados, devido à construção da hidrelétrica de Santo Antônio,¹ e pelos efeitos de uma enchente do rio Madeira ocorrida em 2014. Tal distanciamento se produziu de forma que os entrelaçamentos vicinais e comerciais que mantinham se transformaram em deslocamentos constantes, impondo organizar estratégias de restabelecimento de suas redes.

Apesar do impacto desses eventos, os povoados ribeirinhos e extrativistas da região ainda constituem elos importantes das redes locais desses artesãos e são considerados, pelos mesmos, parte dos “povos da Amazônia”, reconhecidos como comunidades tradicionais,² e sua sustentabilidade está inserida entre as pautas

¹ A usina iniciou suas atividades em 2012, e completou seu funcionamento em 2017 (Usina..., 2017).

² Os povos e comunidades tradicionais são definidos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”; por sua vez, territórios tradicionais são entendidos como “os espaços necessários a reprodução

principais da Cooperativa Açáí. Isso ocorre devido a um processo de reflexividade operante entre os associados da cooperativa, durante e após tais eventos. Seguindo Beck (1997), pode-se afirmar que o impacto de forças modernizantes que operam no campo de desenvolvimento gerou uma modernização adicional (percebida nos riscos produzidos pela modernização normal) e impôs novas lógicas de interação entre os atores envolvidos.³ Assim, a modernização reflexiva que se impôs aos associados da cooperativa se refere a um processo de autoconfrontação das bases da modernização com suas consequências, ou os efeitos da sociedade de risco.

A compreensão de que o conhecimento do ribeirinho “seja transformado em geração de renda, porque é um conhecimento que mantém o planeta”, como enfatizaram alguns cooperados, expressa assim a importância da sustentabilidade ambiental, em interação com as relações econômica e social em transformação, nessas comunidades. Nesse sentido, como Dalvani já ressaltou anteriormente, os produtos da cooperativa sustentam redes extensas de famílias da região, o que não permite comparação com produtos chineses, por exemplo. A artesã também já citou exemplos de saberes dos povos da Amazônia que são roubados e patenteados fora do país, como os produtos derivados da copaíba.

Além das dificuldades e obstáculos colocados aos artesãos da cooperativa, pela apropriação mercantil de matérias-primas da biodiversidade amazônica, operada por agências internacionais, os mesmos destacaram também o esgotamento de algumas

cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (Brasil, 2007, art. 3º).

³ Segundo Beck (1997, p. 14), o desenvolvimento da modernização normal, ou convencional, fez oscilar “a equação tácita entre latência e imanência na mudança social”, gerando uma nova sociedade, que emerge da “radicalização da modernidade”, rompendo silenciosamente as linhas limítrofes entre oposições estabelecidas na modernidade normal, e instalando gradativamente uma nova modernidade, constituída da combinação entre o desejado e o familiar provenientes de lutas sociais em todos os níveis e difíceis de delimitar, mas que se engendram na “dinamização do desenvolvimento”, ou no “dinamismo do conflito da sociedade de risco”.

espécies endógenas e a inserção comercial de espécies exógenas ao bioma local.

Com relação ao esgotamento das sementes utilizadas na produção de biojoias e ecojoias, as palmeiras como o tucumã e o babaçu apresentam maior risco, devido ao plantio da soja e a criação de gado que se disseminam na região. Já a inserção de espécies exógenas refere-se basicamente ao crescente uso da jarina. As sementes de jarina utilizadas por alguns cooperados na produção de biojoias são compradas de Marta. Marta é originária de Minas Gerais, artesã e comerciante de sementes, reside em Porto Velho há dez anos e tem uma loja em espaço alugado no Mercado Municipal, desde 2011, bem perto da Cooperativa Açaí. A jarina que ela comercializa e utiliza nas suas peças vem de Plácido de Castro, cidade do Acre na divisa com a Bolívia. Marta relatou que é obrigatória a retirada da nota fiscal porque a compra de jarina não beneficiada é proibida. Ela consegue comprar pelo fato de ser pessoa jurídica: “Eu sou pessoa jurídica, para comprar, se você tira nota, paga o imposto tudo direitinho, aí pode vir.” A quantidade comprada normalmente são dez sacas, do tipo “saca de açúcar”, e paga R\$ 400,00 cada saca. As encomendas são enviadas de Rio Branco para Porto Velho através da empresa de ônibus Eucatur. A relação de Marta com os cooperados da Açaí é destacada por ela como uma parceria: “Quando eles precisam, me encomendam.”

Por ser uma espécie menos abundante e originária do Acre, a jarina também é referida pelos artesãos como uma semente em situação de risco, porém, sua inserção no bioma local é justificada e estimulada pelos mesmos, devido ao valor que agrega aos artefatos culturais produzidos, segundo afirmou Giovane (artesão), por ser resistente e bonita como o marfim.

O constante contato que a cooperativa mantém com instituições como a Embrapa, a Emater e sindicatos da agricultura familiar e de economia solidária também possibilitou outras alternativas de acesso à matéria-prima, uma vez que elas fornecem dados sobre o monitoramento de sementes nos estados do norte

do país. Esse conhecimento permite que os artesãos estabeleçam parcerias sazonais no fornecimento das sementes, quando sua coleta se torna prejudicada na região próxima a Porto Velho. Esse é o caso da parceria recém-promovida por Farias, ex-associado da cooperativa, que estendeu a rede de coleta de sementes para o distrito de São Carlos do Jamari.⁴ Porém, como o deslocamento até o distrito é feito por barco, ou por uma “estrada muito ruim” que ele percorre de moto, como afirmou, “para conseguir entrar em contato com comunidades que trabalham com sementes, seriam necessários três dias: um dia pra chegar até lá, um pra ficar lá e outro dia para voltar”.

Todavia, na opinião de Dalvani, apesar dos esforços empreendidos pela cooperativa e suas parceiras, “o mercado não está preparado para esse tipo de produto e deveria haver mais educação para o seu consumo”. Essa afirmação sugere compreender que os arranjos locais em torno de um projeto de etnodesenvolvimento são afetados por escalas distintas de inserção e reconhecimento dos artefatos produzidos no mercado de bens culturais. Apesar de essas distinções serem discutidas adiante, cabe aqui enfatizar que essas escalas de interação (inserção e reconhecimento) dos cooperados com o mercado intensificam o processo de reflexividade em torno de uma identidade construída em compromisso com a diversidade cultural e a autenticidade de suas manifestações (Comaroff; Comaroff, 2012).⁵

⁴ São Carlos está localizado a cerca de 100 quilômetros do centro de Porto Velho, tem uma população de pouco mais de 2.000 hab., distribuídos em 539,3 km².

⁵ Na análise de Comaroff e Comaroff (2012), centrada em contextos que passam por transformações contemporâneas de registros e práticas identitárias (étnicas ou tradicionais) objetificadas em etnomercadorias para o consumo turístico, o princípio da autenticidade que acompanha essa objetificação também produz reflexividade similar. Segundo os autores, apesar da estranheza da etnomercadoria, ela “radica no fato de que, aparentemente, é refratária à racionalidade econômica habitual. Em parte, porque a diferença que apregoa pode reproduzir-se e intercambiar-se sem perder aparentemente seu valor original [...]. A matéria-prima que a constitui não se esgota com a circulação massiva” (Comaroff; Comaroff, 2012, p. 40, tradução nossa). A ideia de que a aura dessas mercadorias se mantém ao se transformarem em “reproduções autênticas” questiona o drama da aura e sua declinação, que se desenvolve de maneiras às vezes imprevisíveis.

3.1 REDES DE SUSTENTABILIDADE, MEDIAÇÕES E CULTIVAÇÃO DE VÍNCULOS

As referências anteriores buscaram evidenciar que a trajetória da Cooperativa Açai, desde sua origem, foi marcada por agenciamentos institucionais e a ação de forças modernizantes de um campo de desenvolvimento que condicionaram e promoveram uma resignificação dos saberes comunitários locais, em dois sentidos principais: a) nos termos de uma possível transformação dos artefatos culturais produzidos, bem como das lógicas de distribuição e comercialização desses artefatos, num mercado de bens culturais contemporâneos; b) no âmbito das lógicas de organização desses atores, especialmente no que se refere à coletivização da produção e articulações político-institucionais.

E embora estejam influenciados pelas forças modernizantes do campo de desenvolvimento que se difunde na região, e seus impactos nos modelos de interação tradicionais que esses artesãos estabeleciam com outros atores das redes locais, os referentes descritos permitem compreender que os artesãos produzem arranjos diversos na trajetória da cooperativa, orientados para a definição de uma identidade em constante gestão relacional. Trata-se, segundo Bajoit (2006, p. 235), da perspectiva de que os indivíduos se constroem como atores, estabelecendo compromissos identitários: “Uma certa ideia daquilo que é e do que queria vir a ser e daquilo que acredita dever fazer para isso.” Através desses compromissos, entram em relações sociais e participam de permutas e lógicas de ação. Esses compromissos operam por reduções das tensões sociais vividas, de forma a interagir melhor com elas, assim como permitem traduzir “a identidade comprometida em lógicas de acção sobre os outros” (Bajoit, 2006, p. 236). Esse é o sentido das interações destacadas pelos artesãos com as comunidades ribeirinhas, como lógica de sustentabilidade. Estas

interações se formam nas trajetórias dos indivíduos, segundo os mesmos reagem aos riscos gerados pelas forças modernizantes em expansão, na região, e vão estabelecendo precisões sobre a identidade coletiva, a lógica do sujeito individual e a lógica da ação social.⁶ Como já exposto anteriormente, (Bajoit, 2006, p. 233) afirma que os atores que ocupam uma mesma posição em determinada relação social são levados a participar de uma mesma identidade coletiva, enquanto a lógica de ação dos sujeitos pressupõe um trabalho relacional de transformação das identidades coletivas que compartilha em orientações próprias. Isso ocorre, segundo o autor, porque as condutas não são inteiramente determinadas pelas condições materiais de existência, sendo, em parte, imprevisíveis.

Assim, essas interações, como ação sobre os outros, procedem de três maneiras para realizar seus compromissos identitários: relações de permuta, formas de solidariedade coletiva e compromisso em ações coletivas. E se as interações estabelecidas, ou pronunciadas, permitem reconhecer que os associados desenvolveram esses procedimentos na trajetória da cooperativa, é na autoconfrontação das bases da modernização com suas consequências que se explicita um princípio de aprendizado formado e desenvolvido na base de um compromisso identitário: as relações de permuta. Os demais procedimentos decorrem de como essas relações de permuta colocam em negociação o próprio projeto coletivo dos atores.

E uma forma de considerar o processo dessa negociação, já destacado em outro estudo (Lopes; Meirelles, 2017), é compreender que as relações de permuta que os artesãos estabelecem

⁶ Desde a afirmação de Bajoit, de que os compromissos identitários operam por reduções das tensões sociais vividas, de forma a interagir melhor com elas e estabelecer precisões sobre a identidade coletiva, a lógica do sujeito individual e a lógica da ação social, pensamos que essas precisões correspondem aos atributos da modernização reflexiva de Beck (1997), sobretudo, na destacada autoconfrontação das bases da modernização com suas consequências, ou os efeitos da sociedade de risco.

com outros atores geram zonas de interculturalidade, onde cada um se torna mediador dos demais atores envolvidos.

Com efeito, o caso da Cooperativa Açaí, e sua interação na rede Justa Trama, evidencia como a articulação de agenciamentos em rede propicia constituir zonas de interculturalidade, na medida em que os diversos atores em interação na rede se posicionam como mediadores dos demais, em lógicas de ação organizada. Nesse sentido, as interações e parcerias estabelecidas pela cooperativa configuram um

[...] processo de produção de códigos de comunicação cujas articulação interna e ordem hierárquica dependerão das exigências de complexidade de cada momento histórico e das prioridades simbólicas dos sistemas. [...] A partir desse ponto de vista compreende-se a mediação como um processo de comunicação – isto é, construção de situações e textualidades que engendram sentidos compartilhados nas zonas de interculturalidade. (Montero, 2006, p. 57, 59)

Recorrendo a Barth (2000), Montero afirma que os processos de articulação de sentidos, como no caso das mediações, são etnograficamente situados e dependem das forças heurísticas que os atores envolvidos dão a suas interações particulares. Por isso, as análises das mediações devem deslocar-se para “[...] as práticas significativas promovidas pelos agentes mediadores que procuram adequar conceitos às experiências e percepções” (Montero, 2006, p. 46).

Essa concepção orienta, por exemplo, o processo coletivo de precificação dos artefatos produzidos pelos atores da rede Justa Trama, assim como possibilita aos associados da Cooperativa Açaí reconhecer os elos de sustentabilidade que formam com as comunidades ribeirinhas e extrativistas da sua região, na autoconfrontação das bases da modernização com suas consequências. Nesse sentido, os propósitos de ação e a identidade coletiva firmados pelos artesãos se conformariam com uma concepção

fenomenológica de cultura, como aquela destacada por Castro (2012, p. 59, grifo nosso), referindo-se à teoria de Alfred Schütz:

A vida cotidiana é vivida pragmaticamente, ou seja, enquanto reflexão de um sujeito portador de uma memória-hábito sobre sua experiência no mundo. Schütz acaba por elaborar uma concepção fenomenológica da cultura. Essa concepção está baseada na compreensão de cultura como um processo de identificação: a cultura não é o simbólico de longa duração, ou a utilização das simbologias sociais como mediadoras do conhecimento do mundo que os indivíduos detêm, os saberes típicos cimentados pela prática social ou a unidade do grupo, mas o contexto de sentido no qual essas coisas se dão, sobre o qual atuam *reservas de experiência e estruturas de pertinência*.

Esse parece ser o sentido buscado pelos associados da cooperativa, quando expressam os propósitos ou as justificativas de suas parcerias, assim como os traços que caracterizam seus ofícios e os bens que produzem, em distinção com outros ofícios e bens, ou produtos, no mercado. Localizados em uma “situação marginal de produção”, mas inseridos em redes locais, nacionais e globais de mercados culturais, nas quais se expõe uma infinidade de artefatos culturais identificados pela defesa da diversidade cultural, os artesãos de Porto Velho evidenciam constantemente a autenticidade dos bens que estão investidos de seu trabalho. Assim, a autenticidade é fabricada junto com cada biojoia, como história vivida (Herzfeld, 2008), e não em uma atribuição a priori, ou originária. As biojoias, ao serem produzidas, tornam-se acessórios rituais de marcação identitária (Douglas; Isherwood, 2006).

Colocados nesses termos, os propósitos expressos pelos artesãos e as biojoias por eles produzidas questionam a tendência de mercado de representar presuntivamente a autenticidade pela marca de uma distância cultural. Suas narrativas questionam como é que se determina essa distância. E aqui, Spooner (2008, p. 283), citando Appadurai, fornece uma pista:

Estabelecemos distinções segundo valores que constatamos no passado, nesse caso no passado da mercadoria, porque [nós industriais urbanos] temos uma necessidade social de ordem e vemos mais ordem no passado, embora na verdade essa ordem tenha de ser constantemente renegociada entre todos aqueles que têm algum interesse nela.

Apresentada como um conceito pós-industrial, a autenticidade seria a conceptualização da genuinidade fugidia, mal definida, “culturalmente outra e socialmente ordenada” (Spooner, 2008, p. 283). E ela seria “uma forma de discriminação cultural projetada sobre objetos”. Assim, a autenticidade não é inerente aos objetos, e, sim, uma qualidade atribuída que deriva de nosso interesse por eles, a partir do quadro de superabundância de objetos e de categorias de objetos existente nas sociedades e nos mercados. Os artesãos de Porto Velho adquiriram consciência dessa atribuição, desde sua participação em redes de trabalho colaborativo e interações com instituições e coletividades parceiras, na trajetória da Cooperativa Açaí, como discutido a seguir.

No processo de objetificar um produto cultural, atores e coletivos descobrem vínculos sociais que fundamentam solidariedades diversas (Gaiger, 2016), sem dúvidas, mas, também, os fabricam e cultivam. E aqui, a concepção de cultura cultural, em Simmel (2005), é importante, na medida em que o autor afirma que um produto cultural não é criação apenas de um sujeito, mas o resultado de um conjunto de trabalhos parciais. Desde essa perspectiva, considera-se que a Cooperativa Açaí é um espaço onde as pessoas realizam trabalhos parciais e recíprocos e no qual o conjunto gera o produto. Assim, mesmo denominado de cooperativa, o seu modelo aproxima-se mais da ideia de cadeia produtiva que orienta as interações de um conjunto de coletivos, na Justa Trama, como veremos adiante.

Porém, como a cultura cultural opera objetivações que nascem da consciência subjetiva, mas vão além dela, tais

objetivações adquirem um fundamento e um direito, ou seja, “o sentido cultural do objeto” (Simmel, 2005, p. 83) em agrupamentos de pessoas específicas, acrescentando “o universo das coisas que têm um certo valor coletivo” (Simmel, 2005, p. 84). Daí que, para entender o discurso de redes de sustentabilidade exposto adiante pelas artesãs, é necessário compreender que tais redes permitem às mesmas estabelecerem uma definição situacional delas próprias e de seu projeto coletivo de etnodesenvolvimento.

Aqui, a concepção de Simmel é complementada pela concepção de compromisso identitário, de Bajoit (2006), ou seja, de que a identidade se faz, na contemporaneidade, por compromissos estabelecidos em ações coletivas que preservam os propósitos dos indivíduos. Dessa forma, o discurso sobre um compromisso identitário permitiria apreender que a identidade se constitui em uma perspectiva sempre relacional, que se projeta e negocia em escalas crescentes ou diversificadas de interação.

Seguindo essas concepções complementares, dar-se-á destaque adiante a um conjunto de exposições dos associados da cooperativa e de alguns de seus parceiros, de maneira a expor a aproximação entre as atividades que compõem a dinâmica de suas produções culturais e a as trajetórias de constituição de suas identidades, como marcação da diversidade cultural. Inicialmente, enfatizam-se os discursos elaborados através das parcerias que desenvolveram com a Justa Trama, como contexto inaugural da trajetória de compromissos estabelecidos pela cooperativa. Na sequência, enfatizam-se os discursos que atualizam esses compromissos, em redes locais. O argumento que segue a linha narrativa é o de que as atividades e projetos objetivados nas parcerias estabelecidas inicialmente se desdobram em compromissos identitários e se expressam em representações de valor dos produtos e, de maneira ampliada, em representações de diversidade cultural e sustentabilidade ambiental.

3.2 A COOPERATIVA AÇAÍ E A REDE DA JUSTA TRAMA

A relação da cooperativa com a Justa Trama tem cumprido uma função importante na abertura de mercado nacional e internacional para os produtos da Açaí, mas, através das citações de entrevistas abaixo, expõe-se como o estabelecimento dessa parceria modelou uma percepção e um discurso sobre suas lógicas de ação, assim como sobre as representações de sustentabilidade das artesãs.

A filiação à Justa Trama se deu no ano de fundação da cooperativa (2003) e está baseada em valores da economia solidária. A Justa Trama é uma cadeia ecológica do algodão orgânico com sede em Porto Alegre, configurada como um segmento de várias cooperativas distribuídas em cinco estados do país, que trabalham com o plantio, tingimento, fiação e produção de tecidos a partir do algodão orgânico.

São homens e mulheres, agricultores, coletores de sementes, fiadoras, tecedores e costureiras somando 600 cooperados/associados, nos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Ceará e Rondônia (Justa Trama, 2018).

Nesse arranjo, encontram-se distintos biomas e contextos sociais. Entre os atores sociais da rede estão “associados em autogestão, trabalhadores dos meios rural e urbano, de diversos setores da economia, como agricultura, a indústria e o artesanato [...] orientadas(os) por ações políticas comuns” (Andrada, 2013, p. 18, 26).

A vinculação à Justa Trama, entretanto, se estabelece já no quadro de outras vinculações construídas pelas artesãs, como atividades que constituíam sua identidade. Assim, Nelsa, dirigente da Justa Trama, expõe que a experiência como membro do Fórum Brasileiro de Economia Solidária lhe permitiu trocar saberes sobre a atividade artesanal. Foi aí que a cooperativa consolidou relações sociais e comerciais com o projeto da Justa Trama. A proposta de inclusão de matérias-primas e acessórios

da região Norte na confecção das roupas de algodão orgânico agregou valor aos produtos da cadeia produtiva. Nesse sentido, a “Justa Trama vem pra fortalecer os empreendimentos, que *tem um produto que nos une a todos*” (Nelsa).

A Cooperativa Açai eu conheci através da Dalvani, que naquele período era a pessoa que representava a cooperativa e estava em todos os espaços que a gente participava na Unisol Brasil e no Fórum Brasileiro de Economia Solidária. A Dalvani representava a região Norte, sobretudo de Rondônia, no Fórum Brasileiro de Economia Solidária e também ela participou da direção da Unisol. Foi um encontro assim de uma identidade muito legal desde que a gente se viu pela primeira vez. (Nelsa)

A Cooperativa Açai esteve com a Justa Trama desde o primeiro momento que se começou a pensar a Justa Trama e *fez parte da constituição da Justa Trama*, é uma das cooperativas primeiras. A Cooperativa Univens, a Justa Trama e a Cooperativa Fio Nobre foram as três cooperativas, do ponto de vista jurídico, que formaram a cooperativa central, porque pra você ter uma cooperativa central tem que ter no mínimo três cooperativas. E aí começamos conversar, *a Cooperativa Açai com os colares, eles acompanharam as peças da Justa Trama desde o princípio, depois desenvolvendo botões de vários tamanhos, sobretudo de coco, mais tarde botões de tucumã*. (Nelsa)

Essas primeiras exposições já indicam como a composição de trabalhos parciais e recíprocos está estreitamente relacionada com as trajetórias de constituição de identidade dessas artesãs. Na continuidade dessas exposições, inclusive, evidencia-se como o processo inicial de produção de botões diversifica as parcerias, assim como a própria parceria com a Justa Trama torna-se espaço para diversificações de projetos e produtos, que resultam objetivados em trabalho coletivo.

Então, *quando a gente precisava de botão era buscar antigos associados da Açai pra que fossem fazendo* e a Dalvani tinha uma

queda muito grande pelas bonecas, ela que trouxe numa reunião a proposta de elas fazerem bonecas e a gente achou muito legal porque a gente nunca... não tem uma linha infantil, mas a gente achava que era legal entrar numa linha infantil com um produto que, sobretudo, as crianças gostem e que é um aproveitamento dos retalhos pequenos da Justa Trama e é algo muito legal, assim. *Eu gosto de ver o processo e também começaram a trabalhar de forma coletiva.* (Nelsa)

A trajetória de parcerias iniciada pelo vínculo tecido junto à Justa Trama é tramada no Fórum Brasileiro de Economia Solidária, como um encontro de propósitos que fortalece compromissos identitários (Bajoit, 2006) e estabelece princípios que orientam suas lógicas de ação. Os contextos de objetivação dos produtos que se desenvolvem na trajetória dessas parcerias, por outro lado, ora reforçam os propósitos que as inauguraram, ora geraram reconhecimentos ampliados do caráter de diversidade que se teceu nas mesmas.

A gente, se não tivesse a Cooperativa Açaí, estaria fazendo detalhe de nossas peças com botões de plástico ou com botões, sei lá, alternativos, mas que rompia com a questão toda de ser da economia solidária, de cooperativas e associações. A gente, também *a Cooperativa Açaí hoje ela é importante porque as bonecas significaram um novo momento pra Justa Trama*, sabe, onde você pode atender uma gama de pessoas diferentes. [...] *Para nós, a Cooperativa Açaí, ela representa o norte do Brasil, com sua diversidade, essa questão da Amazônia sabe, ela é muito especial na Justa Trama.* (Nelsa)

Esse reconhecimento extrapola as interações tecidas entre as parceiras e se legitima em um campo ampliado de representações da diversidade cultural e de sustentabilidade ambiental, no qual as artesãs buscam recursos. Esse é o caso de alguns projetos desdobrados da parceria com a Justa Trama, como o projeto desenvolvido para as Lojas Renner, em 2016.

O projeto “A trama justa da moda que inclui: costureiras, artesãs e sustentabilidade”, inscrito pela Justa Trama no Edital Instituto Lojas Renner/ONU Mulheres,⁷ foi elaborado e encaminhado pela Justa Trama e executado pela Cooperativa Açaí. O objetivo do projeto foi a criação e produção de bonecas com reaproveitamento de tecidos de algodão orgânico da Justa Trama. Para seu desenvolvimento, as artesãs fizeram pesquisa em revistas e internet e cada artesã criou um modelo de boneca e produziu a peça; a descrição do passo a passo da produção, o tutorial com moldes e modo de fazer foi elaborado pela diretora de criação da cooperativa, Cristiane, e digitado pelo associado Giovane para enviar para a Justa Trama. O projeto previa 40 horas de curso e requeria assinatura do ponto de cada participante. Foi realizado de novembro a dezembro, na loja da cooperativa, e cada participante recebeu R\$ 524,00. Desse valor, 10 % ficaram para a cooperativa. Cristiane destaca que mesmo com o encerramento do projeto há a possibilidade de serem feitas encomendas das bonecas criadas para a cooperativa confeccionar.

Esse exemplo de projeto derivado da parceria com a Justa Trama, assim como a trajetória de interações regulares entre identidade e objetivação cultural, anteriormente descrita, evidenciam o caráter de constituição de valor dos produtos confeccionados pelas artesãs. Contudo, como já afirmou Simmel (2005, p. 86), “não há nenhum valor de cultura que seja apenas valor de cultura; cada um precisa antes, para alcançar esta significação, ser também valor em uma série objetiva”. No caso da Cooperativa Açaí, essa série se configura na trajetória de objetivação de seus produtos, atividades e identidade,

⁷ O edital previa um escopo de empreendedorismo, qualificação profissional, cidadania e geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade, e avaliou, entre outros aspectos, a consistência da atuação junto às comunidades, a coerência entre objetivos e ações propostas, o planejamento orçamentário e as condições estruturais e de capital humano para a condução do projeto (Instituto Lojas Renner, 2016).

que se inicia em encontros de economia solidária e avança para o reconhecimento da diversidade cultural e das redes de sustentabilidade ambiental. Expõem-se alguns arranjos dessa trajetória.

3.3 A OBJETIVAÇÃO DOS PRODUTOS NAS REDES LOCAIS

Aqui, busca-se contextualizar as parcerias locais e regionais que se formaram na trajetória de objetivação dos produtos e atividades da Cooperativa Açaí, em consonância com a afirmação de um compromisso identitário com os propósitos coletivos estabelecidos entre as parceiras. Percebe-se nas exposições que seguem que as parcerias iniciam a partir de demandas específicas da objetivação dos produtos, mas se desdobram para propósitos ampliados, que convergem para a questão da diversidade cultural e da sustentabilidade. Nesse sentido, as trajetórias das parcerias, simultâneas às trajetórias de objetivação dos produtos, possibilitam reconhecer um processo de singularização pelo qual os produtos adquirem biografias culturais (Kopyttof, 2008), mas, também, configuram regimes de valor assentados em concepções de autenticidade (Spooner, 2008).

3.3.1 INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA

O Instituto Federal de Rondônia (Ifro) formou uma parceria com a cooperativa a partir da demanda de produção de uma tintura para os tecidos de algodão ecológico. A demanda era que as tinturas deveriam ser orgânicas, de maneira a acompanhar o princípio ecológico que orienta a produção. Em entrevista realizada com Ronilson de Oliveira, 47 anos, professor no Instituto Federal de Rondônia, constatou-se vários elementos que possibilitam compreender as lógicas que relacionam a objetivação dos produtos da cooperativa com a ampliação das tramas que estabelecem as parcerias.

O instituto foi criado em 2008. A gente já tinha uma escola técnica lá em Colorado, naquela região que tem esse sistema de produção mais plantation mesmo. Mas assim, a partir de 2008 que começa a atuação. Aqui em Porto Velho a gente tem dois campi, a gente tem o Zona Norte e o Calama, e o Zona Norte começou a operar em 2013. A gente está tentando, nós estamos estudando o desenvolvimento de um tingimento que seja utilizado nas roupas. E ele seria mais um elemento de produção também dentro desse processo. (Ronilson)

Essa demanda explicita o caráter de compromisso identitário que acompanha regularmente a objetivação dos produtos da cooperativa, inclusive, envolvendo o Ifro em propósitos de mudança de seus próprios procedimentos e conhecimentos.

[Pergunta: Tingimento natural, como?] Tudo natural. Só com química orgânica. Nada inorgânico como parte do processo. Então assim, a gente, *é dolorida essa construção, porque assim, quando a gente pensa em química, a gente já pensa em química inorgânica, então a gente tem que agora desenvolver toda uma capacidade de pesquisa pra desenvolver esse produto* sem inserção de química inorgânica. Nosso campus ele tem uma característica de gestão, ele tem curso na área de gestão pública, de gestão comercial, e a gente tem um projeto de ação de planejamento estratégico também, então já tem todo um quadro de profissionais ligados à área de gestão. E *as conversas que nós tivemos com a Marina, nós percebemos que havia uma necessidade de ajustes nesses aspectos, na área de gestão, na área de gestão de processos, gestão de produção, de gestão comercial.* [...] as mudanças que aconteceram aqui na loja foram parte de um projeto de extensão que foi desenvolvido pelo campus. Alguns professores do campus junto com os cooperados. Aí foi proposto um projeto de extensão que captou recursos, utilizados nessa pequena mudança que está tendo aqui. Mas *na verdade esse projeto é bem maior, a ideia é a gente cuidar muito o eixo do que tem hoje em termos de produção.* Hoje a produção ela se concentra em alguns elementos, e assim, de forma muito isolada, isso faz com que o artesão, os cooperados, eles

acabam não tendo um *retorno financeiro que dê sustentabilidade pra eles e pra cooperativa*. Então a gente percebe assim que este espaço aqui, ele é um espaço um pouco de aglutinação, eles se reúnem muito aqui. Mas em termos comerciais ainda tem uma resposta muito pequena, quase que insignificante diante da necessidade da cooperativa. A ideia é a gente *criar agora espaços de comercialização outros né, dentro da cidade e buscar parcerias com o governo do estado, buscar parcerias com a prefeitura, pra gente encontrar outros espaços onde a gente possa expor os produtos que são produzidos aqui*. E também que a gente consiga criar parcerias mostrando o desenvolvimento social gerado pela cooperativa para outras organizações da cidade [...] inserir esses produtos dentro desse, da rede comercial da cidade, para comercialização maior, e aí poderia aumentar nossa produção e gerar uma renda que seja suficiente para que os artesãos sobrevivam disso. *Tornar a atividade mantenedora deles. Essa é a ideia*. E junto com isso a gente tem, o projeto também engloba que a gente consiga desenvolver as parcerias necessárias para se tornar um processo produtivo perene. *Aí envolveria as sementes, envolveria as bonecas, as biojoias, cadeias produtivas*. (Ronilson)

O discurso de Ronilson evidencia um aspecto importante na mudança de valores que se inscrevem nos processos de objetivação dos produtos da cooperativa, através das suas parcerias. Trata-se de compreender que a construção da concepção de sustentabilidade passa da *visão dos artesãos como mantenedores da atividade* para a *da atividade como mantenedora dos artesãos*. Alguns indícios dessa mudança já se evidenciaram no capítulo anterior, desde a perspectiva de uma percepção desenvolvida pelos artesãos no trato com as qualidades sensíveis das sementes. Naquele contexto, a experiência sensível desses artesãos com a natureza foi pensada como dado da sensação, segundo Merleau-Ponty (1994, p. 286, grifo nosso): “O sensível [...] é uma certa maneira de ser no mundo que se propõe a nós de um ponto do espaço, que nosso corpo retoma e assume se for capaz, e a sensação é literalmente uma comunhão [ou *uma*] *coexistência*”.

No caso do discurso de Ronilson, trata-se de um agenciamento que se opera sobre a experiência sensível desses artesãos com a natureza e imprime uma tensão nas perspectivas de sua consciência sensível, formada na interação com a natureza, ao ofertar uma “consciência intelectual” (Merleau-Ponty, 1994, p. 292) que atravessa a relação dos mesmos com os objetos ou coisas que compõem o mundo. Essa tensão gera um deslocamento⁸ de sentido nas interações originárias dessas comunidades com seu contexto ambiental.

3.3.2 COMUNIDADES RIBEIRINHAS

As comunidades ribeirinhas, conforme o decreto nº 6.040 (Brasil, 2007), são definidas pelo Estado como povos e comunidades tradicionais. Sendo assim, as comunidades ribeirinhas possuem

[...] características e especificidades socioculturais no que se refere à forte identidade com o local que habitam, às formas de apropriação e de usos do território e de seus recursos naturais. Esses usos são mediados por códigos morais, relações de parentesco e vizinhança, configurando uma organização social particular, essencialmente relacionada à história das comunidades e ao lugar de moradia. (Laschefski, 2011, p. 30)

Desde o início deste estudo, o estabelecimento de parcerias e a sustentabilidade dos povos ribeirinhos e extrativistas são fortemente mencionadas nos discursos das associadas e associados e estão inseridas entre as pautas principais da Cooperativa Açai.

⁸ Aqui, entende-se o termo como elaborado por Stuart Hall (2003 apud Sovik, 2003, p. 12): “Deslocamento [...] é a imagem que Hall faz da relação da cultura com estruturas sociais de poder; pode-se fazer pressões através de políticas culturais, em uma ‘guerra de posições’, mas a absorção dessas pressões pela relações hegemônicas de poder faz com que a pressão resulte não em transformação, mas em deslocamento; da nova posição fazem-se novas pressões.”

Para Dalvani, a ideia de que o conhecimento do ribeirinho “seja transformado em geração de renda, porque é um conhecimento que mantém o planeta” expressa a importância desses povos para a cooperativa, mas também para toda rede Justa Trama, como nos fala Nelsa: “Fortalecer a Cooperativa Açai pra nós também é fortalecer a Amazônia”.

Ocorre que as comunidades ribeirinhas, antes próximas de Porto Velho, eram parceiras regulares das cooperadas, através de redes constituídas para coleta de sementes. Atualmente, ao contrário do que desejam os associados da cooperativa, essas comunidades se encontram em uma dupla distância: uma distância territorial e também uma distância relacional frente ao projeto inicial da cooperativa, no qual se estabeleceriam laços sociais e comerciais permanentes com essas comunidades.

Esse distanciamento aconteceu devido a dois eventos principais: a) a construção da hidrelétrica de Santo Antônio que, devido ao alagamento de uma grande extensão de área habitada, forçou as comunidades ribeirinhas próximas de Porto Velho a deslocamentos, distanciando-os de sua principal fonte de alimento e renda, o rio Madeira; b) uma enchente histórica⁹ ocorrida no ano de 2014, que provocou também o deslocamento de moradores ribeirinhos.

Para apresentar um pouco do que representa a Amazônia em termos mais amplos, estima-se que ela possui, segundo Pereira (2016, p. 27), o “maior ambiente de sociodiversidade e biodiversidade do planeta e a maior reserva de florestas latifoliadas tropicais do mundo”. Em relação à grande quantidade de rios, a “Amazônia brasileira possui 50 % do potencial hidrelétrico do país [...] 25 mil quilômetros de rios navegáveis, o que equivale a 1/5 da água doce do planeta [...] e detém 12 milhões de várzeas e terras férteis” (Pereira, 2016, p. 27).

⁹ Sobre a enchente histórica, ver Damasceno (2014).

Esses dados fornecem uma breve noção do que representa a Amazônia e as complexidades que envolvem as populações ribeirinhas amazônicas.

Das comunidades ribeirinhas mais distantes, com as quais a Cooperativa Açaí reorganizou vínculos e parcerias para obtenção de sementes, realizou-se uma incursão etnográfica em São Carlos do Jamari, em 2017. A escolha por São Carlos se deu por conta da maior facilidade de acesso ao local em comparação com outras localidades ou distritos.



Imagens do Distrito de São Carlos do Jamari.
Fotos: Anelise F. P. Schierholt, 2017.

O distrito de São Carlos do Jamari está localizado às margens do rio Madeira, mais precisamente na região denominada Baixo Madeira, na zona rural de Porto Velho. O início de sua formação se confunde com a formação do estado de Rondônia,

sendo a localidade mais antiga do estado.¹⁰ O distrito é composto pela Reserva Extrativista do Cuniã (Resex)¹¹ e diversas comunidades menores denominadas colocações. A região central de São Carlos era o ponto de concentração da borracha vinda das localidades ou colocações da região, ali “passava o navio pra levar a borracha”, e na década de 1980 se tornou distrito de Porto Velho. A comunidade foi se formando durante o ciclo da borracha e, após o término deste, seus habitantes passaram a trabalhar na pesca e extração da castanha e açai.

Os moradores mais antigos do local com quem se conversou relataram ter vindo acompanhados de seus pais para a localidade, ainda pequenos, e ter trabalhado nesses ciclos produtivos. A pesca para consumo próprio ainda é prática comum para aqueles e aquelas que trabalham em outras atividades.

O distrito possui uma pequena pousada e um hotel ainda em construção, posto de saúde, um único cemitério, subdelegacia, ginásio de esportes, internet via venda de senha, ou pacotes, e campo de futebol. Muitos moradores são funcionários públicos, trabalham na escola, posto de saúde, subdelegacia ou nos serviços gerais de obras e manutenção. Esses funcionários, juntamente com os aposentados ou recebedores de algum tipo de benefício, necessitam ir para Porto Velho para receber seus salários. Outros trabalham com o extrativismo e pesca, entretanto algumas opções como o açai diminuíram bastante devido à enchente; nesses casos, para muitas pessoas o garimpo de ouro no rio Madeira está sendo uma alternativa importante.

Para além do reconhecimento dos vínculos com as comunidades ribeirinhas que atravessam regularmente os discursos

¹⁰ “Fundada em 1723 pelo padre jesuíta João Sampayo a primeira povoação da margem direita do rio Madeira, a Missão de Santo Antônio do Alto Madeira, na foz do rio Jamari” (Lima, 1991, p. 70, apud Caetano; Silva; Alves, 2017, p. 351).

¹¹ Com área de 75.876,67 hectares a Reserva Extrativista do Cuniã foi criada em 1999, pelo decreto nº 3.238, de 10 de novembro de 1999 (Instituto Chico Mendes, 2019).

de sustentabilidade dos associados da Açaí, buscava-se com essa incursão também apreender as lógicas e estratégias operadas na reorganização das redes tecidas em tais parcerias para a obtenção das sementes. Esses propósitos já haviam sido objetivados na parceria da cooperativa com o Ifro.

A expectativa de reorganizar a rede com as populações ribeirinhas foi renovada com a participação do Instituto Federal de Rondônia, na pessoa do professor Ronilson. Para ele, a Cooperativa Açaí, com seu trabalho com sementes iria “conseguir captar esta produção desses ribeirinhos” agregando mais renda a essas famílias.

[...] o ribeirinho ele é, *ele tem uma dificuldade muito grande pra encontrar elementos que deem sustentabilidade pra ele* [...] e eles não conseguem também ter renda a partir daquilo que eles fazem ali. Aí, se você observar, a gente tem estudos que demonstram que eles têm um pouquinho de agricultura, eles têm um pouquinho de pesca, eles têm um pouquinho de extrativismo vegetal, né [...] *A ideia é a gente tornar esse processo de extrativismo de produtos não madeireiros sustentável pra eles, a ponto deles conseguirem se manter ali* [...]. Porque a gente sabe que é uma ligação muito forte. Isso é algo que vem desde os ciclos da borracha, muito forte entre essas pessoas e o meio onde ele subsiste. (Ronilson)

Em diálogo com Gustavo Lins Ribeiro (2008, p. 51), a ligação entre os moradores dessas comunidades, a floresta e o rio, é mencionada como modo de vida único:

Ao vivenciar a imensidão da floresta, [...] cria e recria modos únicos de uma vida ribeirinha [...] assim, o rio e a mata ultrapassam o limite da materialização e ganham representações culturais para o grupo, como consequência podemos perceber que essa apreensão não homogeneizada do espaço vivido é percebida pela naturalidade como o pescador vivencia o rio [...].

E assim retoma Ronilson, justificando a parceria da cooperativa com essas comunidades:

Para o ribeirão também é a mesma condição. E assim, hoje a gente tem um problema muito sério pra esses produtores extrativistas, daquele atravessador. Esse atravessador, com essa perspectiva deixaria de existir, porque a cooperativa receberia, e modelo cooperativo é muito simples, aquilo que é ganho da cooperativa é ganho de todos, seria repartido com todos. Então, agrega esse valor a isso.

Dessa forma, no discurso do representante do Ifro, a parceria iniciada para a produção de uma tintura orgânica se amplia e diversifica buscando, segundo ele, alcançar sustentabilidade para os parceiros envolvidos.

Porém, o que ocorre atualmente na relação entre a cooperativa e as comunidades ribeirinhas está em uma fase preliminar, considerando tais propósitos. O que se percebeu dessa interação, no distrito de São Carlos do Jamari, é que ela é sazonal e por demanda. Na incursão realizada, constatou-se que a demanda por sementes é direcionada a um agenciador local do distrito, que a transfere aos trabalhadores das plantações de castanha. Geralmente, na ida para as plantações, ou no retorno das mesmas, esses trabalhadores coletam as sementes, segundo o tipo e quantidade especificados pelo agenciador. As sementes foram entregues ao agenciador e, posteriormente, a um associado da cooperativa, em garrafas PET, que as remeteu de barco para Porto Velho.

3.3.3 HIDRELÉTRICAS E MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Os associados da cooperativa, alguns moradores de Porto Velho e moradores do distrito de São Carlos com quem se conversou, expressam em diversos relatos as implicações que as construções das hidrelétricas de Santo Antônio (3.150 MW)

e Jirau (3.450 MW) (Laschefski, 2011) trouxeram para seu dia a dia. Essas implicações vão desde as belezas naturais extintas, como a cachoeira de Teotônio, que “era a coisa mais linda, que virou só pedra”, o estouro do boto na boca do rio Jamari, até a explicação sobre escassez e morte de peixes, além de muitas árvores e palmeiras estarem na “química do rio”. Segundo expressaram em conversa Márcio e um morador local, essa química foi produzida porque na natureza muitas plantas contêm algum tipo de “veneno”.

As hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, ambos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), são referidas pelos entrevistados como as responsáveis pela diminuição dos peixes no rio e pela enchente de 2014. As duas hidrelétricas estão localizadas no rio Madeira, na cidade de Porto Velho, com distância entre elas de cerca de 110 quilômetros. Ainda na mesma região, no rio Jamari, foi construída na década de 1980 a hidrelétrica de Samuel, a pouco mais de 50 quilômetros de distância da zona urbana de Porto Velho, através da rodovia BR-364.

Ocorre que a construção das hidrelétricas afetou não somente o uso das águas dos rios pelas comunidades locais, mas também desestruturou as redes de sustentabilidade tecidas entre os ribeirinhos. Nesse processo, as ações empreendidas pela cooperativa para reorganizar suas redes com os ribeirinhos encontra outra parceria: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da região, que trabalha em negociações com essas três hidrelétricas.

A interlocução com o MAB ocorreu através de Márcio, que tem 42 anos e está há 30 anos na região de Porto Velho. De pai seringueiro, veio com a família do Amazonas no ciclo da borracha e trabalhou como seringueiro durante cinco anos. Antes de morar em São Carlos, morou na região onde foi construída a hidrelétrica de Samuel. Como coordenador do MAB de São Carlos faz muitas viagens para levar formação às regiões que têm projetos de construção de hidrelétricas, mostrando os benefícios e malefícios dessas construções e informando quais são os

direitos dos atingidos. Os agentes do MAB trabalham com 150 famílias, divididas em oito grupos em São Carlos.

Os relatos de Márcio, assim como outros, de moradores locais, auxiliaram a compreender que a desestruturação das redes de sustentabilidade dos ribeirinhos levou vários deles a buscarem alternativas ocupacionais relacionadas às novas condições ambientais geradas pelas hidrelétricas. Assim, Márcio afirma sobre a pesca antes das barragens: “Não tinha coisa melhor, tirava R\$ 1.200,00 no mês, hoje tem meses que dá só pra alimentação.” Da mesma maneira, outros moradores do distrito contam que todos aqueles que estão trabalhando como “bandeirinhas”, como são chamados os que fazem a travessia do rio, eram pescadores. Quando construíram a hidrelétrica acabou o peixe e, com a construção da estrada, a travessia do rio virou uma atividade rentável. Os “bandeirinhas” começaram com a “rabetinha” que já possuíam, que era apropriada para pesca, e, conforme foram melhorando, compraram a “voaderinha”, através de financiamentos.

Mais recentemente, diversas comunidades ribeirinhas próximas de Porto Velho, que conseguiram se articular, iniciaram processos de judicialização, em busca de seu reconhecimento como comunidades tradicionais, conforme mostra o estudo de Faria Souza (2019). A crescente onda desses processos indica a emergência de novas redes de organização dessas comunidades, que buscam no suporte jurídico uma estratégia de agenciamento de seus propósitos. No bojo desses processos, o MAB foi um interlocutor importante na articulação das experiências locais e entre as comunidades locais e outras, fora do estado, também afetadas por obras de hidrelétricas.

3.3.4 O POLO DE BENEFICIAMENTO DE SEMENTES

O polo é o espaço onde seria realizado todo o processo de beneficiamento de sementes que, devido às condições insalubres como poeira e barulho, não pode ser feito no local da loja da

cooperativa. O local de sua construção foi comprado com financiamento da Conosud e está situado junto ao Parque Natural Municipal de Porto Velho, também conhecido como Parque Ecológico, a 15 quilômetros do centro de Porto Velho, que contém floresta e é rico em palmeiras como babaçu e tucumã.

Reiterando a explicação que Dalvani expôs acerca da aquisição e construção do polo, no capítulo 1, destacaram-se motivações como sustentabilidade, integração com o ambiente e reconhecimento da matéria-prima utilizada, de forma a desenvolver uma mentalidade de responsabilidade social pela transformação do ambiente e da própria identidade dos atores envolvidos no trabalho com sementes. E, aqui, a exposição de propósitos de Dalvani evidencia como a articulação entre a objetivação dos produtos da cooperativa e as parecerias estabelecidas em sua trajetória configuram um compromisso identitário. Desde sua exposição, explicitam-se registros que permitem compreender que as representações construídas nas parcerias nacionais foram objetivando esses compromissos identitários com atores reconhecidos nas redes locais de sustentabilidade. E, desde as exposições dos parceiros, essas representações também se evidenciam.

Assim, a compra do terreno e a construção do polo de beneficiamento de sementes desde o início estiveram vinculadas aos parceiros e projetos da Justa Trama. De acordo com Nelsa, a construção do polo está vinculada a projetos que financiavam a construção de sedes:

A gente conseguia apoio pra sedes, então, essa entidade da Espanha, ela quem nos ajudou pra essa sede aqui, depois nos ajudaram pra gente comprar uma sede que é onde tá a cooperativa Nova Geração, que tem... hoje atende 56 crianças, que é uma cooperativa de educação que era pra atender nossos filhos, netos, tal, e as pessoas que mais precisam da comunidade e, depois daí, a gente levou a demanda do polo e aí eles falam: “Puxa se vocês foram legais, tocaram esse aqui, tocaram esse, então vamos apoiar também com esse.”

Porém, as dificuldades de incrementação do polo foram subestimadas no projeto de sua objetivação e, em novembro de 2016, Nelsa, atual presidente da Justa Trama, esteve em Porto Velho para reunir-se com a diretoria da Cooperativa Açai. Nessa reunião, foi sugerido pelos membros da diretoria da cooperativa vender o polo e comprar uma casa perto do rio Madeira, no centro de Porto Velho. Os argumentos que impulsionaram a decisão estão relacionados a algumas mudanças de interesses da cooperativa, em focar sua produção na confecção de bonecas. Outros problemas, como a dificuldade em relação à distância do polo ao centro de Porto Velho, a demora e os impasses para colocar energia elétrica no local e o risco constante de perderem o espaço onde está a loja, contribuíram para a decisão. A isso se somou a questão da cooperativa de não trabalhar apenas com sementes, mas também com outros materiais, como destaca Giovane:

Se no caso a gente focasse lá dentro, se fosse um tipo só de coisa, como a cooperativa, ela não é feita, por exemplo, não é só semente, se o nosso fosse só semente, então, tudo que você olhava aqui era semente então ficaria fácil de você fazer qualquer tipo de atividade. Se o polo fosse só semente você colocaria tudo relacionado à semente [...] aí, vamos dizer, no caso das bonecas: costura, como você vai colocar dentro do polo, beneficiamento de sementes, fazendo pó aquele negócio todo, que levanta muito pó na lixa e ter a confecção? Então, não tem como você fazer as duas, as duas atividades na mesma... Então fica difícil, aí a ideia que a gente trocou com a Nelsa, na última vez que ela esteve por aqui, é de vender e estar conseguindo comprar a nossa sede aqui, usar a venda do polo e comprar a sede aqui.

A parceria com o Ifro também evidenciava propósitos que seguiam essas orientações de compromissos identitários. Sobre tudo, no mapeamento dos processos produtivos, o professor Ronilson indicou perspectivas de superação de algumas segmentações. Nos processos de beneficiamento das sementes e montagem de biojoias e ecojoias são utilizados equipamentos como a

morsa, na qual é feito o processo de marchetaria e também para prender peças que serão serradas, um esmeril adaptado para o uso de diversas lixas (Arlete referiu-se a 12 granuras diferentes), furadeira, mandril, serra e a “rola”, utilizada para o polimento final das sementes. Cada cooperado executa algumas ou todas as etapas citadas acima. Algumas sementes são mais caras, como a jarina, porque vem do Acre; já outras matérias-primas, como o coco, são consideradas resistentes demais aos procedimentos de beneficiamento, dificultando o resultado desejado. Este é usado na fabricação dos botões para a Justa Trama e somente um cooperado é quem atualmente os produz.

E com relação às biojoias a gente tá iniciando o processo de construção, a gente já mapeou o processo de fabricação da boneca e agora a gente tá tentando ver se consegue inserir elementos de melhorias nesse processo, pra dar mais agilidade pra eles e facilitar também o trabalho, pra parte deles, e oferecer elementos de qualidade pra essa boneca, pra que depois não tenha nenhuma reclamação em relação às bonecas. Então, a gente está trabalhando nisso, nessa parte do processo de produção, e ao mesmo tempo a gente está trabalhando nessa vertente de abrir outros espaços pra comercialização. E tentar desenvolver agora, neste momento, a questão da biojoia, inserir, mapear o processo, tentar ver onde a gente pode inserir elementos como design, como características regionais nesse design, coisas desse tipo a gente pretende fazer também com a biojoia, daí depois a gente busca mercado também pra esses produtos. (Ronilson)

3.4 DIVERSIDADE CULTURAL E REDES DE SUSTENTABILIDADE

Esta seção final do capítulo tem a intenção de explicitar as concepções de sustentabilidade e redes de sustentabilidade constituídas das articulações anteriormente destacadas. Para tanto, expõem-se a seguir alguns depoimentos dos associados da cooperativa e dos parceiros que enfatizam os propósitos mais

manifestos compartilhados nas redes estabelecidas, mas também algumas narrativas que explicitam arranjos que ainda devem ser tecidos, na trajetória dessas articulações.

Inicialmente, Nelsa destaca o quanto o acompanhamento da trajetória da cooperativa foi importante para reconhecer as mudanças havidas no ambiente local e avaliar seus impactos sociais na região e na organização daquela:

É que a gente acompanhou muito a Cooperativa Açai num processo anterior às grandes represas, às grandes usinas que foram construídas lá e aí é como se tivesse vindo uma avalanche. Agora veio a usina, veio aquele monte de gente, virou a cidade pelo avesso, investiu em poder ter locais para as pessoas morarem, ficarem... Foram feitos investimentos, o estado de Rondônia não pode usufruir de nenhum quilowatt dessa energia gerada lá, mas, no entanto, *muito da natureza foi transformada, muitas famílias deslocadas e também o principal ponto de venda que eles tinham que era na beira do rio Madeira*, acho que é aquele rio que tem ali perto, ele foi retirado sabe, e ele era um ponto bom de comercialização. Então *quando foi embora toda a construção das usinas a sensação que eu tenho toda vez que eu vou lá é que voltou a pobreza piorada de antes, essa é a minha sensação de Rondônia*.

Já o depoimento de Ronilson, na sequência, vai enfatizar um equilíbrio necessário a ser construído nas relações entre cidade e floresta amazônica, como seres vivos. Seu discurso enfatiza que ambas se transformam pela ação de humanos e não humanos, interagindo na efetivação de trocas:

É, *a gente tem que entender que a floresta amazônica é um ser vivo como outro ser vivo*. Eu considero, é a minha perspectiva de visão do mundo, é de que tudo é ser vivo, então essa cidade também é um ser vivo, ela pulsa, através das nossas ações ela também vive. Assim como a floresta também vive através de tudo que existe dentro da floresta e tal. A gente precisa encontrar uma forma de

equilíbrio entre seres vivos. *Seres vivos vivem para fazerem trocas, a gente faz troca, a gente doa e a gente recebe, e a gente precisa encontrar uma forma de estabelecer essa relação de forma equilibrada.* [...] a gente tem que entender que a floresta é tão importante quanto a cidade, que as pessoas que estão na floresta são tão importantes quanto as pessoas que estão nas cidades, e respeitando isso a gente estabeleceu uma linha que consiga gerar um processo produtivo de recebimento e doação também pra floresta.

E é justamente na efetivação de trocas, entre humanos e não humanos, na cidade e na floresta, que ele reconhece um ideário de construção das redes de sustentabilidade.

A gente tem, dentro do projeto, a ideia é que a gente construa uma rede de sustentabilidade, de sustentação com o projeto. Governo do estado, município, outros órgãos, organismos, que possam colaborar de alguma forma. Como eu falei pra você, a gente tem vários projetos submetidos em editais, que seria uma forma deles participarem junto com a gente. Então assim, a gente está formando essa cadeia, está construindo isso. O meu trabalho de dissertação foi [sobre] relações interorganizacionais. Então, a ideia é que a gente estabeleça essas relações interorganizacionais e dê sustentação pro projeto, pra que ele não dependa de pessoas, que ele seja um projeto mais dentro do ideário, o ideal de construção. (Ronilson)

No discurso de Ronilson, o deslocamento das representações acerca das trocas entre humanos e não humanos, entre cidade e floresta, para um ideário de construção das redes, é justificado pelo entendimento das redes de sustentabilidade como tramas organizacionais.¹²

¹² Deve-se considerar que essa concepção de tramas organizacionais carrega, em si, uma percepção reflexiva da diferença cultural que a aproxima do entendimento de uma comunicação intercultural, ao modo de Touraine (2006, p. 210): “A comunicação intercultural não é, portanto, apenas um esforço de compreensão mútua: trata-se de um ato de conhecimento que procura situar o outro e a mim mesmo dentro de unidades históricas e dentro da definição dos processos de mudança e de relações com o poder.”

Esse mesmo princípio de entendimento é utilizado por Nelsa, na sequência, ao enfatizar *a lógica de organização da diversidade*, na cadeia Justa Trama. Porém, mesmo reconhecendo um princípio de diversidade operando essa lógica, ela também reconhece a relativa autonomia expressa nas representações das associadas da cooperativa e nas marcas identitárias que as mesmas imprimem na configuração da Justa Trama e nos produtos que confeccionam.

[...] a Efafe participa das feiras e vende os produtos de todo mundo, a Cooperativa Univens aqui, a gente participa das feiras e vende os produtos de todo mundo, a Dec já fez venda dos produtos de todo mundo e a Açaí também. Então, na verdade *todo mundo quando vai vender não vende os produtos de um, vende os produtos da Justa Trama que são a diversidade que é*. [Pergunta: O Giovane chegou a me comentar de pensar uma linha de bijoias e ecojoias específicas pra Justa Trama. Isso aconteceu?] Não chegou a acontecer, mas é legal que daí pudesse ser mais com tecido, talvez. E *a Cooperativa Açaí, de modo especial no período que a Dalvani estava, era uma das que conseguiam fazer falas pra fora*, sabe, de eventos assim, “ah, tem um evento lá em São Paulo e precisa ir falar da Justa Trama”, a Dalvani ia lá e falava, *falava muito da Amazônia e falava da Justa Trama*. Agora, hoje quem tem uma participação mais ativa na Justa Trama é a Cristina e o Giovane, que é presidente da cooperativa. A Antônia, muito tempo, todos eles já participaram diretamente, a Arlete e a Antônia tiveram participações nas reuniões, demarcaram muita presença, a Marina, mas todos eles já passaram pelo conselho administrativo. Então, não tem como não escrever a história, escrever a história da Justa Trama sem ter uma marca forte da Cooperativa Açaí. As pessoas às vezes podem achar “ah, mas é só o botão!”. Não, o botão é muito! As pessoas se encantam quando a gente vai falar e mostra o produto que é feito lá, não faz ideia que podia tirar do coco, fazer um botão, sabe, nem imagina o processo como é feito, então pra gente, nós da Justa Trama também poder ter eles, ir lá pros rios, ribeirinhos, ver como é que o pessoal colhe o açaí, como é que faz o botão de tucumã, sabe, como é que faz esse processo todo, é algo muito encantador. (Nelsa)

Por fim, é justamente nessas tramas organizacionais que as pendências enfraquecedoras das redes de sustentabilidade são identificadas. No caso da Cooperativa Açai, seu atual presidente, assim como a presidente da cadeia produtiva Justa Trama, indicam fatores relacionais ainda em suspensão.

A Nelsa conseguiu inserir a gente no projeto na Unisol pra gente arrumar um contador aqui pra regularizar a situação da cooperativa, e a Unisol disponibilizaria R\$ 1.500,00 lá pra poder fazer o serviço aqui, só que a gente foi em vários contadores e foi aberto o edital três vezes, as pessoas dizem que vão se inscrever e não se inscrevem e aí depois eles... confesso que é muito pouco pra gente estar trabalhando! (Giovane)

Porque a Justa Trama, isso nós já decidimos há tempo já, a Justa Trama, *ninguém de nós pode esperar da Justa Trama que ela dê demanda pra, pra sustentar todas as cooperativas*, é algo que nós estamos construindo, que vem num crescente, sabe. O agricultor, ele planta o algodão, mas ele planta o gergelim, planta o milho, ele planta o feijão, ele não vive só do algodão. A cooperativa que faz o fio, ela faz o fio da Justa Trama, mas ela faz o fio pra mais um monte de gente; a Cooperativa Univens ela costura as roupas pra Justa Trama, mas ela costura pra mais um monte de outros e aí a gente quer que esse crescente venha e nos absorva cada vez mais, mas, enquanto isso, cada um tem que buscar outros mercados também e sentir aqui como algo que vai te fortalecendo, fortalecendo, que é teu, sabe. E a *Cooperativa Açai falta esses outros, sabe, que venham enquanto a Justa Trama vem com força*. (Nelsa)

Eu consigo ver, olha como eu imagino a Cooperativa Açai, acho que era muito *legal se tivesse um espaço lá na cidade, de produção, que não fosse dentro da loja necessariamente, sabe, onde elas pudessem estar produzindo de forma coletiva*, junto. (Nelsa)

Assim, concebidas como tramas organizacionais, as redes de sustentabilidade deslocam as experiências sensíveis dos artesãos da Amazônia, da interação com a natureza para a afirmação

da diversidade cultural. O deslocamento operado pelos agenciamentos dessa “consciência intelectual”, na trajetória das parcerias que os associados da cooperativa construíram, atravessa a relação dos mesmos com os objetos ou coisas que compõem o mundo, como produtos objetivados de suas atividades. Aqui estaria o sentido ampliado que Ronilson reconhece na mudança de valor que sustenta a concepção de sustentabilidade: quem mantém o quê, ou o que mantém quem?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem visita a pequena loja da Cooperativa Açai, em Porto Velho, pode não ter consciência da complexidade de elementos envolvidos na produção de suas biojoias ou bonecas de pano. Também pode não ter consciência dos arranjos diversos de agenciamentos que convergem para a materialização de um projeto de etnodesenvolvimento local, em redes sociais e produtivas que atravessam escalas diversas de vínculos e colaboração. Isso pode acontecer devido à tendência de perceber as escalas de identificação e resolução de um problema como equivalentes, no conhecimento cotidiano; tendência que decorre de uma lógica de pensar a realidade operando tipicidades (Schutz, 2004). Todavia, o que se buscou elaborar, neste livro, diz respeito a outras lógicas de pensamento operadas pelos artesãos da Amazônia, nas quais as escalas de identificação de um problema não se confundem com as escalas de sua resolução (Santos, M., 1997), que geralmente se configuram em circunvolução. Isso ocorre pela constatação de que os problemas sociais não se encerram em seus próprios fundamentos, ou questões causais, mas, antes, se abrem em campos de possibilidade, nos quais encontram equivalência com outros problemas, em busca de sua resolução.

Cada capítulo do livro contribui, de alguma forma, para esse entendimento. No primeiro, os arranjos individuais e coletivos tramados nas trajetórias migratórias dos associados da cooperativa já indicam que seus projetos não se referem a uma cultura comum, mas, sim, se assentam em experiências coletivas de formação como artesãos. E essa formação, operada por agências representativas do campo de desenvolvimento, como o Sebrae, permite reconhecê-lo “como um campo no qual se exerçam as diferenças, as lutas de poder e as disputas em torno do prestígio cultural” (Mike Featherstone, 1995 apud Yázigí,

2001, p. 16). Assim, para a quase totalidade dos associados a Cooperativa Açai não representa um lugar de origem, mas, sim, um lugar de experiências comuns, um “lugar próprio, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (Certeau, 1994, p. 46). E essa representação também atinge as escalas transformadas da cidade de Porto Velho e da região ao largo do rio Madeira. Trata-se de perceber que “ser de um lugar” e “estar em um lugar” são referências que conformam processos de construção identitária. Os lugares, assim, não pertencem mais exclusivamente aos seus fiéis moradores, como os “primitivos habitantes [...], mas são também de todos os forasteiros agregados” (Yázigi, 2001, p. 17). A construção desse lugar próprio corresponde à construção identitária do “trabalho com as sementes”, de forma que os associados da cooperativa inscrevem nas biojoias processos de singularização de suas percepções acerca das experiências comuns, como construções imaginadas em esferas distintas de objetivação de sua identidade-reconhecimento (culturais, políticas, de mercado, ou poéticas).

No segundo capítulo, seguindo os agenciamentos operados pelo campo de desenvolvimento nas inscrições identitárias do “trabalho com as sementes” (com suas qualidades sensíveis), foi possível evidenciar a lógica que orienta aqueles processos de singularização, em arranjos materiais e simbólicos que tramam mitos, biografias, memórias, movimentos e temporalidades. Assim, em um plano geral e histórico de representações acerca das mudanças na ocupação de um lugar, “as análises evidenciam que as identidades não são dadas pela história mais antiga, mas por aquela sedimentada como processo de construção e suas relações de força. Equivale dizer que pode ser provisória” (Yázigi, 2001, p. 17), influenciando os traços de estabilidade identitária nas paisagens habitadas. E é a qualidade sensível das sementes que agencia essa estabilização, sedimentada nas biojoias. Esse é o sentido da afirmação anterior de que a autenticidade é fabricada junto com cada biojoia, como história vivida, tornando-se um

bem, ou acessório ritual de marcação identitária. E, até aqui, a formação no “trabalho com as sementes” desses artesãos, que inaugurou as experiências comuns e o lugar próprio de suas identidades associadas à cooperativa, projeta nas biojoias as propriedades constituídas e singularizadas como autenticidade.

No terceiro capítulo, essa autenticidade se desloca do trabalho que sustenta a atividade para a atividade que sustenta o trabalho. Vale afirmar que tal deslocamento reafirma a “aura” inscrita na biojoia, como um bem identitário que não é totalmente redutível à lógica dos mercados, com seus tantos artefatos presuntivamente similares. Essa autenticidade inscrita nas biojoias se traduz como “a alma do lugar”, segundo Yázigi (2001, p. 24): “Alma seria o que fica de melhor de um lugar e que por isso transcende o tempo – mas não existe sem um corpo [...] São materialidades, práticas e representações com uma aura que se contrapõe ao que chamaríamos ‘desalmado’.” E ao fim e ao cabo desse deslocamento a cooperativa adquire sua personalidade, que, segundo Yázigi (2001, p. 25), “seria a nominação do conjunto de incontáveis identidades que se reúnem num lugar; seria o que se pode construir conscientemente, deixando o acaso temperar o resto ao seu jeito”.

No bojo dessa mudança, outro deslocamento se anuncia e opera, nas paisagens destacadas, nos capítulos anteriores. Nas tramas organizacionais, as redes de sustentabilidade deslocam as experiências sensíveis dos artesãos da Amazônia da interação com a natureza para a afirmação da diversidade cultural. Mas esse deslocamento ainda projeta, identifica e imprime as qualidades sensíveis das coisas (e dos humanos e não humanos) nas experiências e biojoias produzidas. Nesse deslocamento, então, o que se amplia é a percepção da coexistência. Esse é o sentido do questionamento de Ronilson acerca da sustentabilidade, sobre quem mantém o quê, ou o que mantém quem. A regular atualização e manutenção das condições de coexistência se constitui nas tramas organizacionais entre humanos e não humanos, como habitantes de um mundo sustentável.

REFERÊNCIAS

AÇAÍ. *Wikipédia*, 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7a%C3%AD>. Acesso em: 12 nov. 2019.

ANDRADA, Cris Fernández. *Trabalho e política no cotidiano da auto-gestão: o caso da rede Justa Trama*. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. 217f

ARAÚJO, Roberto; LÉNA, Philippe. Da predação à sustentabilidade na Amazônia: a difícil metamorfose. In: ARAÚJO, Roberto; LÉNA Philippe (ed.). *Desenvolvimento sustentável e sociedades na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011. p. 13-56. (Coleção Eduardo Galvão).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. [Carta à Presidência da República]. 21 set. 2017. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20170921_59c40279804c3.pdf. Acesso em: 29 fev. 2020.

BABAÇU. *Wikipédia*, 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Baba%C3%A7u>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BACABA. *Wikipédia*, 2019. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bacaba>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BARTH, Fredrick. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BAHIA. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. *Planseq*. 2009. Disponível em: <http://www2.setre.ba.gov.br/coquap/planseq.htm>. Acesso em: 1 nov. 2019.

BAJOIT, Guy. *Tudo muda: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas*. Ijuí: Editora Unijuí; Lisboa: CEOS, 2006.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. p. 11-71.

BECKER, Bertha. Redes de parcerias e modelo socioambiental. In: ARAÚJO, Roberto; LÉNA Philippe (ed.). *Desenvolvimento sustentável e sociedades na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011. p. 57-84. (Coleção Eduardo Galvão).

BERTRAND, Michèle. O homem clivado – a crença e o imaginário. In: SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bernard (org.). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice, 1989. p. 15-40.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável*. Ariquemes, 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio098.pdf. Acesso em: 1 nov. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 3 abr. 2016.

BURITI. *Wikipédia*, 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Buriti>. Acesso em: 12 nov. 2019.

CAETANO, Renato Fernandes; SILVA, Raimundo Nonato Pereira da; ALVES, Eva da Silva. O território como elemento constituidor da identidade sociocultural dos povos e comunidades tradicionais: a constituição sócio-histórica da comunidade ribeirinha de São Carlos (Baixo Madeira, Porto Velho/RO). *Saberes da Amazônia*, Porto Velho, v. 2, n. 5, p. 348-363, jul./dez. 2017.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Os diários e suas margens: viagens aos territórios Terêna e Tükúna*. Brasília: Ed. UnB, 2002.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 277-300.

O CASO da andiroba. [2003]. Disponível em: <http://www.amazon-link.org/biopirataria/andiroba.htm>. Acesso em: 8 nov. 2016.

O CASO da copaíba. [2003]. Disponível em: <http://www.amazon-link.org/biopirataria/copaiba.htm>. Acesso em: 1 abr. 2016.

CASTRO, Fábio F. A sociologia fenomenológica de Alfred Schütz. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 48, n. 1, p. 52-60, jan./abr. 2012.

CAVA, Bruno. Cultura e subjetividade em rede: os desafios do capitalismo no século XXI. In: KAUARK, Giuliana; BARROS, José Márcio; MIGUEZ, Paulo (org.). *Diversidade cultural: políticas, visibilidades midiáticas e redes*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 227-234.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. vol. 1: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CETENE. *Sobre o Cetene*. [2019]. Disponível em: <https://www.cetene.gov.br/index.php/institucional-2/institucional/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CINTA LARGA. *Povos Índigenas no Brasil*, out. 2003. Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Cinta_larga. Acesso em: 31 out. 2019.

COMAROFF, John L.; COMAROFF, Jean. *Etnicidad S.A*. Buenos Aires: Katz, 2012.

COMPLEXO Hidrelétrico do Rio Madeira. *Wikipédia*, 2018. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Complexo_Hidrel%C3%A9trico_do_Rio_Madeira. Acesso em: 12 nov. 2019.

CORTÊS, Clélia. Cultura, diversidade e política: transversalidade dos conceitos nas políticas culturais. In: RUBIM, Antônio Albino C.; ROCHA, Renata (org.). *Políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 139-159.

DAMASCENO, Ivanete. Maior cheia do Rio Madeira completa um mês, e rio continua a subir em RO. *GI*, 18 mar. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014/03/maior-cheia-do-rio-madeira-completa-um-mes-e-rio-continua-subir-em-ro.html>. Acesso em: 10 set. 2016.

DIA do Artesão movimenta Feira do Sol em Porto Velho. *Rondoniagora*, 19 mar. 2018. Disponível em: <https://www.rondoniagora.com/geral/dia-do-artesao-movimenta-feira-do-sol-em-porto-velho>. Acesso em: 13 nov. 2019.

DIAS, Rodrigo Manoel D. Educação, identidades e diversidades: uma análise da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural. *Quaestio*, Sorocaba, v. 17, n. 2, p. 371-385, nov. 2015.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2006.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FARIA SOUZA, Úrsula Gonçalves Theodoro de. *Ribeirinhos e usinas hidrelétricas no Rio Madeira: comunidade tradicional e judicialização*. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005.

GAIGER, Luiz Inácio. *A descoberta dos vínculos sociais: os fundamentos da solidariedade*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HAVERROTH, Moacir. *O contexto cultural das doenças diarreicas entre os Wari', Estado de Rondônia, Brasil: interfaces entre antropologia e saúde pública*. 2004. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004. 320 f.

HERZFELD, Michael. *Intimidade cultural: poética social no Estado-Nação*. Lisboa: Ed. 70, 2008.

INAJÁ. *Wikipédia*, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Inaj%C3%A1>. Acesso em: 12 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Rondônia*. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>. Acesso em: 18 mar. 2020.

INSTITUTO CHICO MENDES. *Resex Lago do Cuniã*. 2019. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/2035-resex-lago-do-cunia>. Acesso em: 21 mar. 2019.

INSTITUTO LOJAS RENNEN. *Lançamento dos projetos selecionados pelo Edital Instituto Lojas Renner 2016*. 1 set. 2016. Disponível em: <http://www.institutolojasrenner.org.br/fique-por-dentro/noticia-181>. Acesso em: 21 fev. 2017.

JIMENES, Amílcar Aroucha. *Sobre flechas e canetas: faces da política indígena na Manaus contemporânea (1980-2019)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

JUSTA TRAMA. *Como fazemos*. 2018. Disponível em: <https://www.justatrama.com.br/como-fazemos/>. Acesso em: 24 mar. 2019.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas. In: APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2008. p. 89-121.

LASCHEFSKI, Klemens. As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. In: ZHOURI, Andréa (org.). *Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 22-59.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mitológicas: de la miel a las cenizas: vol. II*. México: Fondo de Cultura Económica, 1971.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papi-rus, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Preâmbulo. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mitológicas: a origem dos modos à mesa*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 9-15.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mitológicas: o cru e o cozido*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Natureza e cultura. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares de parentesco*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 39-48.

LIMA, Luciana Piazzon B.; ORTELLADO, Pablo; SOUZA, Vamir de. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 4., 2013, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

LITTLE, Paul L. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil*: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002. (Série Antropologia, n. 322).

LOPES, José Rogério; MEIRELLES, Mauro. Políticas culturais e ambientais, comunidades e interculturalidade; uma análise das interações entre identidades, ambiente e tecnologias patrimoniais. *Textos e Debates*, Boa Vista, n. 31, p. 55-77, jan./jun. 2017.

LOPES, José Rogério; TOTARO, Paolo. The learning of cultural diversity and the patrimonialization of biodiversity. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 52, n. 2, p. 196-204, maio/ago. 2016.

LOPES, Suzana. Indústria da jarina precisa de incentivo. *Beira do Rio*, n. 68, jan. 2009. Disponível em: <http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2009/7-edicao-68/80-industria-da-jarina-precisa-de-incentivo>. Acesso em: 1 abr. 2019.

MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro. In: MAGNANI, José Guilherme C. *Da periferia ao centro*: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. p. 251-279.

MÃOS DE MINAS. *História*. [2017]. Disponível em: <http://www.maosdeminas.org.br/institucional/historia>. Acesso em: 3 nov. 2017.

MATARÉSIO, Larissa. Presas de Porto Velho aprendem a fazer bonecas para reduzir ociosidade. *G1*, 23 jul. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2012/07/presas-de-porto-velho-aprendem-fazer-bonecas-para-reduzir-ociosidade.html>. Acesso em: 2 nov. 2018.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MINDLIN, Betty. *Nós Paiter*: os Suruí de Rondônia. Petrópolis: Vozes, 1985.

MIRANDA, Elis de Araújo; ROCHA, Elisabeth Soares; EGLER, Tâmara Tânia C. A trajetória das políticas públicas de cultura no Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, v. 17, n. 1, p. 25-46, jun. 2014.

MONTERO, Paula. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006. p. 31-66.

PEREIRA, Raimundo E. *Pela margem: ribeirinhos e transformações sociais na Amazônia*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. 191f.

PHYTELEPHAS aequatorialis. *Wikipédia*, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Phytelephas_aequatorialis. Acesso em: 1 abr. 2019.

PORTAL DO EMPREENDEDOR-MEI. *O que é ser um MEI?*. [2019]. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/temas/quer-ser/formalize-se/O-que-e-ser-um-mei>. Acesso em: 5 jan. 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Temporalidades amazônicas: uma contribuição à antropologia política. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 17, p. 21-31, jan./jun. 2008.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Quanto más grande mejor? Projectos de Gran Escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos. *Desarrollo Económico: Revista de Ciencias Sociales*, v. 27, n. 105, p. 3-27, abr./jun. 1987.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poderes, redes e ideologias no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 80, p. 12-24, mar. 2008.

RIBEIRO, Veriana. Marfim da Amazônia, semente de jarina é usada em alianças no Acre. *GI*, 6 out. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2013/10/marfim-da-amazonia-semente-de-jarina-e-usada-em-aliancas-no-acre.html>. Acesso em: 1 abr. 2019.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

ROMERO, Fanny Longa. *Relatório de visita: Município Porto Velho – Rondônia*. 2013. Inédito.

RUBIM, Antônio Albino C. Democracia, políticas culturais e territórios. In: GADEA, Carlos A.; MÉLO, José Luiz B.; LOPES, José Rogério (org.). *Periferias, territórios e saberes*. São Leopoldo: Oikos: Capes: Fapergs, 2012. p. 27-36.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANTOS, Adalberto S. Patrimônio e memória: da imposição de identidades à potencialização de atos coletivos. In: RUBIM, Antônio Albino C.; ROCHA, Renata (org.). *Políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 67-88.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Sílvio. A Serra de Tracoá e outras histórias artísticas. *Diário da Amazônia*, 27 set. 2015a. Disponível em <https://www.diariodaa-mazonia.com.br/a-serra-de-tracoa-e-outras-historias-artisticas/>. Acesso em: 3 nov. 2017.

SANTOS, Sílvio. Maria Antônia Oliveira Chaquiam. *Diário da Amazônia*, 20 dez. 2015b. Disponível em <https://www.diariodaa-mazonia.com.br/maria-antonia-oliveira-chaquiam/>. Acesso em: 17 out. 2017.

SCHIERHOLT, Anelise F. P. *A produção de biojoias no Norte do Brasil: como as sementes são ressignificadas em redes de sustentabilidade*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

SCHUTZ, Alfred. *El problema de la realidad social*. Buenos Aires: Amorrortu, 2004.

SEST SENAT. *Conheça o SEST SENAT*. 2019. Disponível em: <https://www.sestsenat.org.br/conheca>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SILVA, Antônio Cândido da. A igreja de Santo Antônio do Rio Madeira. *Gente de Opinião*, 5 abr. 2008. Disponível em: <http://www.gentedeopinioao.com.br/noticia/a-igreja-de-santo-antonio-do-rio-madeira/31748>. Acesso em: 1 nov. 2018.

SIMMEL, Georg. O conceito e a tragédia da cultura. In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (org.). *Simmel e a modernidade*. 2. ed. Brasília: EdUNB, 2005. p. 77-106.

SISTEMA SICS para gestão comercial e industrial. 2018. Disponível em <https://www.starling.com.br>. Acesso em: 20 set. 2018.

SOCRATEA exorrhiza. *Wikipédia*, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Socratea_exorrhiza. Acesso em: 12 nov. 2019.

SOVIK, Liv. Apresentação: para ler Stuart Hall. In: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Unesco, 2003. p. 9-21.

SPERANÇA, Carlos. Estrada acaba com isolamento do Distrito de São Carlos. *Gente de Opinião*, 10 set. 2007. Disponível em: <http://www.gentedeopinioao.com.br/noticia/estrada-acaba-com-isolamento-do-distrito-de-sao-carlos/25259>. Acesso em: 3 nov 2016.

SPOONER, Brian. Tecelões e negociantes: a autenticidade de um tapete oriental. In: APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008. p. 247-298.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico 84*, Brasília, n. 2, p. 1-23, out. 1985.

STORTO, Luciana; VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. Karitiana. *Povos Índigenas no Brasil*, maio 2005. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/karitiana>. Acesso em: 11 out. 2016.

TAUSSIG, Michael. *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.

TUCUMÁ (Pará). *Wikipédia*, 2019. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Tucum%C3%A3_\(Par%C3%A1\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tucum%C3%A3_(Par%C3%A1)). Acesso em: 12 nov. 2019.

UNESCO. *Declaração universal sobre diversidade cultural*. 2001.

USINA Hidrelétrica Santo Antônio, em Porto Velho (RO), é concluída. *Governo do Brasil*, 3 jan. 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2017/01/usina-hidreletrica-santo-antonio-em-porto-velho-ro-e-concluida>. Acesso em: 20 jun. 2017.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

YÁZIGI, Eduardo. *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Este livro foi composto em Adobe Garamond Pro, em corpo 12 pt
Offset 75 g/m²
Gráfica da UFRGS

Editora da UFRGS • Ramiro Barcelos, 2500 – Porto Alegre, RS – 90035-003 – Fone/fax (51) 3308-5645 – admeditora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br • Direção: Alex Niche Teixeira
• Editoração: Luciane Delani (coordenadora), Clarissa Felkl Prevedello, Lucas Ferreira de Andrade, Marleni Nascimento Matte e Rafael Menezes Luz • Administração: Aline Vasconcelos da Silveira, Cláudio Oliveira Rios, Fernanda Kautzmann, Gabriela Azevedo, Heloísa Polese Machado, Jaqueline Trombin e Laerte Balbinot Dias • Apoio: Luciane Figueiredo.

O trabalho com sementes, entre artesãos da Amazônia brasileira produtores de biojoias, pode explicar a questão da biodiversidade? Este livro expõe uma análise situacional da construção de experiências comuns desses artesãos, com foco em um empreendimento de associativismo local em Porto Velho, estado de Rondônia, e busca evidenciar que essa questão movimenta agenciamentos diversos entre humanos, e entre humanos e não-humanos. Nesse movimento se configuram arranjos de narrativas orais, memórias sociais e construção de conhecimentos tradicionais, em projetos individuais e coletivo permeados de afirmações e indagações acerca de representações da natureza e do lugar da diversidade cultural.

